

CRISTIANE DALL' CORTIVO

O SENTIDO ARGUMENTATIVO DA CONDIÇÃO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre

2009

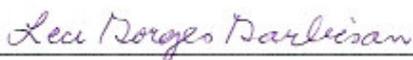
CRISTIANE DALL' CORTIVO

O SENTIDO ARGUMENTATIVO DA CONDIÇÃO

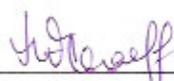
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 13 de janeiro de 2009

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^ª. Dr. Leci Borges Barbisan - PUCRS



Prof.^ª. Dr. Telisa Furlanetto Graeff - UPF



Prof.^ª. Dr. Marisa Magnus Smith - PUCRS

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Leci Borges Barbisan, pelo conhecimento, pelos momentos de aprendizado, pela amizade, e especialmente por guiar meus passos no desenvolvimento deste trabalho.

À coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

Ao CNPq, por ter concedido a bolsa de estudos para que eu me dedicasse integralmente a este trabalho.

Aos meus colegas e amigos, especialmente os integrantes do Núcleo de Estudos do Discurso, pela troca de experiências e pelas discussões teóricas.

Ao Santiago, meu namorado, que sempre me apoiou e soube entender quando os estudos se sobrepujam aos momentos que poderíamos ficar juntos.

A minha família: meu pai e minha mãe, a quem devo a minha vida, meus valores e meu caráter, e a meu irmão: agradeço por sempre me apoiarem e incentivarem para que jamais desistisse de meus sonhos. Esta conquista também lhes pertence.

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem
e não o vemos nunca inventando-a. Não
atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando
conceber a existência do outro.

É um homem falando que encontramos no mundo,
um homem falando com outro homem,
e a linguagem nos ensina a própria definição do homem.

Émile Benveniste

O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder
fundador da linguagem, que instaura uma sociedade
imaginária, anima as coisas inertes, faz ver
o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.

Émile Benveniste.

RESUMO

A proposta deste trabalho é estudar a expressão da condição segundo a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), especificamente na sua fase atual, a Teoria dos blocos Semânticos (TBS), de autoria de Oswald Ducrot e seus colaboradores. Nosso objetivo é descrever e explicar o fenômeno lingüístico *expressão da condição* segundo uma abordagem semântica, ou seja, que leve em conta aspectos que constituem o sentido da condição, sem que estejam, necessariamente, em conformidade com a terminologia gramatical. Partimos de descrições gramaticais, cujas concepções de linguagem são as mais diversas, pois entendemos que esse tipo de estudo diz respeito ao sistema lingüístico, descrevendo suas regras, classificando e nomeando os elementos que o compõem. Com a Teoria da Argumentação na Língua, que usamos para analisar nosso conjunto de dados, realizamos um estudo que buscou explicar o fenômeno lingüístico, segundo diferentes ocorrências, articulando língua e fala, ou seja, sistema lingüístico e seu uso, visto que o objeto de estudo da ANL é a língua em uso.

Palavras-chave: Argumentação. Discurso. Gramática. Condição.

RÉSUMÉ

Ce travail se propose d'étudier l'expression de la condition selon la Théorie de l'Argumentation dans la Langue (ADL), spécifiquement dans sa phase actuelle, la Théorie des Blocs Semantiques (TBS), créée par Oswald Ducrot et collaborateurs. Notre objectif est de décrire et expliquer le phénomène linguistique *expression de la condition* selon une approche sémantique, qui prend en compte les aspects qui composent le sens de la condition, sans que ces aspects soient, nécessairement, en accord avec la terminologie de la grammaire. Nous avons commencé par les descriptions grammaticales, dont les concepts de la langue sont les plus variés, puis que nous pensons que ce type d'étude concerne le système linguistique, qui décrit ses règles, classifie et nomme les éléments qui le composent. Avec la Théorie de l'Argumentation dans la Langue, que nous utilisons pour analyser notre ensemble de données, nous avons mené une étude dans le but d'expliquer le phénomène linguistique, selon ses différentes occurrences. Nous avons associé langue et parole, c'est-à-dire, le système linguistique et son usage, prenant en considération la fait que l'objet d'étude de l'ADL est le discours.

Mots-clef: Argumentation. Discours. Grammaire. Condition.

LISTA DE ABREVIATURAS

- A** – Argumento
- AE** – Argumentação externa
- AI** – Argumentação interna
- ADL** – Argumentation dans la Langue
- ANL** – Teoria da Argumentação na Língua
- BS** – Bloco semântico
- C** – Conclusão
- CON** - Conector
- DC** – Donc
- E** – Enunciador
- F** – Fato
- GT** – Gramática Tradicional
- HE** – Hipóteses externas
- HI** – Hipóteses internas
- L** - Locutor
- PT** – Pourtant
- TBS** – Teoria dos Blocos Semânticos
- X** – Primeiro segmento do encadeamento
- Y** – Segundo segmento do encadeamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A EXPRESSÃO DA CONDIÇÃO SEGUNDO DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS.....	14
3	POR UMA CONCEPÇÃO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA DA GRAMÁTICA.....	21
3.1	A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA.....	21
3.1.1	Hipóteses externas e internas da Teoria da Argumentação na Língua.....	26
3.1.2	Teoria dos Blocos Semânticos.....	31
3.1.3	A ANL e a expressão da condição.....	46
4	METODOLOGIA	52
5	ANÁLISES.....	57
5.1.	EMPREGOS CONDICIONAIS DE <i>SE</i>	57
5.1.1	Texto 01.....	57
5.1.2	Texto 02.....	59
5.1.3	Texto 03.....	62
5.1.4	Texto 04.....	65
5.1.5	Texto 05.....	76
5.2	OUTROS EMPREGOS DE <i>SE</i>	88
5.2.1	Texto 06.....	88
5.2.2	Texto 07.....	90
5.2.3	Texto 08.....	92
5.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	108

ANEXO A – Tira do Hagar 01	111
ANEXO B –. Tira do Hagar 02.....	112
ANEXO C – Última hora.....	113
ANEXO D Cartas do Editor –.....	114
ANEXO E – Se.....	116
ANEXO F – Horário das finais dos jogos de vôlei.....	117
ANEXO G - Publicidade Tok & Stok	118
ANEXO H – Publicidade Banco Itaú	120
CURRICULUM LATTES (Plataforma Lattes – CNPq)	121

1 INTRODUÇÃO

Com esta dissertação, nosso objetivo é realizar um estudo sobre a *expressão da condição* em seu aspecto semântico, destacando pontos importantes de seu funcionamento, visto que a analisaremos em discursos. Denominamos nosso tema de *expressão da condição*, pois estamos em busca do modo como o sentido da condição é construído no discurso, sem estar exatamente ligado a formas que possam ser responsáveis por tal sentido, como o uso de *se*, por exemplo.

“*Se eu ainda tivesse a petulância de me candidatar à presidência, era capaz até de ser eleito*”, “*Se for dirigir, não beba*”, “*Jogo honestamente, e jogo para vencer. Quando perco, vou tomar meu remédio*”. Esses enunciados são exemplos de condição com os quais nos deparamos no dia a dia: ao abrirmos um jornal, ao ligarmos a televisão, ao conversarmos com nossos amigos. A condição tem uma presença inquestionável e uma importância fundamental na nossa vida: de que adianta nos darmos conta, ao dirigir, de que um carro se aproxima na contramão, se não formularmos hipóteses do tipo: se eu não desviar, vou bater, e se desviar, não baterei? Ou ainda, ao termos uma prova marcada, pensamos: se estudar, serei aprovado, caso contrário serei reprovado?

Nosso dia a dia está permeado por enunciados e por raciocínios que envolvem condição, lidamos com eles a todo o momento e de inúmeras formas, muitas vezes inconscientemente. É a partir dessas reflexões sobre a importância do uso da condição que desenvolvemos este trabalho, voltando nosso foco para a expressão da condição em textos escritos, deixando de lado outras formas de uso da condição, tendo como fundamentação a Teoria da Argumentação na Língua desenvolvida por Oswald Ducrot e seus colaboradores

Segundo levantamento realizado sobre trabalhos cujo tema versa sobre a expressão da condição, concluímos que existem poucos estudos sobre o tema que não estejam vinculados às gramáticas. Essas cumprem sua função, apresentando uma descrição ou uma normatização das regras que regem as formas lingüísticas destituídas de uma situação enunciativa.

Por isso, acreditamos que este trabalho sobre a expressão da condição à luz da Semântica Argumentativa toma seu lugar nos estudos lingüísticos pelo fato de apresentar uma

perspectiva inovadora, que busca essencialmente no domínio da palavra realizada, do discurso, compreender e explicar como as formas lingüísticas, ao serem enunciadas por um locutor, unem-se e relacionam-se na construção de sentido.

Para isso foi escolhida a ANL, visto que seu objetivo concentra-se na explicitação do sentido da linguagem por ela mesma, tornando secundário o contexto externo para a compreensão do sentido. Além disso, a teoria oportuniza que seja feito o estudo da articulação que se dá entre língua e fala através do enunciado, ou seja, do uso da língua e não apenas de seu sistema.

A ANL, mais especificamente a TBS, que constitui seu momento atual, fundamenta-se no pressuposto de que a argumentação é constitutiva da língua, fornecendo, dessa forma, as ferramentas necessárias para que essa compreensão do sentido seja efetivada: por meio de conceitos como as argumentações externas e internas ao léxico e ao enunciado, e pela polifonia, na identificação dos enunciadores presentes no discurso e na relação do locutor com esses enunciadores. Essa teoria foi escolhida, também, por possibilitar o levantamento dos encadeamentos que subjazem ao discurso na busca das argumentações realizadas pelo locutor, e por valorizar essencialmente a língua em uso, cuja palavra chave é *relação*. Acredita-se que, na língua, nada se constrói de forma isolada, é apenas na relação entre palavras e entre frases que é possível enunciar toda a diversidade de sentidos imagináveis.

O *corpus* que compõe este trabalho compreende textos de diversos gêneros publicados em jornais, revistas e internet. Essa escolha justifica-se pelo fato de serem escritos de acordo com a norma culta, por constituírem uma ampla fonte de resgate da expressão da condição em suas mais variadas formas, visto que não há a restrição a este ou àquele gênero textual.

Com isso, retomamos nossos objetivos traçados quando da elaboração do projeto para esta pesquisa, bem como as questões que nortearam a busca pelos resultados: constituímos objetivos para a pesquisa, explicar como se dá a articulação entre língua e fala na apreensão do sentido da expressão da condição na perspectiva da ANL, especificamente, da Teoria dos Blocos Semânticos, bem como, explicar e demonstrar como se dá a argumentação na expressão da condição. As questões norteadoras, que guiaram nosso trabalho, são as perguntas que nos fizemos, e para as quais procuramos uma resposta: como pela ANL, especificamente pela TBS, é possível articular língua e fala na apreensão do sentido da expressão da condição?

E como se dá a argumentação na expressão da condição (aspectos do quadrado argumentativo que são evocados e a polifonia presente)?

Os objetivos foram cumpridos, e as questões respondidas. E conseguimos ainda mais. O trabalho com a linguagem nos revelou muito mais que apenas as respostas que esperávamos. A articulação entre língua e fala na apreensão do sentido da expressão da condição deve se dar de acordo com a instrução do fenômeno, essa instrução, presente no sistema, que indica o trabalho a ser feito pelo interpretante do enunciado em sua busca pelo sentido visado pelo locutor. Quanto a essa instrução, não chegamos a uma formulação categórica sobre ela, mas encontramos pistas, indícios do trabalho a ser realizado: a condição, que constitui uma das formas de suposição, conforme Ducrot (1977), é também uma forma de negação, ou seja, carrega uma negatividade. Assim, em nossas análises, encontramos, através da aplicação do conceito de polifonia, aspectos recíprocos de um mesmo bloco, que representam essa negação.

Segundo o princípio estruturalista do valor, uma coisa se define em oposição à outra, ou seja, para que haja uma negação é necessário que haja também uma afirmação. É dessa forma que afirmação e negação formam, juntas, o sentido de condição, visto que este aponta sempre para dois caminhos, que caracterizam e definem a condição: dois pontos de vista que se complementam, que na formação da hipótese, da suposição, surgem como constitutivos um do outro.

Além disso, concluímos que, dentre os elementos formais que definem e caracterizam a condição, a flexão modo-temporal do verbo exerce muito mais influência do que a conjunção *se*, conforme afirma a gramática. Isso porque em uma de nossas análises, o sentido construído foi de condição, sem a presença do elemento que supostamente o caracteriza, o *se*. Já outros textos analisados nos mostraram que, embora houvesse a presença do *se*, o sentido foi outro, que não de condição.

O percurso traçado por este trabalho, desde suas bases teóricas até a definição dos resultados, assumiu a seguinte estrutura: iniciamos com um capítulo em que trazemos a conceituação da condição segundo diferentes gramáticas, sejam elas tradicionais ou descritivas, o qual denominado **A expressão da condição segundo diferentes abordagens gramaticais.**

No segundo capítulo, que denominamos **Por um estudo semântico-enunciativo da gramática**, trazemos os conceitos que compõem a Teoria da Argumentação na Língua, bem como a concepção de suposição para a ANL, ferramentas de fundamental importância para que chegássemos aos nossos resultados.

No terceiro capítulo, descrevemos a **metodologia** usada neste trabalho para a realização das **análises** do nosso *corpus*, que forma o quarto capítulo. E, finalmente, no quinto capítulo, apresentamos nossas **considerações finais**, resultado de um longo tempo de reflexão, de estudo teórico e aplicado, e também de contemplação da linguagem, tão complexa e tão instigante: conforme afirma Benveniste, a linguagem constitui o homem, é impossível encontrar linguagem desvinculada do homem, e estudando a linguagem, descobrindo coisas sobre ela, acabamos nos descobrindo também.

2 A EXPRESSÃO DA CONDIÇÃO SEGUNDO DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS

Apresentaremos a abordagem do fenômeno lingüístico *expressão da condição*, relatado nas gramáticas como *oração subordinada adverbial de condição*, segundo a perspectiva de diferentes autores, como Celso Luft, Cunha e Cintra, Evanildo Bechara e Rocha Lima. Também a abordagem funcional feita por Maria Helena de Moura Neves a abordagem pragmática de Maria Helena Mira Mateus *et al*, para finalmente apresentar o estudo do fenômeno em questão sob a ótica da Semântica Argumentativa, que em sua proposta tem como objetivo articular língua e fala, gramática e seu uso, cuja separação se dá apenas de forma metodológica.

Celso Pedro Luft, na *Moderna Gramática Brasileira* (2002), baseou-se na variante culta para a descrição idiomática. Apoiou-se em teorias da Lingüística Moderna, como o modelo Gerativo-transformacional para as análises sintáticas, e o Estruturalismo Americano para a morfologia e a fonologia. Defende que a heterogeneidade teórica que permeia a sua obra pode ser alvo de críticas, no entanto, busca em cada teoria o que possui de positivo e a forma como pode contribuir para os estudos da língua. Apesar de recorrer a teorias lingüísticas, sua análise é nitidamente tradicional: apresenta a condição como *oração subordinada adverbial de condição*, cuja definição é dada como aquela que pode exercer função de advérbio e expressar uma condição.

Essas orações subordinadas apresentam dependência semântica em relação à oração dita “principal” e, quando desenvolvidas, podem ser introduzidas por diferentes conjunções subordinativas condicionais. No exemplo *Se saudades matassem, muita gente morreria*, a oração condicional precede a principal, da qual ela é dependente, introduzida pela conjunção *se*. Essa conjunção, segundo Luft, pode vir oculta, como no exemplo *Fosse ele mais expedito, o resultado seria outro*. As orações subordinadas podem, ainda, ser reduzidas de *gerúndio*, *particípio* ou *infinitivo*, nesses casos, sem a presença da conjunção. *Estudando, aprenderás. Não vás sem te convidarem* (2002:87)

Celso Cunha e Luís F. Cintra propõem realizar uma descrição do português em sua forma culta, buscando exemplos de seu uso em obras de escritores portugueses, brasileiros e

africanos, cujas datas estendem-se desde o Romantismo até os dias atuais. Por meio de sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), pretendem mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, especialmente a diatópica, respeitando as diferenças regionais, sobretudo entre os diversos países que falam essa língua.

Para os autores, assim como para Luft, a condição também vem expressa na forma de uma *oração subordinada adverbial*. Consideram que a oração subordinada “desempenha sempre uma função sintática (...) em outra oração, pois que dela é um termo” (2001:596). Assim, a relação de dependência que tal oração subordinada, definida como aquela iniciada por uma conjunção subordinativa condicional, mantém com a principal é de natureza formal. Como em Luft (2002), também podem ser reduzidas de *infinitivo*, *particípio* ou *gerúndio* quando não introduzidas por conjunção. Como exemplos, o autor apresenta *Tudo vale a pena/se a alma não é pequena* (F. Pessoa, OP, 19), - *Eles não dormem,sem que primeiro a mãe lhes cante a berceuse de Jocelyn* (É. Veríssimo, A,I, 83).

Como na definição de *oração subordinada adverbial de condição* o autor faz menção às conjunções que introduzem-nas, pesquisamos, no capítulo referente às conjunções, sua definição: “iniciam um oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição para que seja realizado ou não o fato principal” (2001:587).O critério, portanto, que define uma oração condicional é formal, ou seja, a presença da conjunção, e é esta que estabelece a relação de condicionalidade entre a oração principal e a subordinada. No entanto, os autores se contradizem quando em um momento estabelecem a conjunção como definidora da oração condicional e apresentam, a seguir, orações condicionais reduzidas, que não têm a presença de tal conjunção. Como exemplo, os autores citam *Pensando bem, tudo aquilo era muito estranho* (A. Meyer, SI, 25).

Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2003), assume uma perspectiva normativa da língua, tendo como finalidade codificar o uso idiomático através da classificação e sistematização das normas do bem falar e bem escrever, normas que representam o ideal da expressão correta. Fundamenta-se nas obras de grandes escritores, pois elas espelham o uso culto do idioma, excetuando os matizes tipicamente regionalistas.

Quanto à condição, o autor apresenta a *oração subordinada adverbial de condição*, que é definida como aquela que “apresenta a circunstância de que depende a realização do fato contido na principal” (2003:278). Essas orações podem expressar, segundo o autor: a) um

fato de realização impossível (hipótese irrealizável), cujo exemplo é *Se eu tivesse vinte anos, casar-me-ia com você*; b) pode expressar um fato cuja realização é possível, provável ou desejável – *Se algum dia ficar rico, não me esquecerei dos meus amigos*; c) pode indicar desejo, esperança, pesar, com a presença de reticências – *Se ele deixasse!...*, *Se a gente não envelhecesse!...*

São apresentadas também as formas verbais que devem ser usadas de acordo com a conjunção, bem como as formas oracionais reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo, conforme apresentaram outros autores.

Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2001), faz uma análise lingüística que busca a fuga dos padrões das gramáticas tradicionais. No entanto, ao tratar da classificação das orações complexas, assim chamadas por serem formadas por uma oração principal e outra subordinada, afirma que respeitará o peso da tradição (2001:463). Em sua classificação, inclui as *orações complexas de transposição adverbial*, denominadas complexas pois a existência de uma oração subordinada deve satisfazer a condição de estar ligada a uma oração principal, sendo que o seu todo deve ser levado em conta na análise. De *transposição*, pois as orações que passam de independentes a integrantes tornam-se parte de uma camada inferior, dentro do fenômeno da estruturação das camadas gramaticais, tornando-se membro sintático de outra unidade. No caso da *oração adverbial*, a função exercida é a de advérbio ou locução adverbial. Segue-se a essa definição, uma caracterização geral de tais orações, sem os pormenores de outras subclassificações.

A fim de tornar mais completo nosso trabalho, pesquisamos também no capítulo referente às conjunções, o que havia sobre a condição. Bechara relaciona (classifica) as conjunções de acordo com o matiz semântico que elas apresentam (2001:325). As conjunções condicionais, chamadas também hipotéticas, são aquelas que iniciam uma oração que, de forma geral, exprime “uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal”, ou ainda “um fato – real ou suposto – em contradição com o que se exprime na principal” (2001:327). Os exemplos dados pelos autores são *Se os homens não tivessem alguma coisa de loucos, seriam incapazes de heroísmo* e *Se as viagens simplesmente instruísem os homens, os marinheiros seriam os mais instruídos*.

Essa busca, que nos foi imposta em diferentes capítulos da gramática, foi necessária para que pudéssemos compreender o condicional conforme a ótica do autor. Isso nos mostra,

também, que a linguagem não pode ser compartimentada, classificada e subdividida. É o todo, e apenas ele, que nos permite dizer algo da linguagem. Ao entender a língua como um conjunto de regras, como forma e não sentido, a gramática discretiza as unidades e classifica-as evidenciando regras e formas que as constituem.

Maria Helena de Moura Neves, em sua *Gramática de Usos do Português* (2000), apresenta um estudo lingüístico a partir do funcionalismo. Nessa obra, busca mostrar os usos feitos pelos falantes da Língua Portuguesa no Brasil, partindo desse uso para explicar o funcionamento da língua, tendo como finalidade demonstrar o sentido expresso. Assim, o objetivo é a descrição da língua em seu funcionamento, mostrando que é no uso que os itens lingüísticos definem sua função e assumem seu significado. Para essa descrição, a unidade maior de funcionamento é o texto, no qual a construção do sentido se dá através de uma teia de elementos imbricados, e não pela simples justaposição de partes. Afirma que os limites da oração bloqueiam o funcionamento real dos elementos lingüísticos, o que significa que a interpretação prescinde de uma unidade maior – o texto.

Moura Neves apresenta um amplo e arrojado estudo sobre as construções condicionais, definidas pela autora como aquelas que expressam o que genericamente pode se denominar *condição*. Essas construções constituem relações lógico-semânticas do tipo *se p, q*, nas quais *p é verdadeiro e q é verdadeiro*, construções essas que se apóiam em uma hipótese. A oração que exprime a condição é a subordinada (ou prótase), e a que exprime o condicionado é a principal (ou apódose). O modo de construção pode ser do tipo *se + oração condicional + oração principal* ou *oração principal + se + oração condicional*, cujos respectivos exemplos são SE eu faço isso, estou faltando com a minha promessa; Naturalmente esta lista poderia ser aumentada consideravelmente SE quiséssemos.

A autora apresenta, além das conjunções e locuções conjuntivas condicionais que podem introduzir uma oração condicional (*caso, que, desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, salvo se, exceto se*), a conjunção temporal *quando*, que, em construções com determinados tempos verbais, apresenta matiz condicional. Isso ocorre quando há o envolvimento de *simultaneidade* e *aspecto imperfectivo*, sendo que o sentido pode ser condicional eventual ou factual. *Vamos mudar de assunto que o Fontoura se irrita quando a gente fala nele.*

Segundo Moura Neves, a oração condicional geralmente vem anteposta à oração principal, e representa uma espécie de conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Primeiro, enuncia-se o tópico – um estado de coisas como assentamento de uma condição que pode ou não ser satisfeita – após enuncia-se o que se diz sobre o tópico – apresenta-se um estado de coisas que pode ser factual, contrafactual ou eventual em dependência do preenchimento daquela condição.

A autora classifica as construções condicionais como *reais/factuais, irrealis/ contrafactualis* e *eventuais/potenciais*.

Quanto às reais, a autora prefere denominá-las factuais, já que a outra denominação repousa sobre a realidade, e a realidade não se confunde com a linguagem. O que se afirma, na verdade, é a factualidade da proposição, apresentam-se fatos que são verificados (é ou não é), constituindo uma relação *factual implicativa* – um fato implica outro. Exemplo disso é a oração *Se não me encontrou no jornal, por que, ao chegar, não verificou se eu já estava em casa?*

As construções condicionais contrafactualis são as do tipo *Se a pergunta partisse de Irmã Flora, a resposta teria sido outra*. Esse tipo apresenta a relação fato => conclusão, com a inversão da polaridade entre a oração principal e a oração condicional: *Se a pergunta **partisse** de Irmã Flora*, o verbo em tal tempo e modo indica que a pergunta *não partiu* de Irmã Flora, assim como *a resposta **teria sido** outra* há a indicação de que a resposta *não foi* outra. Esse efeito é dado pela indicação modo-temporal da construção, assim enuncia-se como não-existente um fato, e a partir daí, enuncia-se como conseqüentemente não-existente outro fato que dele dependia. Esse tipo de construção pode expressar, ainda, fatos absurdos como o exemplo *Se você é Rio do Pajéu, eu sou o Virgolino Lampeão*.

As condicionais eventuais são as construções cuja oração subordinada repousa sobre a eventualidade, e o enunciado da oração principal é tido como certo desde que eventualmente satisfaça à condição enunciada: *Se seu Raul deixar, eu mostro*. Podem apresentar, dependendo da construção, matiz *alternativo* (*Se você não consegue se controlar, você não consegue dormir*) ou matiz *concessivo* (*Mesmo se quisesse não conseguiria trair*), ou ainda, comparação (*Como se tivesse mudado de idéia, apertou a campanha*) (2000:847).

Moura Neves apresenta também o esquema modo-temporal para cada tipo de construção, destacando as combinações que dão origem a tais tipos, fazendo um estudo

aprofundado das diferentes formas como a construção condicional pode se realizar, detendo-se na classificação e na descrição das ocorrências.

Maria Helena Mira Mateus e demais autoras apresentam obra denominada *Gramática da Língua Portuguesa* (2003) cujo objetivo não é regular o uso da língua, mas apresentar descrições e análises de um conjunto de aspectos da Língua Portuguesa, cuja variedade contemplada é a norma padrão do português europeu.

As autoras analisam o uso da linguagem pela perspectiva da pragmática, definido como “um processo complexo cuja observação recruta um conjunto de pressupostos e perspectivas no âmbito da ciência cognitiva e das ciências sociais” (2003:57). As autoras continuam, dizendo que

a linguagem é fundamentalmente utilizada para fins sociais, o seu uso é uma espécie de acção conjunta que envolve a produção de sentido por parte de quem fala e a compreensão por parte de quem ouve e, embora o cenário básico da interação verbal seja o da conversação que se faz frente a frente, o uso da linguagem envolve várias esferas da acção (idem, *ibidem*, p. 57).

Tal citação situa o que as autoras denominam *uso da linguagem*, e além dessa noção, outras como *atos ilocutórios* ou *atos de fala* e suas classificações, bem como aspectos inerentes à organização textual e variação lingüística, estão presentes na parte introdutória da obra.

Para as lingüistas, “as construções condicionais são constituídas por duas orações que mantêm entre si uma relação de dependência semântica” (2003:705). Elas podem apresentar diversidade quanto à estrutura sintática, mas na sua realização tradicional, a constituição é de duas orações, em que a subordinada que exprime a condição é iniciada por *se*. Outros elementos podem introduzir tal oração, como *caso*, *se porventura*, *salvo se*, *sem que*, *uma vez que*, *a não ser que*, *desde que*, *contanto que*, *com a condição que*, etc.

É apresentada, assim como em Moura Neves (2000), a classificação das orações em factuais (reais), hipotéticas (ou potenciais) e contrafactuais (ou irreais).

Se a água atinge a temperatura de 100° C entra/entrará em ebulição. Esse exemplo faz parte das condicionais factuais, assim denominadas “porque se assume que o conteúdo das duas proposições se verifica no mundo real, no intervalo de tempo relevante” (2003:706). Já o exemplo *Se tu vieres cedo, vamos/iremos jantar fora* constitui uma condicional hipotética, em

que há a alusão a um mundo possível, criado através da linguagem, sendo que as duas orações devem estar linearmente ordenadas no tempo.

Quanto aos enunciados contrafactuais, são assim definidos “porque estabelecem relações entre proposições que se verificam em mundos alternativos ao mundo real” (2003:708), cujo exemplo é *Se tivesse chovido em Portugal em 1981, não tinha/teria havido seca*.

Além dessas, a autora aponta outras formas de exprimir condicionais hipotéticas. São os casos em que: a) há a presença de um verbo como *supor* ou *imaginar*. *Imagina que falta água, queixo-me/vou queixar-me à EPAL*; b) na construção em justaposição *Deitem um balão com ar aquecido (que) ele consegue/conseguirá voar durante algum tempo*; c) em construções de coordenação em que a combinação entre os tempos e modos usados gere uma relação de condição/conseqüência *Trabalha pouco na Faculdade e terás logo problemas*; e finalmente d) as orações reduzidas também podem expressar condicionais hipotéticas *A concretizar-se essa hipótese, prefiro/preferirei a reunião na próxima semana*.

Com essa revisão bibliográfica sobre a expressão da condição em gramáticas, buscamos apresentar diferentes pontos de vista sobre o fenômeno em análise, visto que as gramáticas também estão fundamentadas em teorias: a gramática tradicional, que tem como objetivo descrever e prescrever regras para o bem falar, e as gramáticas descritivas cujo objetivo não é prescrever, mas descrever uma determinada variedade lingüística.

Embora haja preocupação com o uso da língua, quanto às gramáticas descritivas, observamos que elas ainda prendem-se muito aos aspectos formais da língua, à descrição das suas regras, estando muito mais próximas da gramática tradicional do que de uma semântica. Em virtude disso, apresentamos nossa proposta de análise da *expressão da condição* visando à descrição e explicação de sentido, usando para isso uma teoria que nos permita estudar o discurso, ou seja, a língua em uso. A ANL cumpre essa função, visto que ela não mais separa tais instâncias da linguagem, mas articula-as através daquilo que denomina *instrução*, que será debatida na seção seguinte.

Dessa forma, encerramos esta seção, continuando, na próxima, a discussão sobre o tema deste trabalho, sob a ótica da Semântica Argumentativa.

3 POR UMA CONCEPÇÃO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA DA GRAMÁTICA

Nesta seção, apresentaremos os conceitos referentes à Teoria da Argumentação na Língua, que permite desenvolver nosso trabalho na direção que desejamos: realizar uma descrição e explicação do sentido da condição construído no discurso. A ANL, devido as suas bases filosóficas, tem como objeto de estudo a língua em uso, o que oferece a possibilidade de realizar uma abordagem semântico-enunciativa do nosso fenômeno em análise. Tais bases filosóficas, bem como a concepção de linguagem e os conceitos que compõem a ANL serão expostos e explicados a partir das subseções que seguem.

3.1 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A teoria que fundamenta nosso trabalho é a Teoria da Argumentação na língua (doravante denominada apenas ANL), de autoria de Oswald Ducrot e colaboradores. Em elaboração há quase 30 anos, a ANL tem se preocupado, desde sua origem, em dar conta do estudo semântico da linguagem. Isso a insere no quadro da semântica lingüística, trazendo a idéia de um estudo do sentido contido na língua em uso, sentido esse que é puramente argumentativo e que fundamenta a tese que constitui o centro da investigação: a de que a argumentação está na língua, ou seja, ser argumentativa faz parte da natureza da linguagem.

Em sua investigação, Ducrot coloca a sua idéia de semântica como uma semântica sintagmática, aquela que calcula o sentido do enunciado levando em consideração a relação entre as palavras que o compõem, e não apenas isso, mas também o fato de ser produto de uma enunciação. Esse tipo de estudo semântico opõe-se a outros por considerar, primeiramente, as palavras que constituem o enunciado umas em relação às outras, não de forma matemática, como uma soma de seus significados, mas como uma combinação de palavras escolhidas por um locutor que, dessa forma, constrói um sentido particular tendo em vista a posição que deseja expressar diante de determinado fato. Assim, o objetivo é prever regras que permitam presumir o valor dos enunciados de forma global. “O que caracteriza a semântica sintagmática é dar-se ela por tarefa prever a significação dos enunciados, e não descrever o sentido das palavras” (DUCROT, 1987:49).

Considerando o aspecto argumentativo como constitutivo da linguagem, e o sentido do enunciado como resultante da inter-relação entre dois predicados e um conector, Ducrot rejeita a noção de sentido literal e o caráter informativo da linguagem. O sentido literal é concebido como uma espécie de significação mínima presente em todas as palavras da língua, fruto da observação de tal palavra em vários contextos. A partir dessa observação, formular-se-ia um conceito que passaria a integrar o sentido do enunciado, ou seja, tanto na relação sintagmática quanto na relação paradigmática, enquadrada no sistema da língua, essa palavra manteria esse sentido mínimo ao qual apenas se acrescentaria algo dependendo da situação de emprego. Ducrot acredita que, em vez de sentido literal, as entidades lingüísticas, enquanto sistema, possuem uma *significação* constituída por *instruções*. São essas instruções que fazem a ponte, a união entre a língua e seu uso, uma vez que são elas que apontam que sentido deve ser buscado no enunciado em questão. Dessa forma, não há uma pré-definição de sentido, esse dependerá da situação de emprego e do que pretende expressar o locutor.

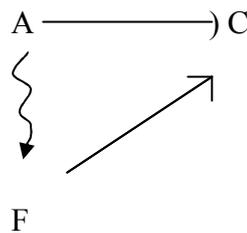
Aliada à noção de sentido literal, encontra-se a concepção de que a linguagem deve ser considerada como um meio de transmitir informações sobre a realidade, sendo essas informações passíveis de avaliações em termos de verdade e falsidade. Dessa forma, o sentido das palavras estaria constituído pela capacidade que essas possuiriam de veicular uma informação acerca daquilo de que se fala, fazendo predominar o caráter *objetivo* da linguagem, que lhe confere a característica de descrever os fatos tais como se apresentam. A fim de rebater essa noção de objetividade e informatividade da linguagem, Ducrot recorre à análise intralingüística, orientação dada pela filiação de sua teoria ao Estruturalismo, conforme o próprio autor afirma

atribuindo à ordem lingüística um caráter irreduzível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade, Saussure estabelece, a um só tempo, a legitimidade e a necessidade de procurar nela própria o princípio da sua racionalidade. (DUCROT, 1987:68).

Nesse tipo de análise, o estudo dos elementos lingüísticos se dá apenas com base nos enunciados efetivamente produzidos, estando excluído o contexto externo que motivou sua produção, sendo que a consideração desse elemento se dá unicamente quando o enunciado não contiver os dados lingüísticos suficientes à sua descrição semântica. Para o autor, a noção de verdade ou falsidade que os enunciados aparentam possuir pode ser explicada pelo fato de que o locutor colocou em seu enunciado, por meio de marcas, diferentes enunciadores e os assimilou a esta ou àquela pessoa. Complementa dizendo que “o que os lingüistas chamam

realidade é simplesmente aquilo que, segundo eles, é objeto de outras ciências sobre as quais se descarrega a obrigação de provar” (DUCROT, 2004:370) (tradução nossa)¹, o que significa, segundo o ponto de vista do autor, que à linguagem não pode ser dada a incumbência de provar algo sobre a realidade, devido à diferença de natureza: da linguagem emana o subjetivo, enquanto para descrever a realidade faz-se necessária a criação de outro meio, no qual não haja a possibilidade de interferência da posição daquele que a estuda.

Encarando a língua como uma forma de construir discursos e não como um meio de dar informações acerca da realidade, o lingüista pretende opor-se, ainda, à concepção tradicional de argumentação. Tal concepção argumenta que os enunciados do discurso encontram-se embasados nos fatos que veiculam, suas estruturas lingüísticas têm por função semântica a descrição factual, sendo essa função semântica meramente informativa. Vejamos o esquema discutido por Ducrot (1988:75)



Nesse caso, um discurso argumentativo precisa satisfazer a algumas condições, quais sejam, possuir dois segmentos, um denominado *argumento* (A) e outro *conclusão* (C). A deve indicar um fato F, que confere ao argumento A a possibilidade ser falso ou verdadeiro. Já a conclusão C pode ser inferida a partir do fato F. Nessa concepção argumentativa é possível perceber que o papel desempenhado pela linguagem é muito reduzido, visto que o laço que une A e C não possui relação alguma com a língua, apenas com o fato que veicula. Ela caracteriza-se pela exterioridade à linguagem, pois busca nos fatos do mundo a motivação para as conclusões, que, por sua vez, são suscetíveis de serem falsas ou verdadeiras. Para Ducrot, essa concepção invalida o papel da linguagem, que se torna apenas um instrumento do qual os sujeitos servem-se para falar sobre o que é exterior a ela.

Essa posição adotada pelo lingüista surgiu no momento em que ele passou a observar que alguns enunciados derivavam do mesmo fato, no entanto, apresentavam conclusões

¹ “lo que los lingüistas llaman ‘realidad’ es simplemente aquello que, según ellos, es el objeto de otras ciencias sobre las que se descarga la obligación de probar”.

diferentes. Imaginemos uma situação na qual uma pessoa encontra-se enferma e, para recuperar sua saúde, necessita alimentar-se. Nesse caso, podemos ter dois enunciados:

(1) Pedro comeu pouco.

(2) Pedro comeu um pouco.

No enunciado (1), a conclusão que se pode tirar é *Pedro comeu pouco, portanto não melhorará*, e para o enunciado (2), a conclusão seria oposta, *Pedro comeu um pouco, portanto melhorará*. É importante observarmos que ambos os enunciados traduzem o mesmo fato, ou seja, *Pedro comeu uma pequena quantidade*, no entanto, o que permite que a conclusão não seja a mesma para os dois enunciados são as palavras *pouco* e *um pouco*, denominadas pelo autor de *expressões argumentativas*. Essas expressões apresentam a função de determinar que segmentos podem ser relacionados àquele primeiro, já que, para Ducrot, não há a possibilidade de segmentos de discurso expressarem sentido se não estiverem relacionados uns aos outros.

Esse é um dos fatores que o motivaram a recusar a proposta tradicional da argumentação, já que para ele, o segmento **A**, que faz referência a um fato, não pode ser suscetível de julgamento em termos de verdade ou falsidade, nem ser tomado separadamente, uma vez que as palavras não podem apresentar um sentido completo sem que as relacionemos com outras, o que da mesma forma ocorre com os segmentos dos enunciados. Além disso, não é somente o fato que possui a capacidade de argumentar em um discurso, não é apenas ele que determina o poder argumentativo do enunciado, mas principalmente a forma lingüística que esse fato assume. Os fatos por si só não nos dizem nada, a linguagem é que os traduz, e isso só é possível pela fala de um locutor, que jamais será neutro em relação àquilo de que ele fala, seu posicionamento sempre estará presente por meio de marcas lingüísticas, o que atribui à língua o poder de argumentar.

Conforme já mencionado anteriormente, a concepção tradicional de sentido sempre viu na linguagem um aspecto *objetivo*, que lhe confere a propriedade de falar do mundo exterior a ela com completa imparcialidade. Além desse aspecto, outros dois fazem parte dessa descrição do sentido: o aspecto *subjetivo*, que diz respeito à posição que o locutor assume diante daquilo de que trata, e o aspecto *intersubjetivo*, que é constituído pela relação que o locutor mantém com o seu interlocutor, distinção essa usada especialmente pelo alemão Karl Bühler (apud DUCROT, 1988).

Dentre essas três indicações sobre o sentido, Ducrot recusa aquela que afirma que a língua possui um aspecto objetivo, pois ele acredita que a linguagem não dá acesso à realidade de forma objetiva, ela consiste apenas em um tema para debate entre dois indivíduos (DUCROT, 1988:50). Sua descrição se dá pela expressão da atitude de um locutor frente a ela e pelo chamado que faz ao seu interlocutor. Acredita que apenas os aspectos *subjetivo e intersubjetivo* são constitutivos do sentido, e considera que juntos eles formam o *valor argumentativo* de uma entidade lingüística. É esse componente que define a orientação que tal entidade dá ao discurso, e como está presente em todas as palavras, o emprego desse ou daquele vocábulo determina a continuação que se dará. O *valor argumentativo* está constituído pelo conjunto das possibilidades de continuação que se pode dar a um discurso e, por isso, é considerado como o nível fundamental de descrição do sentido, sendo por meio dele que se explica a ilusão de que as palavras possuem um valor factual real (DUCROT, 1988).

Retornamos aqui aos exemplos (1) e (2) já apresentados: é o valor argumentativo constitutivo das palavras *pouco* e *um pouco* que determina a orientação de cada enunciado. Por isso, do mesmo fato *Pedro comeu uma pequena quantidade* derivaram as conclusões opostas, o que corrobora a hipótese da ANL, de que o caráter informativo da língua é apenas uma consequência de sua natureza argumentativa:

Nunca há valores informativos no nível da frase. Não apenas não há frases puramente informativas, mas sequer há, na significação das frases, componente informativo, o que não significa que não há usos informativos das frases. (...) Tais usos (pseudo) informativos são derivados de um componente mais ‘profundo’ puramente argumentativo. (DUCROT, 1994:214) (tradução nossa)²

Para Ducrot (1980, 1987), uma teoria lingüística deve ser semelhante a um mecanismo construído com base em um mecanismo natural: a intenção é simular, através do mecanismo artificial, os fatos gerados pelo mecanismo natural. Para isso, há a necessidade do isolamento e observação, a partir de concepções prévias, do conjunto de dados que se deseja ter como objeto de estudo. A partir dessa observação, cria-se o mecanismo simulador constituído por diversas ferramentas que darão conta de reproduzir, e assim explicar, os fatos escolhidos para análise. A primeira etapa, constituída pelo isolamento e observação das ocorrências, não

² “Nunca hay valores informativos en el nivel de la frase. No solo no hay frases puramente informativas, sino que ni siquiera hay, en la significación de las frases, componente informativo, lo que no significa que no hay usos informativos de las frases.(...) tales usos (pseudos)informativos son derivados de un componente más ‘profundo’ puramente argumentativo.” (DUCROT, 1994:214)

acontece de forma ingênua, mas a partir de determinado lugar: esse lugar representa a escolha epistemológica que guiará tal observação, o que o autor chama de *hipóteses externas* (HE). Já a segunda etapa, a da criação do mecanismo e de suas ferramentas, é denominada *hipóteses internas* (HI). Essa separação é apenas metodológica, uma vez que as HI incorporam as HE, que por sua vez, foram HI em outro estágio do desenvolvimento da ciência. Como afirma Pierre Duhem (apud Ducrot, 1980:20), “os fatos de hoje são as teorias de ontem” (tradução nossa)³

3.1.1 Hipóteses externas e internas da Teoria da Argumentação na Língua

Como já afirmado, à escolha dos fatos precede o ponto de vista, definido por Ducrot como as HE. Para a ANL, constituem fontes para as hipóteses externas o Estruturalismo de Ferdinand de Saussure, especialmente os conceitos de língua/fala, e a noção de relação, bem como as teorias enunciativas. A primeira justifica-se por possibilitar um tipo de análise intralingüística, já que o conjunto de fatos que formam o objeto de estudo da ANL está constituído pela linguagem em uso, e esse estudo da linguagem, segundo os pressupostos saussurianos, só é possível por meio dela mesma. Já a orientação dada pelas teorias enunciativas justifica-se pelo fato de Ducrot considerar os dados como fruto de uma enunciação, que significa a presença de um locutor que transformou a língua em fala. “De um lado, a semântica lingüística deve ser estrutural, e de outro, o que fundamenta o Estruturalismo em termos de significação deve levar em conta a Enunciação” (DUCROT, 1987:67). Vejamos com mais detalhe cada uma dessas hipóteses que fundamentam a ANL.

Para Ducrot, a descrição de uma língua deve conter um caráter sistemático. Esse princípio, herdado de Saussure, está na base da construção de sua teoria, uma vez que nada é visto de forma isolada, e até mesmo os conceitos de língua e fala, que para o lingüista genebrino constituíam objetos diferentes, na ANL são inseparáveis. E é essa ligação entre língua e discurso, que forma o centro de investigação, que se deseja explicar. Nesse caso, a semântica lingüística institui um guia de leitura, já que reconstrói as instruções, dadas pela própria língua, para a compreensão do sentido dos enunciados.

Ducrot assume que o princípio saussuriano que mais lhe foi útil foi a oposição língua/fala, entendendo a *língua* como um construto teórico e a *fala* como um conjunto de

³ “Les faits d’aujourd’hui sont les théories d’hier.” (DUCROT, 1980:20)

dados observáveis. Para Saussure, a língua é composta por um sistema de signos presente no cérebro dos falantes de determinada comunidade, o que lhe confere um caráter social e homogêneo. Já a fala diz respeito ao particular – uma vez que é a atualização da língua por um indivíduo – é heterogênea e permeada por aspectos de natureza psicológica, social, entre outros (SAUSSURE, 2000). Por isso, para ele interessam apenas as relações presentes no sistema de signos, visto que o objetivo é a análise da língua por meio dela própria, excluída toda e qualquer referência extralingüística. Nesse sentido, Ducrot define seu conjunto de dados observáveis e seu objeto teórico: para ele, a língua é constituída por um número finito de *frases*, ou seja, uma série de palavras combinadas segundo regras de sintaxe e tomadas fora da situação discursiva. Elas são construções do lingüista para explicar a infinidade de enunciados e seu sentido, construção essa que é resultado de uma abstração com base na observação de um grande número de *enunciados*, que são a realização da frase. O enunciado, portanto, é o dado empírico; é por meio da observação dele que se chega às frases e é ele que percebemos quando escutamos alguém falar.

Para Ducrot, existem diferenças de natureza e de quantidade entre *frase* e *enunciado*. A diferença quantitativa existe, pois o enunciado diz muito mais que a frase. Imaginemos que duas pessoas diferentes enunciem em lugares e momentos diferentes algo como *Está chovendo*. Do ponto de vista da língua, teremos apenas uma frase, no entanto, do ponto de vista do uso da língua, teremos dois enunciados diferentes. Isso porque o *sentido* do enunciado é a representação da sua enunciação, que por sua vez, possui os indicadores de tempo, pessoa e espaço, ou seja, o enunciado está sobredeterminado em relação à frase, pois ele contém a enunciação (DUCROT, 1988).

Já a diferença de natureza é entre os componentes de *sentido* e *significação*. À *frase* está associada uma *significação*, formada por *instruções* que oferecem indicações de como interpretar o enunciado que a realiza. Por outro lado, o *enunciado* apresenta um *sentido*, que é o seu valor semântico, por sua vez, sempre argumentativo. Assim, a significação da frase é aberta, constitui uma espécie de *modo de emprego*, que dá indicações de como o sentido do enunciado deve ser compreendido. Esse é um dos motivos que fazem Ducrot rejeitar a noção de sentido literal: se esse fosse considerado como parte da significação, o sentido dos enunciados que realizam determinada frase apresentaria um traço comum ao qual se acrescentaria alguma característica referente à situação de emprego. Para ele, a significação é bem outra coisa, deve ajudar a explicar e não a descrever o sentido do enunciado.

A *instrução*, componente da significação, indica o trabalho que deve ser feito para a compreensão do enunciado, que deve levar em conta o ponto de vista que o *locutor*, ser de fala que produziu o enunciado, desejou exprimir. Dessa forma, inscrevem-se na língua mesma indicações sobre a atividade de fala, o que introduz a fala na língua e a enunciação no enunciado. Jamais devemos esquecer, na descrição do sistema lingüístico, que ele é deduzido de seu uso, da observação do comportamento de infinitos enunciados, e de que a língua existe para ser usada. Nesse sentido, a significação da frase deve ser explicativa e não descritiva, uma vez que ela deve fornecer as indicações àqueles que interpretam um enunciado, dada a situação de discurso, para a busca do sentido preciso visado pelo locutor, e implica também que o sentido seja diferente conforme a situação de discurso.

Chegar à instrução de uma frase ou de uma palavra significa observar o comportamento desta em inúmeros enunciados. A partir dessa observação, constrói-se uma regra, que não é fechada em si, mas que sempre e unicamente fará alusão ao emprego da língua. A instrução é a ponte que une o sistema lingüístico e a fala, e uma das causas que motivaram escolha da ANL para fundamentar este estudo é justamente a possibilidade de articular língua e fala, unidas por meio da instrução. Como afirma o próprio autor,

a pesquisa estrutural em semântica lingüística (...) consistiria em tomar como domínio de estudos, como campo empírico, o conjunto de enunciados de uma língua e definir cada um deles, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações de co-ocorrência com outros no discursos reais de que essa língua é o meio. A significação de um enunciado, aos olhos da lingüística, consistiria, então, numa espécie de representação condensada das associações de que ele é suscetível no uso. (DUCROT, 1987:69)

Assim constitui a *hipótese interna* da teoria a busca por uma explicação sobre a relação existente entre o valor semântico encontrado na realidade física de um enunciado e a sua situação de emprego, enunciado que nada mais é, repetimos, do que a realização de uma frase da língua, que por sua vez contém uma significação.

Essas afirmações colocam a Semântica Lingüística de Ducrot no quadro do Estruturalismo que considera os fatos lingüísticos encerrados em si mesmo, sem que seja necessária, a princípio, a recorrência a elementos exteriores para a sua explicação, o que exclui a noção de verdade e falsidade, bem como a referência ao mundo real, temas já debatidos no início desta seção.

Além desses conceitos de língua e fala, Ducrot assume, ainda, em entrevista concedida ao professor Heronides de Moura durante uma visita ao Brasil, a sua pretensão de permanecer fiel a Saussure, especialmente à idéia de que as palavras não possuem sentido de forma independente, nem em relação ao mundo ou ao pensamento, mas apenas em relação umas às outras. O que aponta o autor é que o cálculo do sentido deve tomar segmentos mais vastos que uma palavra, e que em vez de considerar as palavras em relação umas às outras, as considera em relação a discursos, o que torna o seu trabalho um estruturalismo do discurso (MOURA, 1998).

A palavra, concebida como entidade lingüística abstrata, só colabora no sentido do enunciado de uma maneira indireta: ela começa a se combinar com as outras palavras para constituir a significação da frase, e é esta que, visto a situação de discurso, produz o sentido do enunciado. (DUCROT, 1980:09) (tradução nossa)⁴

A noção de relação, presente em Saussure, está no cerne da ANL, pois considera que os segmentos do discurso somente são compreensíveis se tomados um em relação ao outro. Portanto, ser estruturalista significa jamais considerar o objeto de forma isolada, mas tomá-lo em relação a outros de mesma natureza, pois a relação o constitui. Para Saussure, o resultado da relação entre os signos é o *valor*, conceito mantido por Ducrot, que o toma como a representação do sentido da entidade no discurso. No caso da ANL, o valor se estabelece entre os segmentos dos enunciados, pois é apenas na relação entre eles, dada a situação de discurso, que o sentido se define. O significado, portanto, não está constituído por coisas ou idéias, elementos do mundo exterior à linguagem; sua ordem é puramente lingüística.

Outra hipótese externa que fundamenta a ANL são as teorias enunciativas, e sobre elas falaremos agora. Para Ducrot, o conceito de enunciação possui três acepções: a primeira delas caracteriza-se por ser a atividade psico-fisiológica envolvida na produção do enunciado. A segunda, o produto da atividade do sujeito falante, que é o próprio enunciado. A terceira, e a considerada pelo autor como adequada à descrição semântica que pretende realizar, é o acontecimento histórico que constitui o aparecimento do enunciado. Sendo assim, a enunciação é um acontecimento que culmina no surgimento do enunciado, ou seja, há um momento em que o enunciado ainda não existe, e outro em que ele não existe mais. Esse intervalo de tempo é a enunciação.

⁴ « Le mot, conçu comme entité linguistique abstraite, ne colabore au sens de l'énoncé que d'une façon indirecte : il commence par se combiner aux autres mots pour constituer la signification de la phrase, et c'est celle-ci qui, vu la situation de discours, produit le sens de l'énoncé. » (DUCROT, 1980:09)

Outro motivo que insere a ANL no quadro enunciativo é o fato de considerar que toda e qualquer manifestação lingüística é produto da atividade de fala de um locutor, que por sua vez, dirige-se a um interlocutor. Essas figuras são essenciais na ANL, pois, além de não haver a possibilidade de língua em uso sem a presença desses elementos, o sentido construído pelo uso da língua é fruto da posição adotada pelo locutor sobre aquilo de que fala.

Assim, embora o objeto de análise não seja a enunciação em si, mas o seu produto, Ducrot considera inseparáveis *enunciação* e *enunciado*, pois “o sentido do enunciado, para mim, é uma descrição, uma representação que ele traz da sua enunciação, uma imagem do evento histórico constituído pela aparição do enunciado” (DUCROT, 1980:34) (tradução nossa)⁵. Todo enunciado deve fazer alusão a sua enunciação, visto que esta é determinante na explicação do sentido construído pelo locutor. A observação do enunciado sem a consideração de uma situação de fala o torna idêntico a todos os outros; é preciso fazer menção ao ato que produziu o enunciado em diferentes pontos do tempo e do espaço. Portanto, considerar o enunciado como o espelho de sua própria enunciação, é, antes de mais nada, admitir que ele se apresenta como produzido por um locutor, que por sua vez, endereça sua enunciação a um interlocutor.

Na explicação do sentido dos enunciados por meio da construção de regras, ou generalidades que contêm as indicações do sentido a ser buscado, inevitavelmente deve haver indicações relativas à atividade de fala. Muitos enunciados correm o risco de não receber uma descrição satisfatória, caso não seja feita uma alusão ao fato de serem usados com determinado objetivo: o de argumentar por meio da sua enunciação. Assim, reafirma-se que o enunciado deve ter suas propriedades definidas sem qualquer alusão a elementos de ordem social, histórica ou psicológica, mas sim, deve ser considerado em relação ao ato de ser empregado.

Portanto, não há a possibilidade de realizar uma descrição da língua sem fazer alusão à atividade de fala, pois a língua em si contém elementos que remetem a seu uso e essas duas instâncias não podem ser tomadas como independentes.

⁵ « Le sens de l'énoncé, c'est, por moi, une description, une représentation qu'il apporte de son énonciation, une image de l'événement historique constitué par l'apparition de l'énoncé. » (DUCROT, 1980:34)

3.1.2 Teoria dos Blocos Semânticos

A Teoria dos Blocos Semânticos, doravante apenas denominada TBS, constitui o momento atual das pesquisas da ANL. Conforme afirmado no início da seção, a ANL está em elaboração há 30 anos. Durante todo esse período, Oswald Ducrot e seus colaboradores desenvolveram um trabalho contínuo, de forma a conservarem-se cada vez mais fiéis à tese que motivou a teoria, de que a natureza da linguagem é ser essencialmente argumentativa. Assim, as hipóteses externas da teoria mantiveram os pressupostos estruturalistas e enunciativos. As mudanças ocorridas dizem respeito apenas às hipóteses internas da teoria, como a criação de novas ferramentas e extinção de outras, que não eram compatíveis com a filosofia da ANL. Dessa forma, durante esses trinta anos, a ANL viveu três momentos: o primeiro deles, chamado *Forma Standard*, surgiu em 1983 com a divulgação da primeira obra que denominava de Argumentação na Língua a série de idéias desenvolvidas por Ducrot e Jean-Claude Anscombre desde muito tempo. O segundo momento, a Teoria dos *Topoi*, surgiu em seguida, e vigorou até 1992, quando Marion Carel deu início, por meio de sua tese de doutorado, orientada por Oswald Ducrot, ao desenvolvimento da TBS.

Não nos deteremos nos dois primeiros momentos da teoria, pois, com exceção do conceito de polifonia, que já está sendo estudado pela TBS, os elementos que os caracterizavam já foram recusados pelo próprio autor, portanto, também não serão úteis para o nosso trabalho. Cabe ressaltar que as fases da teoria não constituíram mudanças completas em relação ao trabalho desenvolvido, mas apenas reformulações metodológicas que dizem respeito essencialmente ao fato de como os teóricos construíram sua concepção de linguagem. Assim, os conceitos apresentados nas hipóteses internas e externas deste trabalho perpassam todo o trabalho dos autores e perduram até o momento atual. Os conceitos referentes à Teoria dos Blocos Semânticos serão introduzidos nesta seção, e serão fundamentais para explicação do fenômeno em análise.

A TBS, segundo Ducrot, consiste em uma aplicação do Estruturalismo saussuriano à semântica lingüística, especialmente por conservar, de forma inquestionável, a noção de relação: se, para Saussure, o signo lingüístico adquiria seu valor apenas na relação com os demais signos, na TBS são os segmentos de discurso que têm seu sentido definido no uso e na relação que estabelecem com os demais. Dito de outro modo, o sentido de uma entidade se

baseia na argumentação, e diz respeito às possibilidades de discursos argumentativos passíveis de serem encadeados a partir dela.

Tendo em vista que o sentido se constrói apenas na língua em uso, ou seja, na concatenação entre duas frases, articuladas por um conector, e que, por se tratar de um estudo semântico, Ducrot e Carel tomam o enunciado como unidade mínima de observação. Tal enunciado é composto pela relação entre dois segmentos, os quais denominam *suporte* e *aporte*, relação esta estabelecida por meio de um conector. Esses elementos juntos formam aquilo que teoricamente é chamado *encadeamento argumentativo*, representado por *X CON Y*.

Os encadeamentos argumentativos formados por *X CON Y* constituem a argumentação interna ao enunciado, construída com o objetivo de traduzir, de forma sintética e metodológica, a argumentação contida nele. Tais encadeamentos argumentativos podem ser de dois tipos: *normativos* e *transgressivos*. Os *normativos* são aqueles cujo conector que relaciona suporte e aporte é do tipo *donc*⁶ (ou, abreviado, DC); trata-se de uma espécie de condensação do sentido de todas as palavras e expressões que indicam tal relação. Observemos os enunciados a seguir:

(3) João é inteligente, portanto, resolverá o problema.

(4) Tendo em vista que João é inteligente, é certo que resolverá o problema.

(5) Se João é inteligente, então resolverá o problema.

Os enunciados (3), (4) e (5) apresentam, como resultante da relação entre os segmentos, o mesmo sentido, e a partir desses usos é feita a abstração representada por *donc*. Da mesma forma ocorre com os encadeamentos *transgressivos*. A partir da observação de enunciados como

(6) João é inteligente, no entanto, não resolveu o problema.

(7) Mesmo sendo inteligente, João não conseguiu resolver o problema.

(8) Ainda que João seja inteligente não conseguirá resolver o problema.

⁶ Neste trabalho, será usada a palavra francesa *donc* que significa *portanto* em português.

é possível observar que a relação estabelecida pelos conectores nesses três enunciados possui um sentido que pode ser representado pela palavra *pourtant*⁷. É importante ressaltar que as noções de normatividade e transgressividade não correspondem a idéias, conceitos psicológicos ou sociais, mas que sua definição é lingüística, ela encontra-se no interior das palavras.

Retomemos a afirmação de que a TBS é uma aplicação do Estruturalismo de Saussure ao discurso, uma vez que considera vital, nas suas análises, a relação estabelecida entre as frases para a determinação do sentido. Assim, imaginemos uma situação em que dois estudantes encontram-se em final de semestre, exaustos, e, na iminência de realizar exames, preocupam-se em estudar. Observemos os seguintes enunciados, sendo (9) atribuído ao locutor A e (10) ao locutor B:

(9) Há muita matéria para estudar, não há tempo para descansar, comecemos agora.

(10) Há muita matéria para estudar, vamos descansar, não comecemos agora.

Em ambos enunciados, pode-se perceber que há um *donc* implícito. No entanto, os dois segmentos inter-relacionados, aliados à presença da negação, criam sentidos diferentes. No enunciado (9), a quantidade de estudo prevista exige que seu começo seja imediato, já no enunciado (10), a quantidade de estudo que se terá requer descanso prévio. Os encadeamentos que podem ser formulados a partir da argumentação interna aos enunciados são

(9') muita matéria DC começar agora

(10') muita matéria DC neg começar agora

Com esses exemplos é possível perceber que, apesar de os segmentos relacionados serem os mesmos, o sentido advindo da sua relação é diferente. Esse fenômeno é causado pela *interdependência semântica*, por meio da qual somente se pode definir o sentido de um segmento do enunciado se tomando em relação ao outro. Além disso, a negação e o conector também atuam para que esse sentido seja determinado.

⁷ Da mesma forma que usaremos a palavra francesa *donc* significando *portanto*, será usada a palavra francesa *pourtant* que significa, em português, *no entanto*. A escolha de manter tais palavras na língua em que a teoria foi escrita justifica-se pela intenção de não causar confusão, visto que as palavras *pourtant* e *portanto* podem ser ambas representadas por *PT*, no entanto, seus significados são opostos.

O locutor A, responsável pelo dito em (9), também poderia ter expressado seu ponto de vista por meio dos seguintes enunciados:

(11) Há muita matéria para ser estudada, no entanto, deixemos para depois.

(12) A matéria a ser estudada não é muita, portanto, deixemos para depois.

(13) A matéria a ser estudada não é muita, no entanto, não deixemos para depois.

Como vimos anteriormente, os encadeamentos argumentativos são representados genericamente por X CON Y, em que X corresponde a A, e Y corresponde a B. Já CON representa o conector que está sendo usado: quando CON representar um conector do tipo normativo, CON' representará outro, do tipo transgressivo, e vice-versa.

Assim, tendo em vista os enunciados (9), (11), (12) e (13), é possível formar os seguintes aspectos argumentativos:

(9'') A DC B

(11'') A PT neg B

(12'') neg A DC neg B

(13'') neg A PT B

Tais representações são chamadas *aspectos argumentativos*, pois constituem diferentes formas de realizar o mesmo sentido, que é aquele em que *a quantidade de estudo prevista exige que seu começo seja imediato*. Esse sentido constitui o que os autores denominam *bloco semântico*, ou seja, esse sentido, que pode ser expresso pelos enunciados acima, é fruto da relação, da interdependência semântica entre os segmentos do enunciado, e do jogo de conectores com a negação. Portanto, pertencer ao mesmo bloco significa ter a mesma interdependência semântica entre A e B. Na TBS não se faz intervir propriedades do mundo, mas conectores do tipo DC e PT que, aliados ao jogo com a negação e à interdependência entre os segmentos, busca explicar o sentido do enunciado. São esses elementos que tornam a TBS uma teoria que vê no discurso não uma forma de relatar a realidade, mas de ver na língua seu aspecto argumentativo.

Da mesma forma que esses quatro aspectos formam o bloco semântico 1, outros quatro, descritos a seguir, formam o bloco semântico 2, que tem como sentido *a quantidade de estudo que se terá requer descanso prévio*. Visto que tais aspectos são paralelos, uma vez que contêm uma unidade semântica, e a escolha realizada pelo locutor denunciará seu posicionamento, se adota uma postura normativa ou transgressiva, já que um aspecto evoca o outro, o normativo contém o transgressivo, e vice-versa.

(10) Há muita matéria para estudar, vamos descansar, não comecemos agora.

(10'') A DC neg B

(14) De fato, há muita matéria a ser estudada, no entanto, comecemos agora.

(14'') A PT B

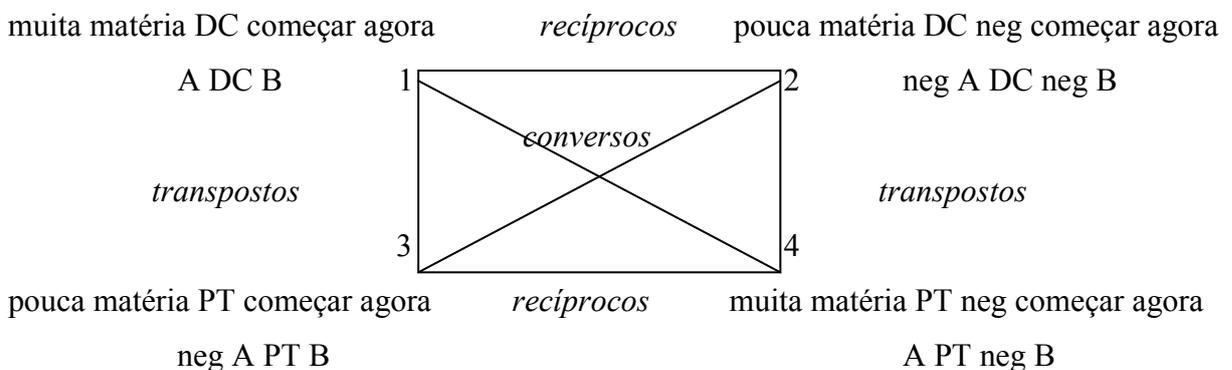
(15) A matéria a ser estudada não é muita, portanto, comecemos agora.

(15'') neg A DC B

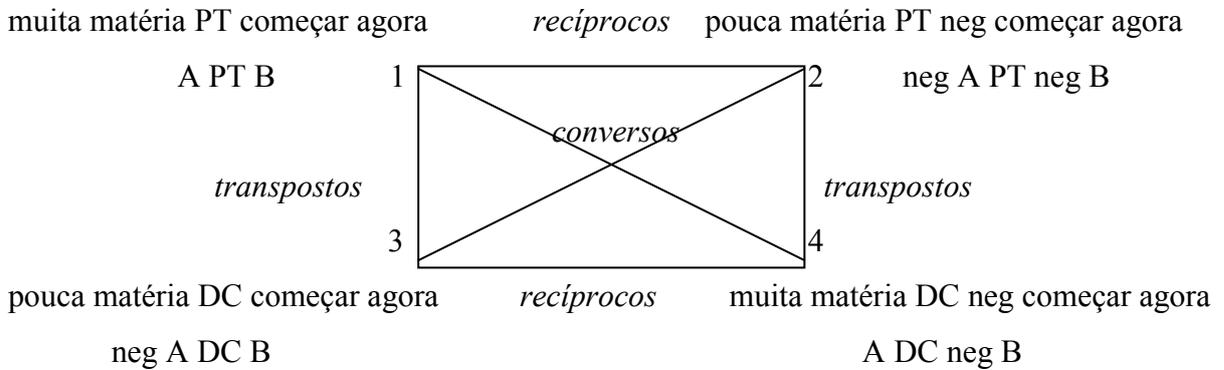
(16) A matéria a ser estudada não é muita, no entanto, comecemos depois.

(16'') neg A PT neg B

Ducrot e Carel (2005) propõem que esses aspectos constitutivos dos dois blocos semânticos sejam organizados em dois quadrados, que demonstram os tipos de relação possíveis entre eles. Tomemos os dois blocos semânticos apresentados acima: primeiro o BS 1 que diz *a quantidade de estudo prevista exige que seu começo seja imediato*, bem como seus aspectos. Com eles, é possível construir o seguinte quadrado argumentativo:



Já com o BS 2, a quantidade de estudo que se terá requer descanso prévio, há a possibilidade de construir o quadrado abaixo:



Como pode ser observado nos dois quadrados argumentativos construídos acima, a partir de dois blocos semânticos distintos, os aspectos que os constituem não são considerados de forma isolada, mas sempre um em relação ao outro. Isso ocorre, pois, no momento em que o locutor posiciona-se escolhendo um aspecto normativo ou transgressivo do bloco, os demais aspectos são evocados, já que o sentido de uma entidade está ligado à sua capacidade de evocar discursos, e os aspectos constitutivos dos blocos são, justamente, os discursos evocados a partir de determinado enunciado.

Assim, para Ducrot e Carel (2005:46), as relações possíveis entre tais entidades podem ser de três tipos: de *reciprocidade*, de *transposição*, ou ainda, de *conversão*. A relação de *reciprocidade* ocorre entre as posições 1 em relação a 2, e 3 em relação a 4, e pode ser parafraseada por *é todo contrário* (não apenas é falso, mas exatamente o contrário). Já os aspectos conversos são 1 e 4, bem como 2 e 3, sendo que tal relação possui uma ligação muito estreita com a negação. Por último a *transposição*, que ocorre entre os aspectos 1 e 3, e 2 e 4, e pode ser parafraseada por *em todo caso, ao menos*. Tais relações não existem apenas nos blocos semânticos acima, mas em todos os blocos que possam ser construídos a partir de todo e qualquer discurso.

Além das relações entre os aspectos constitutivos dos blocos, entre esses últimos também é possível estabelecer formas de relação, que podem ser as seguintes: a primeira delas é a mudança de sentido do bloco semântico 1 para o bloco semântico 2. Outra possível relação é aquela em que um dos blocos fica sem sentido; e a última, é aquela em que um bloco possui sentido doxal, e o outro, paradoxal.

Todas essas questões referentes à construção do quadrado argumentativo, a partir dos aspectos constitutivos de um bloco semântico, bem como suas relações, têm um papel fundamental na explicação do sentido de um enunciado. Conforme já afirmado diversas vezes neste trabalho, argumentar nada mais é do que tomar determinada posição a respeito daquilo de que falamos. Essa posição, que em si mesma é a argumentação, é feita por meio da linguagem, no determinado momento em que o locutor transforma a língua em discurso e assume tal ou tal aspecto constitutivo do sentido. A escolha revela sua posição e, embora esteja relacionada ao mesmo bloco semântico, a opção por um aspecto normativo ou transgressivo denuncia seu ponto de vista. Se o sentido de um enunciado é argumentativo, e se a produção de discurso nada mais é do que argumentar, considerar esses elementos é fundamental.

Outro fator importante a ser ressaltado na TBS é a forma como um discurso pode ser associado a palavras. Para Ducrot e Carel, o sentido de uma entidade lingüística assenta-se sobre a sua capacidade de evocar discursos, ou de modificar aqueles aos quais tal entidade encontra-se associada. Os conjuntos de discursos considerados são apenas aqueles denominados encadeamentos argumentativos, como vimos, uma relação entre dois segmentos e um conector. Tais discursos podem estar associados a uma palavra de forma externa, constituindo o que os autores chamam *argumentação externa ao léxico*, ou ainda de forma interna, formando a *argumentação interna ao léxico*.

A argumentação externa de uma entidade *e* é composta pela pluralidade de aspectos (conjuntos de discursos) que podem ser associados a ela de forma externa, ou seja, nos quais ela tenha sua participação como um dos segmentos que compõem o encadeamento. São encadeamentos que partem de *e* ou que chegam a *e*. Tomemos o exemplo usado por Ducrot (2002), que dá como argumentações externas da palavra *prudente*

(17) prudente DC não teve acidente

(18) tem medo DC é prudente,

nos quais a palavra *prudente* participa como um dos segmentos do encadeamento, sendo em (17) suporte, e em (18), aporte. Nesse tipo de argumentação, portanto, a entidade forma parte dos encadeamentos externos que a descrevem.

A argumentação externa pode ser, ainda, de dois tipos: AE à direita, cuja constituição se dá pelas continuações possíveis para a entidade, no caso *e CON Y*, como é o caso de (17), ou, ainda, pode ser à *esquerda*, como é o caso do aspecto representado por (18), e formalmente por *X CON e*, no qual a AE é formada pelo que pode preceder *e*. Cabe salientar que as AEs encontram-se sempre em pares, sendo um aspecto normativo e outro transgressivo, pois ambos estão igualmente inscritos na significação das frases, ao menos como possibilidades. No caso da AE à direita, teremos aspectos conversos, como em

(17) prudente DC não teve acidente

(19) prudente PT teve acidente,

em que ambos pertencem ao mesmo bloco semântico, já que a relação de interdependência entre suporte e aporte é a mesma, cujo sentido é *uma atitude prudente evita acidentes*. A diferença entre (17) e (19) reside apenas na forma de expressar esse sentido, guiada pelo jogo com os conectores e a negação. O enunciado que traduziria (17) poderia ser *Já que João foi prudente, não correu risco de sofrer acidente*. Já (19) poderia ter como enunciado *Mesmo sendo prudente, João sofreu um acidente*, apontado como a transgressão da norma desses exemplos, que é a de que quem toma cuidados não corre risco de acidentes.

Os aspectos que descrevem a argumentação externa de uma entidade à esquerda estão em relação de transposição, como é o caso de

(18) tem medo DC é prudente

(20) não tem medo PT é prudente,

os quais pertencem ao mesmo bloco semântico, no entanto, tal bloco é distinto do anterior. O sentido construído pela relação entre os segmentos constitutivos desses aspectos é *o medo que leva à prudência*, sendo que há a transgressão de (20) em relação a (18). Os enunciados que podem traduzir esses aspectos são *João tem medo, portanto é prudente*, concernente a (18), e *João não tem medo, no entanto é prudente*, atribuído a (20).

Como podemos ver, a relação entre suporte e aporte, entre o elemento lingüístico e os discursos aos quais encontra-se encadeado, constrói um sentido que é fruto da forma como se lê um em outro, ou seja, o bloco semântico é construído pela forma como lemos um predicado

no outro. Portanto, “dar o significado de uma expressão é associar-lhes diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego” (DUCROT, 2002:07).

A *argumentação interna* de uma entidade *e* é constituída pela pluralidade de aspectos que a parafraseiam. Assim, a AI é uma espécie de paráfrase ou reformulação do termo ao qual ela é atribuída, sem que haja participação do elemento em análise nos segmentos do encadeamento. Como exemplo de AI da palavra *prudente*, Ducrot (2008) apresenta

(21) perigo DC precaução.

É importante ressaltar que a argumentação interna da palavra pode apresentar apenas relação de reciprocidade com outro aspecto, não comportando relação de conversão, como vimos que ocorre com as AEs. Isso porque cada palavra possui uma AI cuja relação entre suporte, aporte, conector e negação remete apenas a ela própria. Se tomarmos o aspecto converso em relação a (21), teremos como resultado a argumentação interna de outra palavra, *imprudente*

(22) perigo PT neg precaução.

Com base nesses conceitos, Ducrot (2002) propõe uma classificação semântica do léxico. Segundo essa classificação, as palavras da língua podem exercer determinadas *funções* conforme o uso que o locutor faz delas. Tal classificação apresenta as seguintes divisões:

- a) *Palavras plenas*: são aquelas palavras da língua às quais é possível atribuir uma argumentação interna e uma argumentação externa, ou seja, a principal característica é evocar discursos constitutivos de sua AI e de sua AE.
- b) *Palavras instrumentais*: estão divididas em
 - b.1) *conectores*: são os elementos que encontram-se fazendo a relação dos segmentos nos encadeamentos, são eles que constroem os discursos que Ducrot chama “doadores de sentido”. Essa classe é representada pelos protótipos normativo *donc*, e transgressivo *pourtant*.
 - b.2) *articuladores*: são os elementos que estabelecem a relação entre dois encadeamentos, como *mas*, *além de*, por exemplo. Tais elementos já são considerados como constitutivos do nível do discurso propriamente dito.

b.3) Operadores: são elementos Y aos quais aplicada uma palavra X constroem um sintagma XY, sendo que seu sentido é composto apenas pelas palavras plenas da AI e da AE de X. Esses elementos não acrescentam sentido novo ao termo com os quais se combinam, eles apenas reorganizam os constituintes semânticos presentes em X. Como operadores são encontrados no uso da língua, os *modificadores*, que são palavras que não acrescentam sentido novo ao termo ao qual se ligam, apenas atuam sobre a sua força argumentativa; e os *internalizadores*, elementos Y caracterizados por se ligarem a palavras X e integrarem a sua AI aspectos da AE de Y. Tanto os modificadores quanto os internalizadores aparentam acrescentar uma espécie de gradualidade ao termo ao qual são aplicados. Os modificadores podem ser *realizantes* ou *desrealizantes*, já os internalizadores podem ser classificados em *transgressivos* e *normativos*.

Essa classificação do léxico proposta por Ducrot e Carel é muito importante, pois nos faz perceber a função que a palavra exerce neste ou naquele uso. Sabemos que os modificadores, por exemplo, são elementos que, em determinado contexto, podem exercer função de palavra instrumental, no entanto, em outro ambiente, podem perfeitamente ser uma palavra plena, com AI e AE. Esse estudo nos faz compreender e explicar a própria essência da linguagem, que se encontra na capacidade de assumir a função que o locutor deseja lhe dar. É, como afirma o autor, a transformação da língua em discurso, algo que encontra-se geral e inerte no sistema, pela atividade de fala de um indivíduo torna-se vivo e surpreendente. É o que constitui a natureza da linguagem.

Outro conceito que pertence a ANL e que estabelece sua relação com teorias enunciativas é a *polifonia*. Trata-se de uma releitura da teoria polifônica de Bakhtin e de Charles Bally, sendo que seu principal objetivo é refutar a idéia de unicidade do sujeito falante. Para Ducrot, o sentido do enunciado está formado não apenas pelo dito, mas também por enunciadores, responsáveis por pontos de vista evocados e colocados em cena pelo locutor. Assim, o sentido do enunciado é uma qualificação, um reflexo da própria enunciação, no qual é assinalada uma superposição de vozes, que constituem a polifonia. A proposta do lingüista é de que o locutor nunca se expressa diretamente, mas põe em cena em seu enunciado uma série de personagens, que ele denomina *enunciadores*, sendo o sentido do enunciado composto pelo confronto das diferentes vozes que ali aparecem.

Além disso, o conceito de polifonia aparece com uma forma de rebater a concepção veritativa da linguagem, a qual vê a língua como uma forma de descrever a realidade. Para Ducrot, a polifonia é apresentada como uma espécie de diálogo cristalizado, uma análise vertical que “atribui a cada um dos componentes uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível” (DUCROT, 2005:18), na qual diferentes enunciadorees podem ser assimilados a diferentes sujeitos, cujo resultado é uma “estratificação do sentido”. Verdade e falsidade, portanto, não podem ser compatíveis com o sentido dialógico proposto pelo linguista; o valor informativo de um enunciado constitui apenas um fenômeno derivado (DUCROT, 1988, 2005). Tal encenação também explica a impressão que temos, muitas vezes, de que os enunciados podem ser falsos ou verdadeiros: é porque o locutor colocou em cena diferentes enunciadorees e os assimilou a essa ou àquela pessoa. No entanto, o objetivo é descrever semanticamente os enunciados através dos elementos lingüísticos apresentados pelos diferentes enunciadorees.

A polifonia, além de uma ferramenta para análise lingüística, deve ser encarada como constitutiva da língua em uso. Se admitirmos que o sentido do enunciado é um reflexo da sua enunciação, precisamos admitir também que não são as informações que ele comunica acerca do mundo que rodeia o locutor que o constituem semanticamente. O sentido descrito como um espelho da sua enunciação revela esse acontecimento particular da língua, pois a enunciação também é a transformação da língua em discurso pela atividade de fala do locutor que, por meio da sua palavra, dá a conhecer outros discursos que lhe são constitutivos. Esse fato é consequência de um princípio geral que diz respeito a toda linguagem e a distingue do raciocínio lógico: o pensamento do outro está presente no meu, e sua separação total é impossível de ser realizada.

É na polifonia que aparece o caráter constitutivo da alteridade: fazendo o outro se expressar, nós próprios nos expressamos. Tal papel constitutivo da alteridade já fora mencionado por Platão, que o apresentou de forma paradoxal em um texto do Sofista, no qual analisa as categorias fundamentais da realidade: o Movimento, o Repouso, o Mesmo, o Ser e o Outro. Para Platão,

o outro tem um estatuto particular, pois não se situa ao lado das categorias precedentes, mas nelas. Da essência do Outro diremos que ela circula através de todas, pois se cada uma delas, individualmente, é diferente das outras, não o é em virtude da sua própria essência, mas da sua participação na natureza do Outro. (apud DUCROT, 1987:67).

Os elementos fundamentais para o conceito de polifonia são definidos como seres que possuem diferentes status lingüísticos: o *sujeito falante*, o *locutor* e o *enunciador*. Ao primeiro deles, *sujeito empírico*, são atribuídas três características que o definem: a primeira delas é o fato de ser dotado de uma atividade psico-fisiológica necessária para a produção do enunciado. Isso quer dizer que o sujeito falante realizou os movimentos musculares necessários para a produção do som, bem como realizou a atividade intelectual de organizar o enunciado. A segunda característica atribuída a ele é o fato de ser o autor, a origem dos enunciados; e a terceira característica é a de ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa. Portanto, o sujeito empírico é o autor efetivo do enunciado, é o ser que tem existência no mundo e sobre o qual Ducrot não investe sua teoria, uma vez que, para ele, o que interessa é o que está no enunciado, e não as condições exteriores a sua produção. O sujeito empírico não contribui para a construção do sentido, não se trata de um problema propriamente lingüístico, o que o torna objeto de estudo da sociolingüística ou da psicolingüística. Para Ducrot, não interessa por que tal sujeito disse o que disse, mas simplesmente interessa o que disse esse sujeito.

O segundo elemento, o *locutor*, é caracterizado como aquele a quem se imputa a responsabilidade pelo enunciado, uma vez que o locutor deixa nele suas marcas, podendo ser distinto do sujeito empírico, como é o caso de enunciados relacionados por *mas*, que apresentam dois pontos de vista que se opõem. Trata-se, dessa forma, de um ser da linguagem, um ser fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade da sua enunciação.

Já os *enunciadores* são seres que se expressam através da enunciação, sem que a eles sejam atribuídas palavras em seu sentido material, mas apenas pontos de vista, atitudes, ou posicionamentos. É o locutor, responsável pelo enunciado, que dá existência a enunciadores, de quem ele organiza as atitudes e os pontos de vista. A existência desses seres sem palavras é significativa na medida em que o locutor assimila-se ou opõe-se a esse ou àquele enunciador, sendo eles também constitutivos do significado. Todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista que dizem respeito ao momento, à situação de que se fala. Dessa forma, os enunciadores e os pontos de vista de que são origem, também têm uma participação muito importante na construção do sentido de um enunciado, pois o enunciador é argumentador.

Ainda como constitutivas do sentido do enunciado, enumeramos dois tipos de relação que o locutor pode ter com esses elementos que põe em cena: são as *atitudes* e a *assimilação* desses enunciadores a determinados indivíduos. As atitudes que o locutor pode tomar para

com os enunciadores são o *assumir*, definido como quando o locutor dá como fim à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador assumido. A segunda atitude é a de *concordar*, que ocorre quando o enunciador é, por exemplo, uma fonte de pressupostos, ao qual o locutor não pode se opor ou contestar ao longo do discurso. E a terceira é a *oposição*, descrita como a proibição de o locutor concordar ou assumir tal enunciador no decorrer do seu discurso.

O segundo elemento que participa do sentido do enunciado é a assimilação do enunciador a seres determinados, podendo ser ao próprio locutor ou a um outro ser. Tomemos como exemplo o enunciado usado por Ducrot (2008):

(23) Segundo os bons estudantes, o exame era fácil.

Aqui, a assimilação se dá aos bons estudantes, não enquanto seres no mundo, mas ao seu papel de bons estudantes. Tomemos agora o seguinte exemplo:

(24) Todos os estudantes acharam o exame fácil.

Nesse caso, a assimilação se dá a todos os estudantes que fizeram o exame e que o acharam fácil. A assimilação é constitutiva do sentido do enunciado, pois, em (23), a facilidade do exame é relativa, trata-se da facilidade do exame apenas para os bons estudantes. Já em (24), a facilidade do exame é afirmada por todos aqueles que o fizeram. É importante ressaltar que a assimilação ao locutor não é condição necessária para o assumir, pois o locutor pode assumir um enunciador ao qual ele não é assimilado. Nas palavras de Ducrot e Carel,

trata-se de construir uma noção de atitude que a distingue de uma tomada de posição frente a um conteúdo ou a uma proposição caracterizáveis em si mesmos. Os pontos de vista de que se trata quando se define a atitude são construídos em relação ao enunciador que é objeto da atitude. (DUCROT; CAREL, 2008:09)

Portanto, para o lingüista, os três principais elementos que participam da construção do sentido do enunciado são a apresentação dos enunciadores e de seus pontos de vista, as atitudes que o locutor pode tomar em relação aos enunciadores, e a assimilação entre um enunciador e uma determinada pessoa (como afirmamos, não enquanto ser no mundo, mas ao papel que exerce no momento da enunciação).

Na descrição polifônica de um enunciado, os autores renunciam à descrição não lingüística da significação, ou seja, descartam os elementos externos à sua produção, considerando-os desnecessários para a compreensão do sentido. Com base nisso, a significação é atribuída ao sistema da língua que, a exemplo do signo saussuriano, se define pela oposição, na relação entre os demais elementos constitutivos de tal sistema. Assim, Ducrot e Carel definem os encadeamentos argumentativos como os *átomos da significação*, ou seja, são as unidades mínimas dotadas de significado. Os pontos de vista dos enunciadores, a exemplo do enunciado produzido pelo locutor, são expressos na forma desses encadeamentos. Vejamos a polifonia presente no seguinte enunciado:

(25) Se chover hoje à tarde, não sairei,

do qual podem ser estratificados os seguintes enunciadores:

(26) E1: chuva DC neg saída

(27) E2: neg chuva DC saída

(28) E3: chuva DC saída,

em que o locutor assume e assimila-se a E1 e concorda com E2, já que eles pertencem ao mesmo bloco semântico, *a vinda da chuva motiva não sair*. Quanto ao enunciador E3, o locutor toma a atitude de opor-se, pois representa o bloco semântico contrário, definido como *a vinda da chuva motiva a saída*.

Esse tipo de análise polifônica será usado para os enunciados que não possuem negação. Para análise desta, usaremos a proposta de Ducrot e Carel (2008). Nessa proposta, o exame se dá apenas em relação à negação *comum* ou *polêmica*, deixando de lado a *metalingüística* e a *descritiva*. Para isso, recorrem à argumentação interna e externa ao léxico e ao enunciado, bem como à relação entre os aspectos do bloco semântico. A descrição de um enunciado positivo P, como

(29) João foi prudente, portanto não teve acidente,

deve considerar primeiro a sua argumentação externa à direita, que apresenta os aspectos *conversos*. Tomando como base esse enunciado, podemos construir os seguintes encadeamentos, cujo responsável é E1:

(30) prudência DC segurança

(31) prudência PT neg segurança,

que representam a relação de conversão. Já a argumentação externa à esquerda apresenta os seguintes encadeamentos, cujo responsável é E2:

(32) ser prevenido DC ser prudente

(33) neg ser prevenido PT ser prudente

em que a relação entre os aspectos é de transposição. Para finalizar, a argumentação interna ao enunciado é de responsabilidade de E3, definida pelo encadeamento

(34) perigo DC desistir.

Para analisar um enunciado negativo P', como *João não foi prudente, portanto correu o risco de acidente*, deve-se recorrer aos enunciadores do enunciado P, representado por (29). Assim, o E'1 apresentará o aspecto recíproco de E1

(30) E1: prudência DC segurança

(35) E'1: neg prudência DC neg segurança

O enunciador E'2 também apresentará o aspecto recíproco de E2

(33) E2: neg ser prevenido PT ser prudente

(36) E'2: ser prevenido PT neg ser prudente

Por fim, o enunciador E'3, que é a AI do enunciado P', apresentará o aspecto converso daquele apresentado por E3:

(34) E3: perigo DC desistir

(37) E'3: perigo PT neg desistir

A atitude do locutor para com os enunciadores do enunciado P' é a de rejeitar E1, E2 e E3, e assumir (ou concordar com) E'1, E'2 e E'3, podendo, ainda, abster-se.

Ao introduzirem essa forma de ver a negação, por meio de aspectos de um bloco semântico, os autores propõem que a análise se dê apenas no nível lingüístico, evitando que sejam colocados na apreciação elementos pertencentes à exterioridade ou ao conhecimento prévio de quem observa os dados. Também deixam de desdobrar o enunciado negativo em dois enunciadores, dissociando o sentido da negação em dois enunciados independentes (um negativo e outro positivo). Em Ducrot (1988), por exemplo, um enunciado como *João não veio* era desdobrado em E1 *João não veio* e E2 *João era esperado*. Agora, Ducrot e Carel vêem esses dois enunciadores como constituindo um sentido único em um único encadeamento, como *era esperado PT não veio*

Quanto à análise pressuposicional, Ducrot e Carel não mais vêem como polifônicas as pressuposições do tipo *factitivas* e *continuativas ou cessativas*, como *João sabe que “p”* e *João parou/continua a fumar*. Anteriormente, um enunciado como *João parou de fumar* era desdobrado em dois enunciadores E1 *João fumava antes* e E2 *João não fuma mais*. Ao admitir a dissolução do posto e pressuposto em dois enunciadores, admitia-se que posto e pressuposto possuíam sentido independente um do outro, quando, na verdade, ambos juntos constituem a unidade semântica. Assim, o enunciado *João parou de fumar* pela TBS é representado pelo encadeamento *fumava antes PT não fuma agora*, em que os segmentos estão em relação argumentativa, sendo que o *suporte* é o *pressuposto* e o *aporte*, o *posto*. A partir dessas observações, os autores passam a considerar como passíveis de serem descritos pressuposicionalmente e polifonicamente (com seu desdobramento em dois enunciadores, em que um seria responsável pelo posto, e o outro pelo pressuposto) apenas os enunciados pressuposicionais denominados *descrições definidas*, dando como exemplo *A mulher de Pedro sofreu um acidente*, cujo pressuposto é *Pedro tem uma mulher* e o posto é *ela foi vítima de um acidente*.

3.1.3 A ANL e a expressão da condição

Ducrot (1977) coloca a questão de como representar, no componente lingüístico, enunciados cuja estrutura se assente sobre o esquema *se p, q* sem que para isso se recorra à descrição tradicional, que afirma a existência de certa relação entre *p* e *q*, relação essa difícil

de ser explicada, pois pode ser da causa para o efeito, do princípio para a consequência, da condição para o fato (1977:178).

A fim de solucionar tal impasse, Ducrot (1977) propõe que seja feita uma descrição de tais enunciados em termos ilocucionais, ou seja, para ele, “*se* deve indicar o ato realizado quando o empregamos, e não uma representação intelectual (no caso uma relação) de que o *se* seria a expressão” (DUCROT, 1977:178).

Para isso, parte da definição de *se* encontrada no dicionário Robert, o qual diz que “*se*, no seu uso hipotético, introduz um dado de hipótese” (idem *ibidem*, p. 178). Assim, sua definição para o ato realizado quando empregado o *se* consiste na realização de uma *suposição*, ou seja, trata-se de pedir ao interlocutor que aceite por um breve espaço de tempo certa proposição *p*, que se torna o quadro do discurso e, a partir dela, realizar outro ato, seja ele de afirmação, interrogação, ou outro. Esse dado hipotético introduzido por *se* é apresentado como hipótese, cuja extinção é visualizada no momento em que o *se* é pronunciado, e cuja validade dá-se somente pelo uso dele, o que também invalida a hipótese caso seja tomada forma de tal situação. O mesmo ocorre com o ato de afirmação ou interrogação, válido apenas enquanto vinculado à suposição realizada.

Com essa proposta, o lingüista busca dar conta de todos os usos de *se* no discurso, e evitar que seja feita uma descrição em termos de *relação* como os já citados, empreendidos pelos estudos tradicionais. Segundo palavras do próprio autor,

justificar esta descrição é mostrar que ela permite compreender (...) as diversas utilizações de *se* no discurso: ao mesmo tempo, as que derivam diretamente da definição tradicional de *se* como marca de uma relação, e por outro lado, certo número de empregos pouco compatíveis com a descrição clássica e que exigem habitualmente a criação de uma infinidade de *ses* homônimos.” (DUCROT, 1977:179)

Com essa definição, Ducrot unifica a descrição de enunciados cuja estrutura se sustenta em *se p, q*, com base na realização sucessiva de dois atos ilocucionais, o primeiro em que o interlocutor é solicitado a imaginar “*p*”, e o segundo, depois de introduzida a situação imaginária, afirmar “*q*”. Nessa definição, Ducrot usa duas estratégias para explicar o emprego de enunciados com tal estrutura. A primeira delas é abrir mão de uma descrição semântica propriamente dita das suas possíveis diferentes ocorrências. Sabemos que a conjunção *se* é uma das mais polissêmicas, pois a relação de sentido que estabelece entre os segmentos que põe em jogo varia de acordo com cada uso que se faz dela.

O segundo elemento ao qual recorre o autor é tratar “p” e “q” não mais como proposições cuja relação seja da causa para o efeito, da condição para o fato, etc. Aliás, é a isso que ele busca se opor. Para tal, o lingüista recorre a uma explicação baseada em termos de atos ilocutórios, que são os atos que o locutor faz ao usar a estrutura *se p, q*, que são os de *suposição*, e posteriormente, de *interrogação, afirmação, ordem*, entre outros. No entanto, a preocupação do autor não se limita apenas em resgatar tais elementos presentes naquilo que ele chama *componente retórico*, ou seja, elementos ligados à enunciação. Sua preocupação está voltada, principalmente, para a representação de tais atos no *componente lingüístico*, ou seja, no enunciado.

Embora direcione sua inquietação para a pesquisa de enunciados com essa estrutura, Ducrot não realiza estudos em termos de sentido, tendo em vista o momento vivido pelo autor quando o referido texto que embasa esta seção foi escrito. Por isso, embora nos guiemos pela maioria das idéias contidas nele, é necessário fazer algumas ressalvas, especialmente em relação ao momento atual das pesquisas lingüísticas que Ducrot desenvolve. Sabemos que ele abandonou os pressupostos filosóficos da Pragmática, que lhe davam suporte para as definições propostas em Ducrot (1977). Assim, na TBS não são mais usados os termos *atos ilocutórios*; tem-se apenas a existência de enunciados, objeto de estudo da teoria, vistos como produtos da enunciação, esta definida como *o surgimento do enunciado*. Tais enunciados têm como responsável um locutor, que por sua vez põe em cena enunciadorees, origens dos pontos de vista evocados pelo discurso. A proposta consiste em uma descrição semântica da língua vinculada ao uso que o locutor faz dela. Para sustentar o estudo do sentido baseando-se apenas no lingüístico, visto que a teoria postula que a argumentação está na língua, o enunciado é definido como constituído por dois segmentos relacionados por um conector. Esses conceitos e suas definições já foram discutidos com cuidado em outras seções, mas fez-se necessária essa brevíssima retomada para justificarmos nossa postura diante de algumas interpretações e até modificações introduzidas neste trabalho com relação ao texto original de Ducrot (1977).

Para nós, seguindo os pressupostos da TBS, a descrição do sentido deve se dar em termos lingüísticos, ou seja, entendemos que o sentido é construído pela relação estabelecida pelo uso do *se* como elemento que tem a função de unir dois segmentos. Ducrot não se opõe à relação entre os termos “p” e “q”, aliás, considera tal relação difícil de ser negada, afirmando a existência até mesmo de certa dependência entre as proposições, na medida em que solicita ao interlocutor colocar-se na situação “p” antes de afirmar “q”. Ainda assim, gostaríamos de

definir que relação é essa para nós: é a relação argumentativa que se estabelece entre os segmentos que compõem o enunciado, bem como com o jogo entre os conectores e a negação. Assim, entendemos que, antes de tudo, o sentido é argumentativo, ou seja, é fruto do posicionamento do locutor frente àquilo de que fala. Ducrot (1987) define, ainda, o sentido do enunciado como uma representação, um reflexo da sua enunciação. Dessa forma, passamos a utilizar o termo suposição como algo que teve origem na enunciação, pelo apelo ao interlocutor para que se colocasse em tal situação, mas que se assinalou no enunciado em virtude do uso de *se*, que, por sua vez, caracteriza a suposição, marcando-a linguisticamente. Dessa forma, nos mantemos fiéis à idéia de que o uso de tal conjunção define linguisticamente o dado de hipótese denominado suposição, bem como aos pressupostos da TBS, que vêem o sentido construído no enunciado.

É importante ressaltar que Ducrot (1977) não define os vários sentidos possíveis originados pelo emprego de *se* no enunciado, apenas engloba todos eles sob a denominação de suposição. Como nosso objetivo é empreender um estudo semântico-argumentativo do uso de *se*, distinguiremos em nossa análise apenas os usos cujo sentido resulte numa condição, *a expressão da condição*. Sabemos que outros tantos sentidos são possíveis pelo uso dessa conjunção, e até mesmo de outras das quais o *se* é representativo. No entanto, admitimos ser necessário realizar outros estudos para que seja definido tal sentido, não como a concepção tradicional, que busca uma causa para um efeito, um princípio para uma consequência, ou uma condição para um fato. Tal proposta de estudo deve consistir em distingui-los segundo o seu uso argumentativo, ou seja, tendo em vista as possíveis formas de argumentar que cada uso origina. Assim, neste trabalho, nosso objetivo é chegar a uma forma de argumentar que dê conta da maioria, senão de todos, os usos cujo sentido seja condicional e, talvez futuramente, dedicar-nos a um estudo que vise à descrição semântico-argumentativa dos demais usos de suposição.

Identificamos, então, *donc* como o elemento prototípico capaz de manter o sentido de *se*, que no caso é *portanto*. Assim, entendemos que enunciados que se fundamentem na estrutura *se p, q* devam ser representados pelo aspecto A DC B, como no exemplo usado por Ducrot (1977:180) denominado *se standard*

(47) Se Pedro vier, João partirá,

formalizado segundo o encadeamento *vinda de Pedro DC partida de João*. Afirmamos desde já que o uso de *se* evoca polifonia. O ponto de vista de E1, já está representado pelo encadeamento acima, e o ponto de vista do qual E2 é a origem do encadeamento é *neg vindade Pedro DC neg partida de João*.

Além do *se standard*, Ducrot apresenta o *se forma da afirmação*, ocorrência que se dá em enunciados interrogativos do tipo

(48) João partirá, se Pedro vier?

Nos enunciados interrogativos com *se*, são possíveis duas interpretações. A primeira delas é a mesma apresentada para (47), a qual o autor denomina *implicativa*⁸, e a *concessiva*, que deve ser restrita a enunciados desse segundo tipo. Assim, a interpretação *implicativa* resulta no enunciado interrogativo *A vindade Pedro vai implicar a partida de João?*, cuja resposta pode ser tanto *sim*, quanto *não*, e os encadeamentos resultantes desse enunciado são os mesmos de E1 e E2. Já a interpretação *concessiva* introduz um dado novo, em que o *se* deve ser interpretado como *até mesmo se*, marcando uma transgressão *João partirá até mesmo se Pedro vier?* Ou seja, *A vindade Pedro não vai impedir a partida de João?*, cujos encadeamentos são E1 *vindade Pedro DC neg partida de João* e E2 *vindade Pedro PT partida de João*, os dois enunciadores evocados pelo uso de *se* nesse contexto interrogativo.

Além desses, Ducrot apresenta outros empregos de *se* que ele denomina *empregos marginais*, os quais não serão detalhados porque, conforme o autor, o *se* não marca uma relação entre os segmentos do enunciado, bem como não tem como resultado o sentido de condição.

Ainda sobre a suposição, o linguísta a aproxima, em determinados aspectos, da pressuposição. Embora constituam fenômenos diferentes, pois a *pressuposição* está marcada na língua, é imposta ao interlocutor, que por sua vez é constrangido a aceitá-la, a *suposição* é solicitada ao interlocutor que a faça, não havendo tal imposição. O que aproxima os dois fenômenos é que, assim como a pressuposição não é afetada pela interrogação nem pela negação, a suposição também não sofre alteração pela presença desses elementos, ou seja, a interrogação e a negação não têm o poder de anular a relação existente entre o suposto em um segmento e o afirmado em outro. Segundo as palavras do autor,

⁸ Mantemos a mesma denominação usada por Ducrot (1977), no entanto, ela nos é arbitrária, visto que não é nossa intenção manter neste trabalho os pressupostos teóricos que as originaram.

suposição e pressuposição têm em comum o poder de transformar, uma explicitamente e a outra implicitamente, o universo do discurso, de transportar o destinatário para uma situação escolhida pelo locutor. Mostram, ambas, o poder que tem a fala de criar-se, para si mesma, o seu próprio suporte. (DUCROT, 1977:195).

Por fim, Ducrot realiza algumas observações sobre aquilo que a descrição tradicional chama *condicional irreal*. Tal uso muito particular do *se*, que consiste em realizar hipóteses sobre o passado, enquadra-se também na suposição realizada pelo seu emprego, entendida como a criação de um universo de discurso. Assim, não há como estabelecer diferença, do ponto de vista lingüístico, entre um *se potencial* e um *irreal*, ambos devem ser entendidos como uma suposição. Além disso, é no condicional irreal que os pressupostos aparecem com mais nitidez. É o caso de

(49) Se Pedro tivesse vindo, João teria partido,

no qual pode ser claramente identificado o pressuposto representado por (49')

(49') Pedro não veio

que é o pressuposto contido no verbo flexionado *tivesse vindo*.

No entanto, o que dizer de (49'') *Pedro não partiu?* Para Ducrot (1977), não consiste em um pressuposto, pois desaparece na interrogação *Se Pedro tivesse vindo, João teria partido?*, mas em um *subentendido*, pois o locutor responsável por (49) não comprometeu-se em sustentar (49''). Dessa forma, define o enunciado *se p, q* no *condicional irreal* segundo a regra geral *suponha não-p e subentenda não-q*.

4 METODOLOGIA

Adotando a ANL como aparato teórico para a realização das análises sobre a expressão da condição, partimos de seu pressuposto de que a argumentação é constitutiva da língua. Assim, buscamos nas análises descrever e explicar o sentido argumentativo contido nos discursos, especialmente aquele que constitui a expressão da condição. Por se tratar de uma teoria estruturalista, conforme afirmado anteriormente, consideraremos apenas os elementos lingüísticos, ou seja, os enunciados, como objeto da nossa análise. Tais enunciados, definidos por Ducrot e Carel (2008) como *átomos da significação*, não serão tomados de forma isolada, mas considerados como parte de um todo maior, formando, juntamente com os demais, o sentido do discurso. Essa característica é inerente não apenas aos enunciados, mas a toda a linguagem e diz respeito ao princípio estruturalista de *relação*. Portanto, o objetivo aqui é definir unicamente o valor argumentativo dos enunciados e, especialmente, do nosso fenômeno em análise, a expressão da condição.

Tomando como base os enunciados cuja representação se dá por meio de encadeamentos argumentativos, resistimos a todo tipo de análise extralingüística, pois a língua não pode ter sua análise fundamentada na relação com elementos de outra ordem. Assim, a descrição dos fenômenos lingüísticos que almejamos é apenas aquela que se refere a palavras ou enunciados, sem o objetivo de recorrer aos objetos a que eventualmente tais palavras possam remeter.

Ainda sobre a noção estruturalista de relação, é importante destacar outro aspecto. Conforme afirmamos, os enunciados não aparecem isolados, mas juntos e interligados formando uma trama que representa o resultado dessa relação: o sentido do discurso. Assim como para Ducrot a *frase* representa o nível da *língua* e está dotada de uma *significação* composta por *instruções*, e a *fala* é representada pelo *enunciado*, ao qual no uso é atribuído um *sentido*, o *texto* é a entidade abstrata no nível complexo, representação teórica do discurso, que é o *uso do sistema*, conforme a figura abaixo, proposta por Ducrot (1984:369), denominada *A realização lingüística*:

	Nível elementar	Nível complexo
Entidade abstrata:	frase	texto
Realização		
Sentido 1: o que é realizado	enunciado	discurso
Sentido 2: acontecimento	enunciação	
Sentido 3: processo de produção	atividade lingüística	

Ducrot (1980) considera a análise de textos⁹ e a lingüística como uma via de duas mãos indissociáveis, na medida em que a lingüística é uma fonte de hipóteses que ajudam a refazer o percurso delineado pelo locutor, desvendando as estratégias impostas por esse ao seu destinatário para a interpretação do seu discurso. Assim, a análise de textos ajuda a explicar a língua, e a lingüística ajuda a explicar o seu uso, uma vez que fornece as ferramentas para sua descrição, explicação e compreensão. Portanto, “a lingüística que pode servir para a análise de textos é somente uma lingüística que se serve da análise de textos” (DUCROT, 1980:07).

Observando essa perspectiva, a ANL constitui um importante aparato teórico que nos “empresta” suas ferramentas para que possamos explicar, descrever e compreender o sentido dos discursos que analisamos e, especialmente, explicar argumentativamente a expressão da condição. Por se tratar de uma semântica lingüística, ela sugere interpretações e estratégias para que possamos atingir nosso objetivo. A proposta do linguísta ao rejeitar o sentido literal e considerar que o sentido se constrói no uso coloca a lingüística no centro da análise dos discursos, pois é ela que, ao deparar-se com um discurso a ser analisado, reclama que sejam imaginadas todas as variantes de sentido possíveis, conforme a situação que o originou.

Quando tomamos um determinado conjunto de dados para análise, que no caso deste trabalho são os elementos lingüísticos responsáveis pelo sentido de condição, para submetê-los a um estudo estrutural, devemos ter em mente, primeiramente, que eles fazem parte de um sistema maior. A observação de diferentes ocorrências de tais fenômenos, a partir de suas relações internas, nos leva a compor regras que têm como ponto de partida o funcionamento do fenômeno em análise. Dessa forma, deduz-se o comportamento dos demais elementos constitutivos dessa classe por meio do comportamento de parte dela, com a finalidade de

⁹ Em seu livro *Les Mots du discours* (1980), no primeiro capítulo denominado *Análise des textes et linguistique de l'énonciation*, Ducrot usa a palavra *texto* para chamar o que agora define como discurso.

construir a significação de tal fenômeno, ou seja, de construir a instrução, a regra do uso sob a qual estão regidos todos os elementos. Tal significação, portanto, é resultado da observação da ocorrência do fenômeno em diferentes ambientes, e tem por finalidade traduzir uma condensação de todos os empregos que dele podem ser feitos.

Tendo em vista tais princípios, definimos nosso *corpus* de maneira que pudéssemos obter diferentes funcionamentos do nosso objeto de estudo. Por isso, selecionamos discursos de gêneros variados: uma crônica, duas tirinhas, três publicidades, um editorial e uma reportagem, todos eles publicados em jornais, revistas e internet. É importante ressaltar que a quantidade de discursos analisados não é relevante para o resultado final da pesquisa, visto que se trata de um trabalho de cunho qualitativo, e não quantitativo. Devemos admitir, é verdade, que, para formular uma instrução que seja capaz de dar conta de todos os usos possíveis da *expressão da condição*, ou que pelo menos esteja próxima disso, faz-se necessário analisar uma quantidade significativa de diferentes ocorrências, o que no contexto deste trabalho não se tornou possível.

Como a ANL não oferece uma fórmula fixa, ou seja, uma metodologia pronta para a análise, desenvolvemos nosso próprio método de observação. Esse roteiro é apenas uma espécie de guia, visto que cada discurso constitui uma ocorrência particular da língua, e as estratégias de descrição e explicação do sentido devem estar de acordo com as suas necessidades específicas. Para isso, é preciso ter domínio de vários conceitos da teoria e das possíveis formas de aplicá-los, para que, conforme afirma Ducrot, a Linguística se torne, de fato, uma fonte de hipóteses que nos direcionem para a reconstrução do sentido individualizado pelo locutor, e esse caminho traçado com a ajuda da Linguística nos ajude a compreender o sistema que subjaz ao seu uso.

Respeitando as especificidades de cada discurso, o procedimento será, primeiramente, identificar os enunciados que o compõem e explicitar sua argumentação interna. Esse passo é imprescindível, pois além de analisar a *expressão da condição*, também consideraremos o sentido construído de forma global, pois acreditamos que a condição exerce influência no todo, uma vez que, em muitos casos, é a partir dela que o locutor constrói o seu ponto de vista.

Em determinados casos devem ser apontados, ainda, os enunciadores evocados pelos enunciados para a descrição polifônica do sentido. Muitas vezes, o ponto de vista do locutor

não está naquilo que ele disse explicitamente, mas encontra-se virtualmente no ponto de vista de um enunciador, não apresentado, mas assumido pelo locutor. Dessa análise polifônica do sentido, fazem parte a identificação dos enunciadores, a assimilação que o locutor faz desses a determinados seres, e as atitudes que o locutor pode tomar em relação a tais enunciadores.

É importante ressaltar que, para a segmentação do discurso em enunciados, serão observados os critérios apresentados por Ducrot (1987), que definem a “autonomia relativa” dos enunciados. Esses critérios estabelecem que um enunciado pode ser considerado como tal quando satisfaz duas condições: a *coesão* e a *independência semântica*. Nem sempre é fácil identificar os limites, onde começam e onde terminam um e outro, pois o discurso não é constituído por frases, mas pela trama interligada dos enunciados. Caso esse princípio da relação seja violado, o discurso deixa de sê-lo para tornar-se apenas um amontoado de frases isoladas. Tal dificuldade se apresenta, geralmente, em enunciados que estão relacionados por articuladores, que possuem segmentos implícitos que precisam ser resgatados por meio de enunciadores. Assim, a análise da função de tais articuladores no discurso também tem papel relevante para a compreensão e explicitação do sentido global do texto.

Também faz parte do roteiro de análise a *argumentação interna ao léxico*, pois o sentido do enunciado, freqüentemente, encontra-se orientado pela argumentação contida em uma palavra. Não devemos esquecer que, segundo os autores da teoria, o sentido de uma expressão é composto pela sua capacidade de evocar discursos.

Quanto ao fenômeno em análise, os procedimentos serão semelhantes: iniciaremos pela identificação dos enunciados que contêm *expressão da condição* e demonstraremos sua argumentação interna. Para fins de explicitação do sentido polifônico, serão identificados os enunciadores presentes nele, bem como a relação do locutor com estes: as atitudes e a assimilação. Os aspectos construídos serão observados com base no quadrado argumentativo apresentado na seção 3.1.2, visto que se trata de um importante conceito para a compreensão de como o locutor constrói o sentido do texto: ao assumir determinado aspecto em detrimento de outros, que por sua vez se relacionam de determinada forma, o locutor marca sua posição normativamente ou transgressivamente.

Os casos em que articuladores relacionam enunciados que contêm o fenômeno em observação também serão analisados, bem como a argumentação interna ao léxico. Por fim, será considerada a importância da expressão da condição na construção do sentido do texto,

como se dá a argumentação na condição, e como língua e fala se articulam para produzir esse sentido argumentativo.

5 ANÁLISES

5.1 Empregos condicionais de *se*

Iniciamos nossas análises com uma tira, retirada do Jornal Zero Hora do dia 27 de novembro de 2007, conforme abaixo:

5.1.1 - Texto 01



No primeiro quadrinho, temos a personagem Helga exclamando para o seu interlocutor a frase **Pare de se queixar!**, o qual não é possível ser identificado, visto que a figura que ilustra o diálogo nesse primeiro momento mostra apenas o locutor Helga.

No segundo quadrinho, temos a continuação da fala da personagem Helga, **Se tivéssemos um quarto de hóspedes, isto não aconteceria sempre que a mamãe nos visita!** Esse é um dos exemplos em que, segundo Ducrot (2005), é preciso recorrer a elementos externos ao discurso para compreendermos o sentido. Assim, especificamente no caso das tiras, a imagem frequentemente desempenha papel importante, pois a linguagem verbal nem sempre diz tudo, mas associa aquilo que é dito com palavras ao que está marcado na forma de figura.

Assim, para descrevermos argumentativamente os enunciados, precisamos transformar a imagem em linguagem verbal pela construção de encadeamentos que a descrevam e que tenham a função de associar tal discurso a tal imagem, de forma que juntas construam sentido. Compreendemos, portanto, que, para entendermos o primeiro enunciado proferido pelo locutor **Pare de se queixar!**, é preciso recorrer à imagem que é o motivo da queixa do

locutor. Essa informação é encontrada no segundo quadrinho, onde vemos o interlocutor dormindo no chão. Dessa forma, construímos o encadeamento

E1 – dormir no chão DC se queixar

que é o ponto de vista do enunciador **E1**, assimilado ao interlocutor e rejeitado pelo locutor. O enunciador **E2** é a origem do ponto de vista assumido pelo locutor, ao qual este se assimila:

E2 – dormir no chão PT neg se queixar

O locutor, portanto, assume uma posição transgressiva em relação àquela apresentada pelo interlocutor na forma de um enunciador.

Ainda no segundo quadrinho, temos o interlocutor dormindo no chão, o locutor e uma terceira personagem deitados na cama, a qual identificamos como a mãe do locutor devido ao discurso proferido por este. O segundo enunciado, portanto, **se tivéssemos um quarto de hóspedes, isto não aconteceria sempre que a mamãe nos visita** possui um pronome demonstrativo que funciona como um anafórico, retomando uma idéia já apresentada em um momento anterior. Nesse caso, o que isto está retomando está ligado à imagem, ou seja, ao fato de o interlocutor estar dormindo no chão, que pode ser formalizado pelo encadeamento abaixo:

isto DC dormir no chão.

Assim, podemos também construir o encadeamento do segundo enunciado, conforme:

ter quarto de hóspedes DC neg dormir no chão.

No entanto, o verbo da oração principal, aquela que se transforma no aporte de nossos encadeamentos, está flexionado no futuro do pretérito do modo indicativo; e o verbo da oração subordinada, aquela que é introduzida pela conjunção **se** e que é o suporte do encadeamento, está flexionado no imperfeito do modo subjuntivo.

Esses tempos nesses modos verbais possuem uma pressuposição que evoca um enunciador negativo. Assim, conforme a descrição polifônica pressuposicional proposta por Ducrot (2008), é necessário construir um encadeamento em que posto e pressuposto se unam formando um só sentido, em que um se torna o suporte, e o outro, o aporte. Dessa forma, construímos para **tivéssemos** o encadeamento **deveríamos ter PT neg temos**, e para **não**

aconteceria, temos **não aconteceria** **PT** **acontece**. Esses encadeamentos descrevem, portanto, o sentido polifônico pressuposicional presente nessas palavras. O enunciado apresenta uma polifonia, evocada, especialmente, pelo uso dos vocábulos descritos acima. Assim, temos a presença dos seguintes enunciadores:

E1 – ter quarto de hospedes DC neg dormir no chão

E2 – neg ter quarto de hóspedes DC dormir no chão.

cuja relação que o locutor tem com eles é concordar com **E1** e assumir **E2**.

Nesse texto¹⁰, o uso da suposição permite ao locutor falar sobre a realidade da forma como ele gostaria que fosse: o locutor gostaria de ter um quarto de hóspedes, no entanto, não tem. Esse ponto de vista usado para falar de como ele gostaria que a realidade fosse é atribuído a **E1**. Já **E2** apresenta o ponto de vista de como o locutor vê a realidade, ou seja, a realidade que ele vê é não ter quarto de hóspedes, portanto, há a necessidade de o interlocutor dormir no chão toda vez que recebe alguma visita.

Passamos agora à análise de outra tira, retirada do site http://tiras-hagar.blogspot.com/2006_04_01_archive.html, que também contém uma ocorrência de suposição. Vejamos:

5.1.2 – Texto 02:



No primeiro quadrinho, temos dois locutores e dois interlocutores, que invertem os papéis: primeiramente, a personagem Helga é o locutor, e o personagem Hagar é o interlocutor. Helga enuncia-se para Hagar fazendo-lhe uma pergunta que contém uma

¹⁰ Embora Ducrot defina texto como pertencente ao nível abstrato, usaremos em nossas análises, essa palavra com o mesmo sentido de discurso, ou seja, não há aqui uma distinção teórica. Isso se justifica pela necessidade de essas palavras serem repetidas inúmeras vezes no nosso trabalho, conferindo a ele, dessa forma, uma maior fluidez.

afirmação. A pergunta é **Se lembra**, na qual o **se** não introduz um dado de hipótese, e a afirmação contida nessa pergunta é **você prometeu que se eu me casasse com você, teria uma vida de conto de fadas**, sendo que nela encontramos uma suposição introduzida por **se**.

Nesse momento, locutor e interlocutor invertem seus papéis, Helga tornando-se interlocutor e Hagar, o locutor, em que ele se enuncia respondendo à pergunta dela apenas dizendo **sim**, ou seja, concordando que ele se lembra da promessa feita. Assim, podemos construir um encadeamento que formalize o enunciado acima como

casar com Hagar DC ter uma vida de conto de fadas

No segundo quadrinho, temos novamente a personagem Helga como locutor, e Hagar como interlocutor, para o qual é dirigido o seguinte enunciado **Até agora só tenho vivido um conto de terror** que é a origem do encadeamento

casar com você PT viver um conto de terror

que é o aspecto converso ao anterior, pois viver um conto de terror é não viver um conto de fadas, orientação para a construção desses aspectos contida nas palavras **terror** e **fadas**, em que a primeira tem uma orientação positiva e a outra, negativa. Então temos os seguintes enunciadores:

E1 – casar com você DC ter uma vida de conto de fadas

E2 – casar com você PT viver um conto de terror = casar com você PT neg viver um conto de fadas

O primeiro deles, **E1**, é a origem do ponto de vista **casar com Hagar então viver um conto de fadas**, o qual o locutor concorda e assimila ao interlocutor. O ponto de vista do qual **E2** é a origem é o assumido pelo locutor, e ao qual se assimila, constituindo o aspecto transgressivo do mesmo bloco semântico.

Além desses encadeamentos, é possível construir outros evocados linguisticamente pelo uso de **Até agora** e **só**, conforme

até agora só tenho vivido um conto de terror PT espero viver um conto de fadas no futuro

só tenho vivido um conto de terror DC neg ter vivido um conto de fadas

em que há a oposição temporal entre **até agora** – momento da enunciação e anterior a ele – e um outro tempo futuro evocado, posterior ao momento da enunciação. Além disso, o presente durativo **tenho vivido** tem em seu aspecto verbal um sentido de continuidade, de constância, que se relaciona com o tempo decorrido apresentado por **até agora**. Somando-se a eles está a palavra **só** atuando como um elemento restritivo, que elimina a possibilidade de o locutor ter vivido em algum momento um conto de fadas.

Após essa análise do sentido construído no texto de forma geral, passamos à explicação da suposição presente nesse enunciado. Tal suposição do texto, assimilada ao interlocutor, precisa ser entendida como um discurso citado, pelo uso do verbo dicendi **prometer**, em que o locutor reproduz, no momento da sua enunciação (que denominamos **M2**), um discurso dito pelo interlocutor em um momento de enunciação passado (que denominamos **M1**). Em **M1**, a suposição que envolvia a promessa de um conto de fadas atuou como um argumento para que Helga aceitasse se casar com Hagar, pois, segundo a polifonia evocada pelo uso de **se**, teríamos os seguintes enunciadores:

E1 – casar com Hagar DC ter uma vida de conto de fadas

E2 – neg casar com Hagar DC neg ter uma vida de conto de fadas.

Conforme vimos na ocorrência anterior de condição, o tempo e modo verbal em que o verbo se encontra flexionado é muito importante, pois a presença ou não de uma pressuposição ocasionada por essa flexão evoca ou não a presença de enunciadores, que por sua vez introduzem pontos de vista que colaboram na construção do sentido do discurso. Nesse caso, o uso de tais tempos e modos verbais se deve especialmente por compor um enunciado que é a reprodução de um discurso dito em um momento anterior, **M1**, e a forma que essa nova enunciação – **M2** – dá a esse discurso requer que sejam utilizadas tais formas lingüísticas.

Dessa forma, **casasse** e **teria** remetem às duas possibilidades que se apresentava ao locutor em **M1**: **casar e ter uma vida de conto de fadas** ou **não casar e não ter uma vida de conto de fadas**. Percebe-se, pela continuidade do discurso, que o locutor optou pelo ponto de vista defendido por **E1**, conforme polifonia acima, bem como percebemos que o locutor não nega o casamento, mas sim a vida de conto de fadas.

Para finalizar essa análise, gostaríamos de ressaltar que, mais uma vez, no enunciado que contém o fenômeno em análise, foram encontrados encadeamentos de um mesmo bloco cuja relação entre eles é de reciprocidade, caracterizando a condição como uma forma de argumentar por meio de pontos de vista afirmativos para um enunciador, e pontos de vista negativos, do qual outro enunciador é responsável.

5.1.3 Texto 03

Última hora

Um asteróide está na rota de colisão da Terra e você tem uma hora de vida.

54% dos britânicos questionados por uma pesquisa disseram que passariam os últimos momentos com seus parentes e amigos queridos pessoalmente ou ao telefone.

Porém 13% dos entrevistados sentariam e esperariam o inevitável com uma taça de champanha.

Sexo seria a opção de apenas 9%.

3% rezariam.

E 2% disseram que comeriam algum alimento rico em gordura.

A pesquisa foi feita pela Ziji Publishing para marcar o lançamento de um livro.

E você, o que faria na sua última hora de vida?

Nesse texto, encontrado no Jornal Zero Hora do dia 15 de outubro de 2007, na página 03, temos um caso um pouco diferente dos analisados anteriormente: a suposição não vem introduzida por **se**, mas é feita pelo locutor por meio de uma afirmação: **Um asteróide está na rota de colisão da Terra e você tem uma hora de vida**. A partir dessa afirmação, cujo sentido é de suposição, é feita uma pergunta com o objetivo de mapear a resposta dos interlocutores a fim de realizar uma pesquisa. A pergunta feita a partir de tal suposição é: **o que você faria?** Para tal pergunta, há uma série de respostas, as quais não sabemos se o interlocutor foi induzido a dar, ou se foram espontâneas, no entanto, essa informação não é relevante para a descrição do sentido desse discurso, uma vez que pretendemos trabalhar apenas com os dados lingüísticos fornecidos por ele.

Sabemos que se trata de uma suposição, embora o locutor esteja afirmando, pelo uso do futuro do pretérito do indicativo, também conhecido como **condicional**, e usado nos demais casos de expressão da condição que analisamos, contendo nele um **subentendido**, atribuído ao interlocutor, que nega por meio da evocação de um enunciador, o conteúdo do dito. Assim, o sentido produzido na sintagmatização pelo uso do verbo flexionado nesse tempo e modo, relacionado às demais palavras do enunciado, nos fornece pistas para que cheguemos ao sentido de condição.

Iniciamos fazendo a argumentação interna do primeiro enunciado do texto, aquele cujo sentido é de suposição. O encadeamento que o formaliza é

E1 – asteróide na rota de colisão da Terra DC apenas uma hora de vida.

Consideraremos, para construir os demais encadeamentos do discurso, apenas o aporte da argumentação interna ao enunciado suposicional, pois a resposta dos interlocutores da pesquisa é em relação aos supostos momentos finais de vida, que seriam consequência da colisão da Terra com um asteróide. Assim, temos:

E2 – apenas mais uma hora de vida DC passar os últimos momentos com parentes e amigos queridos pessoalmente ou ao telefone;

E3 – apenas mais uma hora de vida DC esperar o inevitável com uma taça de champanha;

E4 – apenas mais uma hora de vida DC fazer sexo

E5 – apenas mais uma hora de vida DC rezar

E6 – apenas mais uma hora de vida DC comer algum alimento rico em gordura

Todos esses encadeamentos construídos têm por princípio gerador a suposição inicial de que o planeta Terra seria destruído na hora seguinte. Se anularmos tal suposição, todas as demais afirmações que dela decorrem também passarão a não ter mais validade. Assim, vemos que o fenômeno *suposicional* tem implicação sobre todo o discurso, como nesse caso, em que o locutor argumenta sempre em função da hipótese criada no enunciado inicial.

Seguindo os resultados indicados pelos textos analisados acima, a suposição evoca, por meio de enunciadores, a presença de aspectos que são recíprocos aos apresentados pelo

locutor. Os pontos de vista que seguem abaixo, dos quais enunciadores **E'** são a origem, apresentam negação nos dois segmentos, o que não anula a suposição inicial, nem a relação entre os termos, apenas traz à tona discursos evocados pelo uso de uma flexão verbal cuja característica intrínseca é ser fonte de pressupostos, como é o caso de **passariam (passariam PT neg passarão), esperariam (esperariam PT neg esperarão), rezariam (rezariam PT neg rezarão), comeriam (comeriam PT neg comerão).**

Dessa forma, elencamos os enunciadores abaixo, responsáveis pelos pontos de vista formalizados em encadeamentos:

E'1 – neg asteróide na rota de colisão da Terra DC neg apenas uma hora de vida;

E'2 – neg apenas mais uma hora de vida DC neg passar os últimos momentos com parentes e amigos queridos pessoalmente ou ao telefone;

E'3 – neg apenas mais uma hora de vida DC neg esperar o inevitável com uma taça de champanha;

E'4 – neg apenas mais uma hora de vida DC neg fazer sexo

E'5 – neg apenas mais uma hora de vida DC neg rezar

E'6 – neg apenas mais uma hora de vida DC neg comer algum alimento rico em gordura

cuja relação o locutor mantém assumindo os enunciadores positivos **E1, E2, E3, E4, E5 e E6**, e concordando com os enunciadores negativos **E'1, E'2, E'3, E'4, E'5 e E'6**, pois, conforme afirma Ducrot e Carel (2008), o locutor deve concordar com enunciadores que são a origem de pontos de vista que contêm fonte de pressupostos.

Vimos com essa análise que a suposição nem sempre vem introduzida por **se**, mas que outros elementos podem construir o sentido de condição, pois não estamos aqui descrevendo o uso de tal conjunção, mas explicando a **expressão da condição**, ou seja, o sentido de condição advinda da atividade de fala de um locutor, que por sua vez se expressa por palavras, colocando em seu discurso outros pontos de vista, que também são constitutivos do sentido. Por isso, é preciso estar atento às relações entre palavras, entre frases, entre enunciados, bem como entre pontos de vista, conforme afirmam os pressupostos

estruturalistas que fundamentam a ANL. Essas relações estabelecidas no discurso são fundamentais, uma vez que só o discurso é doador de sentido (DUCROT, 2002).

5.1.4 – Texto 04

Cartas do Editor

Marcelo Rech – Diretor de Redação

Agora que os motores da campanha eleitoral começaram a entrar em ignição, esta coluna pede licença para falar diretamente a milhares de candidatos a prefeito e vereador que vão ganhando forma Rio Grande do Sul e Brasil afora. Não vai aqui nenhuma consultoria, mas é bom que você, prezado futuro candidato, saiba de algumas coisas que ocorrerão nos próximos meses, sobretudo na relação com os meios de comunicação e os eleitores. Como posso saber? Sem nunca ter me engajado em uma campanha, observo-as de lugar privilegiado há três décadas, desde a eleição de 1978, quando pisei em uma redação para trabalhar na Central RBS de Eleições. Neste tempo todo, constatei que certos fenômenos e comportamentos repetem-se com monotonia notável. Vamos a eles:

Pesquisas – se você estiver à frente, você dirá que ela capturou bem o que se sente nas ruas: a previsível adesão a sua candidatura. Mas, se a pesquisa o mostrar muito à frente, você alertará para o fato de que a eleição só acaba com o fechamento das urnas – afinal, candidato com larga vantagem acomoda os apoiadores. Se você figurar no pelotão intermediário, evocará números e tabelas que comprovem o crescimento da candidatura. E, se estiver na rabeira ou muito aquém do que esperavam de você, cuidará de detratar a pesquisa e quem a divulga, mesmo acreditando piamente nela.

Imprensa – Não importa candidato, partido ou cargo em disputa, você sempre achará que a imprensa trata melhor seus adversários, em detrimento obviamente, da sua candidatura. Se um rival aparecer em uma foto sorrindo e você não, a imagem será tomada como prova definitiva da conspiração contra seu nome. Você nunca dirá que o tratamento de um meio de comunicação é justo. Você também nunca dirá que mereceu perder porque não era o melhor candidato. A encenação faz parte do jogo.

Governo x oposição – Se você for governo, dirá que suas obras não estão tendo a visibilidade que merecem. Se você for oposição, dirá que as obras do governo estão tendo muito mais visibilidade do que merecem.

Esse texto foi publicado no jornal Zero Hora do dia 06 de abril de 2008, na página 3. Nós o escolhemos por apresentar um número significativo de empregos de *se*, bem como por caracterizar empregos diferentes dos demais textos analisados. A fim de iniciar nossa análise, buscamos compreender o sentido do texto pela identificação dos enunciados e de sua argumentação interna, pois é nosso objetivo também ver em que medida o enunciado condicional influencia na continuidade do discurso.

Esse primeiro parágrafo é introdutório às idéias que vêm em seguida, e, embora não apresente nenhuma ocorrência do nosso fenômeno em análise, foi mantido, pois, caso fosse suprimido, poderia prejudicar a compreensão do sentido dos seguintes. Ainda assim, nem todo o discurso será analisado: recortamos apenas o trecho que está transcrito acima, pois apresenta repetidas vezes a mesma ocorrência. Como no nosso trabalho interessam diferentes tipos de uso, e não a quantidade de casos, nos satisfazemos com a análise desse fragmento, sendo que o texto completo encontra-se no Anexo D.

O primeiro enunciado do texto é **Agora que os motores da campanha eleitoral começaram a entrar em ignição, esta coluna pede licença para falar diretamente a milhares de candidatos a prefeito e vereador que vão ganhando forma Rio Grande do Sul e Brasil afora**, por meio do qual o locutor introduz sua fala ao interlocutor, que é construído linguisticamente como *os futuros candidatos a prefeito e vereador do Rio Grande do Sul e do Brasil*, e o locutor se dirige a eles quando diz *esta coluna pede licença para falar diretamente...* O encadeamento que constitui argumentação interna a esse enunciado é

início da campanha eleitoral DC desejo de falar aos candidatos.

O segundo enunciado identificado encontra-se ligado a um terceiro através do articulador **mas**. Resolvemos, portanto, não separá-los a fim de simplificar nossa análise, visto que o objetivo central desse trabalho encontra-se no estudo do sentido da *expressão da condição*. O fragmento denominado por nós como segundo enunciado é **Não vai aqui nenhuma consultoria, mas é bom que você, prezado futuro candidato, saiba de algumas coisas que ocorrerão nos próximos meses, sobretudo na relação com os meios de**

comunicação e os eleitores, que é formalizado pelos seguintes encadeamentos articulados por **mas**:

neg consultoria DC neg levar a sério

MAS

ficar sabendo do que ocorrerá nos próximos meses DC levar a sério.

A conclusão **levar a sério**, bem como o jogo com a negação, está implícita e pode ser resgatada pelo tom de aviso dado pelo locutor após o uso do articulador, pois o interlocutor poderia não dar atenção para o que o locutor diz nas linhas seguintes, tendo em vista que o que pretende afirmar não é consultoria, conforme a AI dessa palavra:

AI (consultoria) – ser esperto no assunto DC ser útil,

Já a AI de **não consultoria**, a nosso ver, apresenta o aspecto converso à AI de **consultoria**, conforme:

AI (não consultoria) – ser esperto no assunto PT neg-ser útil.

Tal fenômeno de conversão entre os aspectos é apresentado em Ducrot e Carel (2008), ao analisar a polifonia em enunciados positivos e negativos, em que a AI do enunciado P' (negativo para Ducrot) apresenta o aspecto converso em relação à AI de P (enunciado positivo). Também em Ducrot e Carel (2005), quando os autores tratam da lei da negação, determinam que, para que a AI de determinado segmento esteja bem formulada ela deve apresentar o aspecto converso para a palavra negativa.

Assim, pelo fato de não apresentar seu discurso como consultoria, o locutor teme que não lhe sejam dados ouvidos, e, para evitar que isso ocorra, inverte essa argumentação introduzindo **mas** em seu discurso, alertando o interlocutor ao dizer **é bom que você, prezado futuro candidato, saiba de algumas coisas que vão ocorrer nos próximos meses**, etc.

No terceiro enunciado, que é **Como posso saber? Sem nunca ter me engajado em uma campanha, observo-as de lugar privilegiado há três décadas, desde a eleição de 1978, quando pisei em uma redação para trabalhar na Central RBS de Eleições**, o locutor parece explicar ao interlocutor por que deve dar ouvidos ao que ele tem a dizer, fazendo a si próprio uma pergunta que parece estar assimilada aos interlocutores candidatos

aos quais se dirige. O dito que segue a essa pergunta funciona como resposta, formalizada pelo encadeamento

E1 – nunca ter se engajado em campanha PT saber como as coisas funcionam,

que apresenta uma posição transgressiva, visto que o aspecto que apresenta uma transgressão sempre o faz em relação a uma norma, que nesse caso é apresentada por um enunciador, origem do ponto de vista **quem não participa de campanha política não entende do processo**, formalizado pelo encadeamento cujo responsável é **E2**

E2 – nunca ter se engajado em campanha DC neg saber como as coisas funcionam.

É possível afirmar que o locutor rejeita esse enunciador e o assimila aos candidatos a prefeito e a vereador, e assume o enunciador **E1**, que assimila a si próprio.

O quarto enunciado do texto é **Neste tempo todo, constatei que certos fenômenos e comportamentos repetem-se com monotonia notável**. O fragmento **Neste tempo todo** constitui uma retomada daquilo que foi dito no enunciado anterior, ou seja, que o locutor trabalha há 30 anos na redação de um jornal. Isso mostra, por um lado, a independência relativa dos enunciados, que seu sentido nem sempre está completo, e por outro lado, mostra também que não só os enunciados possuem sentido acabado apenas quando são relacionados dois segmentos, que o discurso também deve obedecer à lei geral da relação, segundo a qual o sentido é fruto da relação entre as palavras, entre enunciados e entre parágrafos. Assim, precisamos construir um encadeamento que desempenhe o papel de transição entre o terceiro e quarto enunciados, que retome a idéia contida em **neste tempo todo** que é **trabalhar há 30 anos em redação de jornal**, e a idéia que vem depois, que é **constatar fenômenos e comportamentos que se repetem**. Tais segmentos formam, juntamente com o conector **DC**, o encadeamento abaixo:

trabalhar há 30 anos em redação de jornal DC constatar fenômenos e comportamentos que se repetem.

Esse enunciado também está relacionado com a continuidade do discurso, pois os fenômenos que se repetem com monotonia são aqueles sobre os quais o locutor fala na seqüência, introduzidos por **vamos a eles**.

Assim, o quinto enunciado, sob o subtítulo **pesquisas**, diz **se você estiver à frente, você dirá que ela capturou bem o que se sente nas ruas: a previsível adesão a sua candidatura**. Esse quinto fragmento dá início às ocorrências, nesse discurso, do nosso fenômeno em análise, e realiza a primeira suposição com relação aos candidatos, ou seja, os fenômenos e comportamentos que se repetem são, inicialmente, a reação às pesquisas. A primeira delas, da qual fala esse enunciado, pode ser formalizada pelo encadeamento que segue:

estar à frente na pesquisa DC dizer que ela foi eficiente.

O sexto enunciado também apresenta uma ocorrência do nosso fenômeno em análise, que aparece introduzido por **mas**, e, conforme já afirmado em outras ocorrências, tem a função de inverter a orientação argumentativa, opondo uma conclusão *r* e uma conclusão *não-r*. Assim **Mas, se a pesquisa o mostrar muito à frente, você alertará para o fato de que a eleição só acaba com o fechamento das urnas – afinal, candidato com larga vantagem acomoda os apoiadores** tem como encadeamento

estar muito à frente na pesquisa DC ter cautela

que, por sua vez, está articulado com o anterior pelo uso do **mas**:

estar à frente na pesquisa DC dizer que ela foi eficiente

MAS

estar muito à frente na pesquisa DC ter cautela

em que **dizer que a pesquisa foi eficiente** tem uma orientação argumentativa que indica que a seqüência do discurso deva ser **portanto ser otimista**. **Ter cautela** tem sua orientação argumentativa contrária à de ser otimista, indicando que a continuação do discurso seja **portanto seja prudente**. Essas conclusões que **mas** está opondo têm estreita relação com o uso do modificador **muito** no primeiro segmento do encadeamento que vem após o articulador, que está atuando sobre a força argumentativa da expressão **estar à frente**. **Estar à frente** e **estar muito à frente**, ambas têm o mesmo sentido, o de liderar a pesquisa eleitoral. No entanto, a diferença reside, segundo nossa compreensão, na distância entre o candidato que se encontra à frente, e aquele que está muito à frente, com relação aos demais. Um parece estar liderando com alguma margem, já o segundo, estaria liderando a pesquisa de forma

absoluta, o que o faria ter cautela. Conforme definição de Ducrot (2002), a argumentação interna da expressão construída pelo modificador mais a palavra ao qual está ligado, ou seja a AI da expressão **XY** deve conter apenas as palavras plenas da AI de X – palavra que está ligada ao modificador, conforme os encadeamentos abaixo, que descrevem teoricamente a relação de **muito** com **estar à frente**:

AI (estar à frente) – liderar pesquisa PT não ter muita vantagem

AI (estar muito à frente) – liderar pesquisa DC ter muita vantagem

O sétimo enunciado do discurso dá continuidade à série de hipóteses que o locutor faz sobre o comportamento dos candidatos durante a campanha eleitoral, e continua sua suposição sobre as atitudes dos interlocutores frente às pesquisas: **Se você figurar no pelotão intermediário, evocará números e tabelas que comprovem o crescimento da candidatura.** O encadeamento que formaliza o enunciado é

figurar no pelotão do meio DC recorrer a outros dados que demonstrem crescimento

O oitavo fragmento que destacamos está constituído por dois enunciados, relacionados pelo articulador **mesmo**. Como em casos anteriores, achamos prudente não separá-los, mas mesmo assim, demonstrar as argumentações. O fragmento identificado **E**, **se estiver na rabeira ou muito aquém do que esperavam de você, cuidará de detratar a pesquisa e quem a divulga, mesmo acreditando piamente nela** é representado pelos encadeamentos abaixo

E1 – estar na rabeira ou aquém do esperado DC detratar a pesquisa

E2 – detratar a pesquisa PT acreditar nela.

E3 – detratar a pesquisa DC neg acreditar nela

Se desejarmos fazer uma argumentação mais detalhada, podemos desdobrar o segundo encadeamento em dois, visto que o PT está invertendo as argumentações, pois **quem detrata a pesquisa não deve acreditar nela**, esse seria o ponto de vista de um enunciador **E3**, e o ponto de vista defendido pelo locutor nesse texto é de que **os candidatos detratam as pesquisas e, mesmo assim, acreditam nela**, ponto de vista defendido por **E2**. Devemos

destacar também o uso do modificador **muito**, que está atuando sobre a força argumentativa de **aquém**, que funciona como um argumento mais forte que **estar na rabeira**, para a mesma conclusão – **detratar a pesquisa**. **Estar na rabeira** e **estar muito aquém** podem não representar a mesma colocação nas pesquisas, mas ambas contém em seu valor argumentativo uma negatividade que indica a continuação a ser dada para o discurso.

O próximo enunciado identificado diz respeito a outro subtítulo do texto, denominado **imprensa**, no qual o locutor trata do comportamento dos candidatos em relação aos meios de comunicação. Identificamos o nono enunciado como **Não importa candidato, partido ou cargo em disputa, você sempre achará que a imprensa trata melhor seus adversários, em detrimento obviamente, da sua candidatura**, que não contém uso da condição, no entanto é introdutório às idéias que vêm na seqüência do discurso.

Ao mesmo tempo que se dirige a todos os candidatos, o locutor individualiza cada interlocutor ao tratá-lo como **você**, fazendo também com que ele se projete no discurso do locutor colocando todos os demais como seus adversários, o que pode ser explicado pelo princípio estruturalista do valor, uma coisa se define em relação à outra por aquilo que ela não é. Assim, ao dirigir-se ao interlocutor de forma individual, tratando-o como você, coloca-o na situação de candidato e os demais, na situação de candidatos adversários. É importante destacar que o próprio sentido da palavra **adversário** orienta para uma oposição: para que existam adversários, é preciso que dois elementos se oponham de determinada forma. É assim que o locutor faz com que o seu interlocutor individualizado se projete no seu discurso, por opor a ele outros candidatos, bem como por antecipar, por meio das suposições, os comportamentos que terá.

Ao dizer que o interlocutor **achará** que o tratamento dado pela imprensa é desigual, ele coloca a subjetividade do tu em seu discurso, pois o verbo **achar** possui uma argumentação usada de forma recorrente para introduzir explicitamente um ponto de vista, nesse caso, atribuído ao tu. Esse fenômeno pode ser facilmente explicado pela assimilação que o locutor faz dos enunciadores a determinados seres, sendo essa relação entre locutor e enunciadador componente da construção do sentido.

O discurso do locutor assume, então, um tom de norma ao definir as constatações que fez ao longo de sua carreira jornalística como algo que se repete com **monotonia notável** (fragmento do início do discurso), por descartar as variações entre **candidato, partido** e

cargo em disputa e especialmente pelo uso da palavra **sempre**, elementos presentes nesse último enunciado. Assim, temos a construção do encadeamento da seguinte forma:

E1 – imprensa DC trata bem meus adversários

E2 – imprensa DC neg me trata bem

E3 – imprensa DC trata todo mundo de modo igual

Há a presença de três enunciadores, todos eles origem de pontos de vista presentes no discurso. O primeiro e o segundo, **E1** e **E2**, apresentam os pontos de vista de enunciadores que são assimilados ao interlocutor, e aos quais o locutor se opõe. **E3** é o enunciador que tem o ponto de vista assumido pelo locutor, e se justifica pelo fato de esse atribuir os pontos de vista com sentido negativo em relação à imprensa ao seu interlocutor.

O décimo enunciado do discurso é **Se um rival aparecer em uma foto sorrindo e você não, a imagem será tomada como prova definitiva da conspiração contra seu nome**, e contém uma condição. Tal condição assenta-se sobre a suposição de **um rival aparecer sorrindo na foto e o interlocutor não**, e a afirmação realizada a partir da suposição apresentada é **esse ato é a prova da conspiração contra o interlocutor**. Assim, suposição e afirmação formam juntas o sentido, já que constituem suporte e aporte do encadeamento, que é

E1 – rival aparecer sorrindo na foto e você não DC conspiração da imprensa

Esse fragmento tem uma marca que o transforma em enunciado irônico e até mesmo agressivo: essa ironia está marcada principalmente na palavra **conspiração**. Entendemos ironia conforme define Ducrot (1988), em que o locutor diz o que ele não acha e coloca em cena um enunciador que é a origem do ponto de vista assumido por ele. Nesse enunciado, o ponto de vista que o locutor apresenta é aquele cuja origem é **E1**. Na verdade, o locutor assume o ponto de vista de **E2**, que inclusive pertence ao bloco contrário de **E1**:

E2 – rival aparecer sorrindo na foto e você não DC neg conspiração da imprensa

o locutor se assimila a **E2** e assimila **E1** ao interlocutor, relação explicitada pela polifonia.

A palavra **conspiração**, conforme afirmamos, possui um valor argumentativo negativo, conforme sua AI

AI (conspiração) – vontade de desmascarar alguém DC tomar atitude astuta

que atribui ao interlocutor o uso de tal palavra, visto que faz parte do ponto de vista cujo enunciador lhe é assimilado, o que também caracteriza a ironia até mesmo como uma agressão.

O enunciado seguinte identificado por nós é **Você nunca dirá que o tratamento de um meio de comunicação é justo**, o qual constitui o aporte do encadeamento. Para encontrar o suporte, é necessário recorrer ao sentido geral expresso pelo texto. O locutor está tratando, no seu discurso, de forma geral, do comportamento dos candidatos que se repete há anos, estando entre eles a maneira como a imprensa é vista. Assim, o locutor atribui o enunciado acima ao seu interlocutor-candidato, pois é justamente por ser candidato que o interlocutor não acha justo o tratamento dado pelos meios de comunicação. Assim, resgatamos o suporte do encadeamento como **ser candidato**, conforme abaixo:

ser candidato DC neg achar meio de comunicação justo

Tal resgate se explica pelo fato de o locutor considerar inerente ao comportamento de um candidato afirmar que a imprensa é injusta, o que é apresentado até como uma norma, ao dizer que o interlocutor-candidato **nunca** dirá que o meio de comunicação é justo.

Da mesma forma que o enunciado anterior, o enunciado que analisamos agora **Você também nunca dirá que mereceu perder porque não era o melhor candidato** traz explícito somente o aporte. Esse fragmento também é atribuído ao interlocutor-candidato, pois o locutor se dirige diretamente a ele, tratando-o por **você**. Assim, identificamos como suporte do encadeamento **ser candidato**

ser candidato DC neg admitir que mereceu perder

E, por fim, **A encenação faz parte do jogo** tem com encadeamento

ser candidato DC fingir

O último fragmento do texto apresenta apenas dois enunciados: tratam-se ambos de suposições e estão sob o subtítulo **Governo x oposição**. O primeiro deles é **Se você for governo, dirá que suas obras não estão tendo a visibilidade que merecem**, cujo encadeamento é

ser do governo DC dizer que as obras não estão tendo a visibilidade que merecem.

E o último enunciado do fragmento selecionado é **Se você for oposição, dirá que as obras do governo estão tendo muito mais visibilidade do que merecem**, cujo encadeamento é formalizado como

ser da oposição DC dizer que as obras do governo estão tendo mais visibilidade que merecem.

Vemos, pela construção dos encadeamentos desse fragmento de texto, que a subjetividade dita a forma como a realidade é vista: o fato é o mesmo, a visibilidade dada às obras do governo, às pesquisas e à imprensa, no entanto, o posicionamento dos candidatos em relação aos fatos muda de acordo com a sua posição. Ao colocar o interlocutor-candidato em determinado lugar, o locutor atribuía a ele determinado ponto de vista sobre o fato. Ao mudá-lo de posição, o ponto de vista já é outro, sendo esse sentido construído em função da presença do **se**. É através dele que o locutor hipotetiza as reações dos seus interlocutores, que são os seus pontos de vista, a respeito dos elementos que são tema para o seu discurso. Temos aqui mais um exemplo de como a linguagem constrói sentido, e que os fatos, conforme afirma Ducrot (1988), constituem apenas um tema para debate entre os indivíduos.

Após a análise dos enunciados do texto de forma individual, passamos à *expressão da condição*, que teve várias ocorrências nesse discurso escolhido, todas elas iguais do ponto de vista da forma e da organização, mas diferentes das encontradas nos demais textos. Como já afirmado no capítulo anterior, a **metodologia**, a nós não importa a quantidade de ocorrências, mas as diferentes formas que a condição acontece no discurso. Por isso selecionamos um fragmento do texto **Cartas do Editor**, pois em todo ele o que se percebeu foi que a condição se apresentava de forma semelhante.

Para iniciar a análise do nosso fenômeno em observação, recorreremos a todos os encadeamentos do texto que são formalizações de enunciados contendo suposição.

E1 – estar à frente na pesquisa DC dizer que ela foi eficiente

E2 – estar muito à frente na pesquisa DC ter cautela,

E3 – figurar no pelotão do meio DC recorrer a outros dados que demonstrem crescimento

E4 – estar na rabeira ou muito aquém do esperado DC detratar a pesquisa

E5 – rival aparecer sorrindo na foto e você não DC conspiração da imprensa

E6 – ser do governo DC dizer que as obras não estão tendo a visibilidade que merecem.

E7 – ser da oposição DC dizer que as obras do governo estão tendo mais visibilidade que merecem.

Encontramos, portando, **sete** ocorrências de frases condicionais, em que a oração principal, ou seja, o elemento da oração que deu origem ao suporte tem seu verbo flexionado no futuro do presente simples do indicativo, e a oração subordinada, segundo a classificação da gramática, que para nós dá origem ao aporte do encadeamento, é introduzida por **se** e tem seu verbo flexionado no futuro do subjuntivo.

Nessas ocorrências da condição, o **se** introduz um dado de hipótese que tem a função de traduzir os diversos comportamentos dos candidatos. A maioria desses comportamentos, que o locutor diz se repetirem de forma monótona e que ele afirma observar há trinta anos, são expressos na forma de condição, com a forma verbal no futuro. Esse tempo verbal, relacionado com as demais palavras que compõem o enunciado, produz um sentido de projeção no discurso, em que o locutor realiza uma série de hipóteses voltadas para o futuro.

Argumentativamente falando, o sentido construído pelo uso das condições nas frases em que o locutor projeta as reações dos interlocutores tem a função de apresentar as diferentes situações em que os candidatos poderão se encontrar e, então, qual será a argumentação usada por eles, tendo em vista tal ou tal situação.

O uso da condição também estabelece uma forma de *previsão* sobre a reação dos interlocutores, frente às pesquisas, por exemplo. Assim, de acordo com a situação de estar liderando as pesquisas, o interlocutor argumentará dizendo que a pesquisa foi eficiente. Já o ponto de vista que expressará se estiver na rabeira será completamente oposto, pois a reação será detratar a pesquisa. Assim entendemos que essas ocorrências da condição têm a função de prever o ponto de vista que o interlocutor terá sobre determinado fato: imprensa, pesquisa,

etc. É importante ressaltar que a mudança se dá apenas na forma como o interlocutor-candidato expressará sua opinião sobre o mesmo fato. E isso está no cerne da linguagem: sua função é servir para que o “eu”, seja ele quem for, tome o mundo como um tema para debate com seu interlocutor.

Outro exemplo de como a condição, nesse discurso, é usada como forma de o interlocutor-candidato expressar seu ponto de vista sobre determinado fato é especialmente o fragmento que encontra-se sob o subtítulo **Governo x oposição**. Nele, apenas ser da oposição, ou do governo, faz com que o ponto de vista sobre a divulgação das obras mude. Observamos, também, que esses enunciados condicionais não evocam polifonia, visto que o locutor apresenta diretamente em seus discursos várias possíveis reações do interlocutor frente a determinado fato. Dessa forma, não evoca enunciadores, mas expõe diretamente seu ponto de vista, pois o locutor procura ser o mais objetivo possível, em seu discurso.

5.1.5 Texto 05

SE

Luis Fernando Verissimo

Se os portugueses tivessem sido postos a correr – ou nadar, no caso – naquele 22 de abril, como seria o Brasil hoje? A maioria da população seria de índios e os descendentes dos poucos brancos que se animassem a vir depois do vexame português habitariam em terras demarcadas, em extremos remotos do país. Nas reuniões de presidentes do Mercosul o brasileiro seria o único nu. Haveria vantagens e desvantagens em viver numa eterna Pindorama: para começar pelo mais grave, nem você nem eu existiríamos. Devo ter sangue de índio, se a cara de alguns antepassados não estava mentindo, mas o resto é um coquetel que veio depois: português, negro, alemão, italiano. Se existisse, eu estaria numa reserva.

Como seria se os holandeses tivessem derrotado os portugueses e colonizado todo o Brasil? Para começar, nossos padrões de beleza seriam completamente outros. Em vez de morenas, nossas mulheres seriam loiras de cabelo escorrido, e a brasileira mais conhecida no

mundo seria alguma longilínea do tipo nórdico, chamada Gisele ou coisa parecida. Nem dá para imaginar.

Como seria se os franceses tivessem conseguido consolidar a sua civilização subequatorial por aqui? Sei não, talvez a comida não melhorasse tanto assim – também come-se mal na França, e vá encontrar uma boa feijoada com couve e torresmo –, mas quem nos assegura hoje que não teríamos uma Carla Bruni no Alvorada, congressistas que ficassem em seus lugares em vez de se aglomerarem na frente da mesa, na Câmara, um serviço público muito melhor e pelo menos mais quatro feriados nacionais (Dia da Bastilha, Dia do Armistício de 18, Dia do Armistício de 45, Dia do Queijo Fedorento, etc.) por ano? Talvez fôssemos corruptos do mesmo jeito, já que deve ser alguma coisa na água. Mas as conversas grampeadas seriam em francês! Quer dizer, uma coisa de outro nível. (*Donna ZH, 27 de abril de 2008, pg. 02*).

Análise dos enunciados por parágrafo.

1º parágrafo:

Se os portugueses tivessem sido postos a correr – ou nadar, no caso – naquele 22 de abril, como seria o Brasil hoje? A maioria da população seria de índios e os descendentes dos poucos brancos que se animassem a vir depois do vexame português habitariam em terras demarcadas, em extremos remotos do país. Nas reuniões de presidentes do Mercosul o brasileiro seria o único nu. Haveria vantagens e desvantagens em viver numa eterna Pindorama: para começar pelo mais grave, nem você nem eu existiríamos. Devo ter sangue de índio, se a cara de alguns antepassados não estava mentindo, mas o resto é um coquetel que veio depois: português, negro, alemão, italiano. Se existisse, eu estaria numa reserva.

O locutor inicia seu discurso introduzindo uma pergunta que induz o interlocutor a imaginar respostas para ela. Tal pergunta, em realidade, constitui uma pergunta retórica, ou seja, trata-se de um artifício usado pelo locutor com a finalidade de dar certa continuidade ao seu discurso. Nesse caso, a pergunta contém uma suposição, uma hipótese: **os portugueses terem sido postos a correr – ou nadar – quando descobrirem o Brasil**. A partir de tal suposição, o locutor pergunta: **Como seria o Brasil hoje?** É importante destacar que a pergunta apenas tem validade dentro da suposição criada, pois não haveria sentido construir a hipótese e perguntar como o Brasil seria hoje, tendo em vista que os portugueses não foram postos a correr, já que o uso do verbo no modo subjuntivo e no tempo pretérito imperfeito

composto do subjuntivo nos dá essa indicação devido ao pressuposto contido nele, conforme a AE que segue:

AE (tivessem sido) – tivessem sido PT não foram

sendo que é por meio do uso do condicional irreal, ou seja, da criação de uma suposição que remete ao passado, que o locutor constrói o sentido desse parágrafo. Imaginando, então essa suposição, e a pergunta realizada, o próprio locutor passa a fornecer uma série de respostas. Vejamos.

A primeira delas é a de que **a maioria da população seria de índios, e que os descendentes dos poucos brancos habitariam terras demarcadas em extremos remotos do país**. Pelo fato (hipotético) de a população ser composta predominantemente de índios, o locutor afirma que **nas reuniões do Mercosul o brasileiro seria o único nu**, idéia essa contida na argumentação interna de **índio**

AI (índio) – homem selvagem DC nu.

Além dessas respostas, o locutor aponta vantagens e desvantagens, relativas à suposição, também como respostas à pergunta. A primeira desvantagem citada é **nem você nem eu existiríamos** (*você* é o interlocutor do texto, e *eu*, o locutor), que pode ser compreendida como uma desvantagem, pois vem introduzida pelo segmento **a começar pelo mais grave**, pois na própria palavra **grave** há a idéia de que algo que é grave não pode ser entendido como bom ou que possa trazer vantagens.

Assim, podemos formular os primeiros encadeamentos do discurso, presentes nesse primeiro parágrafo:

portugueses terem sido postos a correr DC população composta majoritariamente por índios

portugueses terem sido postos a correr DC descendentes de brancos habitariam terras demarcadas em extremos remotos do país

população composta por índios DC brasileiro único nu nas reuniões do Mercosul

portugueses terem sido postos a correr DC vantagens e desvantagens

portugueses terem sido postos a correr DC nem você, nem eu existiríamos

você não existir e eu não existir DC desvantagem

Nesse momento, o locutor abandona momentaneamente a suposição inicial, e as respostas à pergunta que fez, e passa a argumentar por que ele não existiria. Para isso, *supõe* que **se os antepassados não estavam mentindo, possui sangue de índio**. No entanto, afirma que não apenas o sangue indígena o compõe, mas também o de outros povos que vieram para o Brasil posteriormente, como o **alemão, italiano, português e negro**. Há uma inversão, introduzida pela presença do articulador **mas**, que, como veremos, tem por função mudar a orientação argumentativa do discurso. Assim, o fato de ser constituído por diferentes etnias impede que ele seja descendente unicamente de índio, o que justifica a afirmação do locutor, de que não existiria. Ainda nesse enunciado, o *se* possui um caráter de ressalva, e não de condição. Dessa forma, os encadeamentos que formalizam a seqüência de enunciados **Devo ter sangue de índio, se a cara de alguns antepassados não estava mentindo, mas o resto é um coquetel que veio depois: português, negro, alemão, italiano** são:

antepassados parecidos com índios DC sou índio

MAS

antepassados portugueses, negros, italianos e alemães DC não sou só índio

Essa conclusão *não-r*, ocasionada pela presença do **mas** coloca, então, o locutor entre aqueles que não são só índios e, por isso, não existiriam se os portugueses não tivessem sido postos a correr.

O último enunciado do parágrafo **Se existisse, eu estaria numa reserva** também apresenta uma suposição, que se opõe à afirmação anterior, de que ele não existiria. Tal afirmação é decorrente da suposição inicial (de os portugueses terem sido postos a correr). O locutor, na verdade, apresenta a hipótese de que não existiria, e a justificativa para isso, introduzidas no enunciado anterior. Agora, a suposição é de que **ele existiria** e, dentro dessa suposição, afirma que **estaria numa reserva**. O locutor afirma que estaria numa reserva, pois, conforme uma das respostas dadas à pergunta inicial, **os descendentes dos poucos brancos habitariam terras demarcadas em extremos remotos do país**, bem como por ter afirmado que não é índio puro por se constituir numa mistura também de alemão, português, negro e italiano.

Não ser só índio DC estar numa reserva.

Passamos agora à análise do segundo parágrafo:

2º parágrafo:

Como seria se os holandeses tivessem derrotado os portugueses e colonizado todo o Brasil? Para começar, nossos padrões de beleza seriam completamente outros. Em vez de morenas, nossas mulheres seriam loiras de cabelo escorrido, e a brasileira mais conhecida no mundo seria alguma longilínea do tipo nórdico, chamada Gisele ou coisa parecida. Nem dá para imaginar.

O locutor inicia esse parágrafo com um procedimento semelhante ao apresentado no anterior: introduz uma pergunta que leva seu interlocutor a imaginar algumas respostas, mas que serve também para o próprio locutor dar continuidade ao seu discurso. A suposição feita é a de **os holandeses terem derrotado os portugueses e colonizado o Brasil**. A pergunta é **Como seria?**, válida dentro da suposição, ou seja, imaginando A (suposição), o locutor pergunta **como seria?**, para aí poder fazer afirmações a partir de A. Nesse parágrafo, a resposta dada é apenas uma, **nossos padrões de beleza seriam completamente outros**. Nesse enunciado, temos a presença do modificador **completamente**. Esse modificador está ligado à palavra **outros**, conforme:

AI (outros) – não os mesmos DC diferentes

AI (completamente outros) – não os mesmos DC diferentes

Trata-se de modificador, pois, conforme vimos, a AI de XY (**completamente outros**) contém apenas as palavras plenas da AI de X (**outros**). Temos, portanto, um modificador realizante, que intensifica a força argumentativa da palavra à qual está ligado, ou seja, **completamente** está intensificando a idéia de diferença contida em **outros**. A presença dessa palavra instrumental vai ao encontro da argumentação que segue, pois os padrões considerados completamente outros são, de fato, contrários, uma vez que o locutor opõe as morenas às loiras de cabelo escorrido que estariam aqui, levando em conta o afirmado na suposição. Assim, o encadeamento que formaliza a argumentação contida no parágrafo é

colonização do Brasil pelos holandeses DC brasileiras loiras de cabelo escorrido

Passamos agora à análise do terceiro e último parágrafo:

3º parágrafo:

Como seria se os franceses tivessem conseguido consolidar a sua civilização subequatorial por aqui? Sei não, talvez a comida não melhorasse tanto assim – também come-se mal na França, e vá encontrar uma boa feijoada com couve e torresmo -, mas quem nos assegura hoje que não teríamos uma Carla Bruni no Alvorada, congressistas que ficassem em seus lugares em vez de se aglomerarem na frente da mesa, na Câmara, um serviço público muito melhor e pelo menos mais quatro feriados nacionais (Dia da Bastilha, Dia do Armistício de 18, Dia do Armistício de 45, Dia do Queijo Fedorento, etc.) por ano? Talvez fôssemos corruptos do mesmo jeito, já que deve ser alguma coisa na água. Mas as conversas grampeadas seriam em francês! Quer dizer, uma coisa de outro nível.

O locutor começa o terceiro e último parágrafo da mesma forma que os dois anteriores: com uma pergunta retórica que contém uma suposição: **os franceses terem consolidado sua civilização subequatorial por aqui**, e a pergunta segue as demais: **Como seria?** Como resposta a essa pergunta, o locutor apresenta as afirmações, todas elas possíveis apenas tendo em vista tal suposição.

A primeira resposta à pergunta é **Sei não, talvez a comida não melhorasse tanto assim – também come-se mal na França, e vá encontrar uma boa feijoada com couve e torresmo -**, que apresenta uma polifonia:

E1 – colonização do Brasil pelos franceses DC comida boa

E2 – colonização do Brasil pelos franceses PT nem sempre comida boa,

em que o enunciador **E1** é a origem do ponto de vista de que **caso os franceses tivessem colonizado o Brasil, nossa comida seria melhor**, e o enunciador **E2** é a origem do ponto de vista assumido pelo locutor, de que **mesmo que os franceses tivessem colonizado o Brasil, nossa comida não teria melhorado tanto**. Temos também o ponto de vista de **E3**, que diz que na **França come-se bem**, e o de **E4**, que afirma que **não só no Brasil come-se mal, na França também**. Assim, há a presença de outros enunciadores nesse discurso, que são origem dos pontos de vista expressos acima:

E3 – França DC comida boa

E4 – França PT nem sempre comida boa

em que o locutor assume a posição transgressiva apresentada por **E4**, e rejeita **E3**. O locutor coloca, ainda, outros argumentos que vão ao encontro do ponto de vista defendido por ele, que comida boa é feijão com couve, que não pode ser encontrada na França, mas pode no Brasil. Assim, temos a presença de outros enunciadores, que apresentam um ponto de vista pertencente ao bloco contrário em relação a **E3** e **E4**.

E5 – França não tem feijão com torresmo e couve DC neg comida boa

E6 – Brasil tem feijão com torresmo e couve DC comida boa

em que o locutor assume **E5** e concorda com **E6**.

Esses enunciadores, colocados em cena pelo locutor, apresentam o que o locutor vê como não tão positivo com a colonização do Brasil pelos franceses. Em oposição a isso, apresenta outras respostas à pergunta, sendo elas aquilo que o locutor considera positivo na vinda dos franceses, oposição essa introduzida pelo **mas**, como **ter a Carla Bruni no Alvorada, congressistas que ficassem em seus lugares em vez de se aglomerarem na frente da mesa, na Câmara, um serviço público muito melhor e pelo menos mais quatro feriados nacionais (Dia da Bastilha, Dia do Armistício de 18, Dia do Armistício de 45, Dia do Queijo Fedorento, etc.) por ano**. Assim temos os seguintes encadeamentos

colonização do Brasil pelos franceses DC Carla Bruni no Alvorada

colonização do Brasil pelos franceses DC congressistas permanecerem em seus lugares

colonização do Brasil pelos franceses DC serviço público muito melhor

colonização do Brasil pelos franceses DC mais quatro feriados nacionais por ano

É importante, também, ressaltar a presença do modificador **muito** ligado à palavra **melhor**. Podemos afirmar que essa palavra está atuando sobre a força argumentativa de **melhor**, intensificando-a, conforme a argumentação interna de X e de XY

AI (melhor) – qualidades positivas DC bom

AI (muito melhor) – qualidades positivas DC bom

Trata-se, portanto, de um modificador realizante. Todas as afirmações feitas como **Carla Bruni no Alvorada, congressistas que permanecessem sentados, serviço público muito melhor, quatro feriados nacionais por ano** apresentam o ponto de vista do locutor de que isso é **bom** e se opõe à **influência da colonização francesa na nossa comida**, que para o locutor **não seria bom**, visto que na França não tem feijão com couve, que o locutor considera bom. Tal inversão é introduzida pela presença de **mas**, conforme os encadeamentos:

influência da colonização francesa na nossa comida DC neg bom

MAS

Carla Bruni no Alvorada DC bom

congressistas que permanecessem sentados DC bom

serviço público muito melhor DC bom

quatro feriados nacionais por ano DC bom

Outro conjunto de enunciados vem introduzido por **talvez**, seguido de **mas**, ou seja, tem a mesma estrutura utilizada no anterior, em que a palavra **talvez** não introduz dúvida alguma, mas apresenta o ponto de vista assumido pelo locutor. Trata-se, na verdade, da estratégia usada por este para referir-se àquilo que ele considera ruim. Assim, temos um enunciador que defende o ponto de vista **embora os franceses tivessem colonizado o Brasil, seríamos corruptos** e outro enunciador que defende o ponto de vista **franceses terem colonizado o Brasil, portanto não seríamos corruptos**. Formalizando, temos

E7 – colonização do Brasil pelos franceses DC neg sermos corruptos

E8 – colonização do Brasil pelos franceses PT sermos corruptos

em que o locutor concorda com **E7** e assume **E8**. Para ele, sermos corruptos é um aspecto negativo, embora afirme que não esteja ligado à presença dos franceses por aqui, já que é alguma coisa presente na água que torna as pessoas que moram aqui corruptas, independentemente de sua ascendência.

Após isso, o locutor continua seu discurso introduzindo um **mas**, que faz a inversão da argumentação, ou seja, introduz um aspecto que o locutor considera positivo, que é **apesar de**

sermos corruptos, as conversas grampeadas seriam em francês, e isso, para ele, é bom. Tal argumentação pode ser formalizada pelos encadeamentos

sermos corruptos DC neg bom

MAS

conversas grampeadas em francês DC bom

Esse texto, conforme a argumentação construída até aqui, constitui, em sua totalidade, uma forma de suposição. É aquela que Ducrot (1977) denomina **condicional irreal**, caracterizada pelo fato de possibilitar que se possa fazer hipóteses sobre o passado. De fato, o locutor constrói todo o sentido do texto, nos três parágrafos que o compõem, sobre três hipóteses: a primeira de **os portugueses terem sido postos a correr quando chegaram ao Brasil**, a segunda, de **os holandeses terem derrotado os portugueses e terem colonizado o Brasil**, e a terceira, de **os franceses terem consolidado sua civilização subequatorial por aqui, ou seja, terem colonizado o Brasil**.

Cada uma dessas hipóteses, ou suposições vem seguida de uma interrogação, o que caracteriza um **se fora da afirmação**, com interpretação implicativa, segundo definição do autor. No entanto, vemos que essa interrogação com *se* não apresenta um sentido completo, é necessário recorrer à seqüência do discurso para que possamos entender o sentido construído na suposição, pois, conforme os pressupostos da TBS, um segmento somente tem sentido quando relacionado a outro.

Vimos, nesse discurso, que a segmentação dos enunciados é uma tarefa bastante difícil, e justamente por isso, não cometemos a imprudência de fazê-lo, a fim de evitar erros. Isso porque boa parte de cada parágrafo encontra-se encadeada com o segmento inicial, que contém uma pergunta e a hipótese. Assim, nos limitamos a formalizar os diversos encadeamentos que o constituem, sem, para tanto, segmentá-lo em enunciados.

Para o primeiro parágrafo, temos os seguintes encadeamentos ligados à suposição **se os portugueses tivessem sido postos a correr**:

E1¹¹ - portugueses terem sido postos a correr DC população composta majoritariamente por índios

E2 – portugueses terem sido postos a correr DC descendentes de brancos habitariam terras demarcadas em extremos remotos do país

E3 – população composta por índios DC brasileiro único nu nas reuniões do Mercosul

E4 – portugueses terem sido postos a correr DC vantagens e desvantagens

E5 – portugueses terem sido postos a correr DC nem você, nem eu existiríamos

E6 – você não existir e eu não existir DC desvantagem

E7 – eu existir DC estar numa reserva

Já o encadeamento referente ao segundo parágrafo é

E8 – colonização do Brasil pelos holandeses DC brasileiras loiras de cabelo escorrido

Por fim, os encadeamentos do terceiro parágrafo

E9 – colonização do Brasil pelos franceses PT neg comida boa,

E10 – colonização do Brasil pelos franceses DC Carla Bruni no Alvorada

E11 – colonização do Brasil pelos franceses DC congressistas permanecerem em seus lugares

E12 – colonização do Brasil pelos franceses DC serviço público muito melhor

E13 – colonização do Brasil pelos franceses DC mais quatro feriados nacionais por ano

¹¹ Usaremos uma numeração em seqüência para os enunciadores, pois eles representam os encadeamentos que constroem o sentido ao longo do discurso. Não fazemos referência à polifonia segundo Ducrot (1988), em que inúmeros enunciadores poderiam ser evocados. Nossa análise polifônica diz respeito à metodologia da TBS, na qual os enunciadores são origens de pontos de vista expressos em forma de encadeamentos, cujos aspectos encontram-se relacionados em um mesmo bloco semântico ou blocos semânticos diferentes. Assim, não corremos o risco de deixar a análise linguística à qual nos propomos e partir para uma análise intuitiva, que recusamos.

Todos esses encadeamentos caracterizam-se por conter o sentido hipotético de condição com referência ao passado, caracterizado, especialmente, pelo **se**, pelo uso do verbo no futuro do pretérito do indicativo na oração principal, segundo a gramática, ou seja, no S2, segundo a TBS, e o verbo flexionado no imperfeito do subjuntivo composto na oração subordinada condicional, segundo a gramática, ou no S1, segundo a TBS.

Esse segundo tempo verbal mencionado é o que caracteriza o condicional irreal, e nele está presente uma pressuposição, que desencadeia a polifonia. Conforme Ducrot e Carel (2008), a análise desse tipo de pressuposição deve ser representada por um único encadeamento, visto que posto e pressuposto constituem juntos um só sentido. Nesse caso, temos como posto **se tivessem sido**, e como pressuposto **não foram**, que juntos formam o encadeamento

se tivessem sido PT não foram

Tal pressuposição é polifônica na medida em que evoca outro discurso no enunciado em que ela se encontra. Assim, temos para cada enunciador apresentado acima, outro que é origem de um ponto de vista recíproco. Vejamos:

E1' – neg portugueses terem sido postos a correr DC neg população composta majoritariamente por índios

E2' – neg portugueses terem sido postos a correr DC neg descendentes de brancos habitariam terras demarcadas em extremos remotos do país

E3' – neg população composta por índios DC neg brasileiro único nu nas reuniões do Mercosul

E4' – neg portugueses terem sido postos a correr DC neg vantagens e desvantagens

E5' – neg portugueses terem sido postos a correr DC neg nem você, nem eu existiríamos

E6' – neg você não existir e eu não existir DC neg desvantagem

E7' – neg eu existir DC neg estar numa reserva

Da mesma forma que procedemos à análise da pressuposição contida em **tivessem sido**, referente ao primeiro parágrafo, fazemos para **tivessem derrotado – tivessem derrotado PT neg derrotaram**, que dá origem ao ponto de vista do qual **E'8** é origem:

E8' – neg colonização do Brasil pelos holandeses DC neg brasileiras serem loiras de cabelo escorrido

Já para **tivessem conseguido**, presente no terceiro parágrafo, temos o encadeamento **tivessem conseguido PT neg conseguiram**, seguindo abaixo os pontos de vista e os enunciadores evocados pela presença dessa pressuposição:

E9' – neg colonização do Brasil pelos franceses PT comida boa,

E10' – neg colonização do Brasil pelos franceses DC neg termos Carla Bruni no Alvorada

E11' – neg colonização do Brasil pelos franceses DC neg congressistas permanecerem em seus lugares

E12' – neg colonização do Brasil pelos franceses DC neg serviço público ser muito melhor

E13' – neg colonização do Brasil pelos franceses DC neg mais quatro feriados nacionais por ano

Vimos, portanto, que nesse tipo de ocorrência da suposição, cuja expressão da condição é o que muitos autores denominam *condicional irreal*, o locutor argumenta por meio de **aspectos recíprocos do mesmo bloco**, negando os segmentos em ambos os lados do encadeamento. Assim, o locutor assume os enunciadores positivos, que são **E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12 e E13**, e concorda com os enunciadores negativos **E1', E2', E3', E4', E5', E6', E7', E8', E9', E10', E11', E12' e E13'**.

Ainda segundo Ducrot (1977), temos a ocorrência de subentendidos após o conector nos enunciados negativos, pois, conforme o próprio autor afirma, o locutor não se compromete em assumi-los, apenas concorda com o pressuposto presente no primeiro segmento. Aliás, a definição que o lingüista dá para a atitude de concordar é essa, **o locutor concorda com o enunciado que contém um pressuposto e não pode rejeitá-lo ao longo de**

seu discurso. Assim, tanto os enunciadores positivos quanto os negativos são assimilados ao próprio locutor, pois ao apresentar os positivos aos quais ele se assimila, também apresenta, pela pressuposição, os negativos, aos quais igualmente se assimila.

Para finalizar, gostaríamos apenas de enfatizar que essa ocorrência da suposição que é o caso particular do condicional irreal está de acordo com o esquema proposto pelo autor em Ducrot (1977), cuja regra geral é **admita não-p e subentenda não-q** para enunciados cuja estrutura seja **se p, q**.

4.2 OUTROS EMPREGOS DE *SE*

A fim de contrastar o uso do **se condicional** com os demais usos do **se**, vamos analisar discursos nos quais tal conjunção não introduz um dado de hipótese. Não nos deteremos profundamente nesses exemplos, pois não constituem a questão central deste trabalho. Gostaríamos apenas de mostrar que é preciso voltarmos nosso olhar para o que diz o texto a fim de buscar o sentido das palavras na sua relação com as demais, e não creditar a tal ou tal termo sentidos pré-estabelecidos. Por isso, apresentaremos outras formas de construir sentido usando **se**, no entanto, nenhum deles como condição. Para definição do valor de cada um será necessário realizar estudos mais aprofundados, a fim de comparar diferentes formas de suposição. Apenas para reafirmar nossa posição, que vai ao encontro da posição tomada por Ducrot (1977), entendemos que o fenômeno **suposição** engloba diferentes usos de **se**, que o lingüista reuniu sob essa denominação a fim de acabar com a infinidade de descrições. Nosso objetivo, futuramente, é desenvolver um estudo que vise à explicação dos diferentes tipos de suposição ocasionados pelo uso de **se** e de outras conjunções que possam originar tal fenômeno.

5.2.1 – Texto 06

Se o ouro não veio com o pé, que venha com a mão.

Esse pequeno discurso foi retirado do jornal Zero Hora, do dia 23 de agosto de 2008, na página 52. Ele faz referência às finais das modalidades vôlei masculino e feminino nos jogos olímpicos da China, convidando os interlocutores a assistirem a essas partidas nos horários determinados. Para entendermos esse texto, são necessárias algumas informações que não estão contidas nele, como o fato de o Brasil não ter conseguido medalha de ouro no futebol durante as olimpíadas.

Esse **se** não introduz um **dado de hipótese** no enunciado, mas tem sentido conclusivo, semelhante a **já que**. Poderíamos construir outro enunciado substituindo a conjunção condicional – que nesse caso não coloca os segmentos em relação de condição, mas em relação conclusiva – por **já que**:

Já que o ouro não veio com o pé, que venha com a mão,

cujo encadeamento pode ser construído segundo o abaixo:

neg ouro com o pé DC ouro com a mão

Não pretendemos nos deter na análise desse exemplo, apenas trazemos para mostrar que nem sempre a conjunção denominada pelas gramáticas em geral como subordinativa condicional introduz uma oração subordinada condicional, nem constrói um enunciado cujo sentido seja de condição. No entanto, enquadra-se perfeitamente na definição de **suposição** dada por Ducrot (1977), na qual ele engloba todos os usos de **se** sob essa acepção.

Esse uso se diferencia dos demais analisados, especialmente pelo uso da flexão de tempo e modo do verbo. No **texto 05**, o que caracterizava a condição era o uso do **futuro do pretérito do indicativo** na oração principal, e o **imperfeito do subjuntivo composto** na oração subordinada condicional. Já no **texto 04**, a oração principal, ou seja, o elemento da oração que deu origem ao suporte, teve seu verbo flexionado no **futuro do subjuntivo**, e a oração subordinada, segundo a classificação gramatical, que para nós dá origem ao aporte do encadeamento, **teve seu verbo flexionado no futuro do presente simples do indicativo**. No **texto 03, 02, e, 01** os verbos das orações principal e subordinada, que constituem suporte e aporte do encadeamento, estão nos tempos **imperfeito do modo subjuntivo e futuro do pretérito do modo indicativo**, respectivamente.

No texto analisado acima, temos um verbo flexionado no **pretérito perfeito do indicativo**, e outro no **presente do subjuntivo**, que nesse caso exprime também um desejo,

diferenciando-se dos demais descritos quanto à flexão verbal, e ainda, no sentido final construído pelo enunciado.

5.2.2 – Texto 07

Se você acha que vai encontrar sofá mais bonito, melhor esperar sentado.

Esse discurso foi retirado de uma publicidade publicada na Revista Veja de 05 de setembro de 2007, na página 32 e 33, a qual mostra dois tipos de sofá à venda, conforme cópia em anexo. Assim, a palavra sofá, que aparece no texto escrito, refere-se à imagem veiculada pela propaganda.

Nesse pequeno discurso temos o uso da conjunção **se**, conforme classificação da gramática, e usada pelo locutor para realizar uma suposição, conforme a descrição de Ducrot (1977). No entanto, como no **texto 06** analisado acima, não constrói um sentido de condição, mas ajuda na construção de um sentido negativo presente no ponto de vista de um enunciador. Vejamos os encadeamentos que são permitidos para entendermos melhor tal conclusão.

E1 – achar que vai encontrar sofá mais bonito DC esperar sentado.

Esperar sentado é uma expressão muito usada para referir-se a coisas muito difíceis, até mesmo impossíveis de serem obtidas. Por isso, **esperar sentado** possui um valor argumentativo que orienta para que a seqüência do discurso seja

E2 – esperar sentado DC você não vai encontrar.

Imaginemos que, em vez de dar como segmento ao discurso **melhor esperar sentado**, o locutor tivesse dito **melhor procurar em outro lugar**, teríamos um encadeamento completamente diferente, bem como outro sentido para **encontrar sofá mais bonito**, visto que é na relação entre os segmentos com o conector que o sentido se define.

E3 – achar que vai encontrar sofá mais bonito DC procurar em outro lugar

No primeiro encadeamento, cuja origem é **E1** temos um sentido para o primeiro segmento que é **você não vai encontrar sofá mais bonito que esse anunciado**, e no terceiro encadeamento, cuja origem é **E3**, temos um sentido oposto, **você vai encontrar sofá mais bonito que o anunciado acima**.

No entanto, não é apenas o segundo segmento que define esse sentido. O elemento **se** é fundamental para que a continuidade do discurso se dê no sentido de **não encontrar sofá mais bonito que o anunciado**, ao dizer **se você acha que vai encontrar**, ele diz ao mesmo tempo **você não vai encontrar** e por essa razão a continuidade do discurso é **melhor esperar sentado**.

Vimos, portanto, que nesse discurso o **se** não estabelece sentido algum de condição, mas funciona como uma suposição cuja função é negar, evocando, para isso, um enunciador que é a origem do ponto de vista assumido pelo locutor:

E1 achar que vai encontrar sofá mais bonito DC esperar sentado

E2 você não vai encontrar sofá mais bonito DC compre esse sofá.

Mais uma vez, o tempo verbal é fundamental para a definição do sentido, pois não há a apresentação de uma hipótese, conforme os textos acima. Na verdade, o que está implícito na suposição feita é uma afirmação, de que o interlocutor não irá encontrar sofá mais bonito, representado pelo ponto de vista sustentado por **E2**, que o locutor assume.

Nesse discurso é importante destacar também a presença do modificador **mais**, que está atuando sobre a força argumentativa de **bonito**, pois entendemos que ele exerce influência sobre todo o discurso, uma vez que o locutor constrói o seu ponto de vista pela afirmação de que não há sofá **mais bonito** que o anunciado. Entendemos, portanto, que o locutor não questiona a possibilidade de encontrar um **sofá bonito**, mas um **sofá mais bonito** que o anunciado, e a presença do modificador é fundamental para que se compreenda o discurso dessa forma.

5.2.3 – Texto 08

Nem o mais caro, nem o mais barato, o melhor para você. Se existe uma coisa que tem que valer cada centavo que você paga é um banco.

Essa publicidade do banco Itaú também foi publicada na Revista Veja de 1º de agosto de 2007, na página 58, e encontra-se anexa a este trabalho (Anexo H). Nela buscamos uma ocorrência de **se** em que o sentido, mais uma vez, não fosse o de condição, embora ele introduzisse um dado de suposição.

Há a afirmação inicial de que o Banco Itaú não é nem o mais caro, nem o mais barato, mas o melhor para o interlocutor – o locutor dirige-se diretamente a esse chamando-o de **você**. Esse chamado ao interlocutor é muito comum na linguagem publicitária, presente também no texto 07. Percebemos que há uma certa oposição entre as conclusões **mais caro**, **mais barato** e **o melhor**, havendo até mesmo a possibilidade de ser inserido um **mas** entre os encadeamentos, conforme abaixo:

Itaú DC neg mais caro

neg mais caro DC existem outros mais caros

Itaú DC neg mais barato

neg mais barato DC existem outros mais baratos

MAS

Itaú DC o melhor para você

melhor pra você DC não existem outros melhores que Itaú

Com essa oposição, o locutor pretende mostrar que as vantagens de ser cliente Itaú não estão em usar um banco que é **mais barato** ou **mais caro** que os demais, mas que é **o melhor**. Assim, os adjetivos **caro** e **barato**, juntamente com o modificador **mais**, que acompanha cada um deles, argumentam para a construção do sentido de banco que o locutor não considera

bom. Já **melhor** constrói o sentido de banco, tomado em relação a todo o dito, que é positivo para o locutor, e com esse argumento, ele busca fazer com que o interlocutor também assumira esse ponto de vista, tornando-se um cliente.

A seguir, temos o enunciado que é introduzido por **se** e que constitui o nosso foco de análise **Se existe uma coisa que tem que valer cada centavo que você paga é um banco**. Para fazermos um estudo mais detalhado, começamos formalizando a argumentação contida nele por meio do encadeamento abaixo:

existir uma coisa que tem que valer cada centavo que você paga DC ser um banco.

O uso do **se** nesse enunciado não está colocando em dúvida a existência de algo que tem de valer cada centavo que é pago, mas dizendo que esse algo é um banco, excluindo, dessa forma, tudo aquilo que não é banco. Assim, entendemos que esse **se** possui caráter restritivo, pois está restringindo o sentido do segmento 1, ou suporte, ao segmento 2, o aporte: para o locutor, a única coisa que deve valer cada centavo que se paga é um banco.

Além disso, o tempo verbal do enunciado suposicional é composto pelo presente do indicativo em ambas as orações – a principal e a subordinada, segundo a definição gramatical, sem sentido de presente, mas com aspecto atemporal, pois **existe** não encontra-se demarcado temporalmente por eventos que o sucedam ou precedam. Da mesma forma **é**, que apresenta uma característica inerente ao predicado, ou seja, possui um sentido atemporal.

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção trazemos os resultados obtidos pela análise do nosso *corpus* de maneira sistematizada, para que possamos ter uma visão ampla e completa do fenômeno analisado. Para isso, apresentaremos as ocorrências de *expressão da condição* de cada texto, bem como em que ponto se aproximam e em que ponto se distanciam. Iniciamos nosso trabalho de análise do *corpus* por discursos simples, contendo apenas dois enunciados, como é o caso dos textos 01 e 02, as duas tirinhas do personagem Hagar. O texto 03 apresenta uma complexidade um pouco maior, pois é uma ocorrência diferente das demais, em que não há a presença da conjunção condicional **se**, no entanto o sentido, elemento que verdadeiramente

nos interessa, é de condição. Já os textos 04 e 05 são extremamente complexos, visto que há um imbricamento forte dos enunciados, constituindo tarefa muito difícil para o analista definir suas fronteiras, característica inerente especialmente ao texto de número 05.

Identificamos, em nosso *corpus*, três tipos distintos de enunciados condicionais, formalmente falando, que se diferenciam em relação ao tempo verbal. O primeiro deles é aquele presente nos textos 01, 02 e 03, em que os verbos das orações subordinada condicional e principal encontram-se flexionados segundo o seguinte esquema:

Se	p	q
Se	pretérito imperfeito/modo subjuntivo	futuro do pretérito/modo indicativo
Se	eu me casasse com você	teria uma vida de conto de fadas.

Já os verbos do texto de número 04 apresentam outra forma de construção do enunciado com sentido de condição, conforme abaixo:

Se	p	q
Se	futuro do subjuntivo	futuro do presente simples/modo indicativo
Se	você for do governo	dirá que suas obras não estão tendo (...)

E, finalmente, o texto 05 apresenta o terceiro modo de construção do enunciado de condição, observando as formas verbais, conforme a tabela abaixo:

Se	p	q
Se	pretérito imperfeito comp./modo subjuntivo	futuro do pretérito/modo indicativo
Se	os portugueses tivessem sido postos a correr	a maioria da população seria ...

É importante ressaltar que esse caráter formal também participa da construção do sentido de condição, pois, conforme vimos, a língua é forma e sentido, e faz parte dos objetivos deste trabalho propor a articulação entre língua e fala na descrição e explicação do sentido.

Assim, a primeira conclusão a que chegamos, então, é que a expressão da condição pode ser expressa por três diferentes construções que se diferenciam quanto ao tempo e modo em que o verbo se encontra flexionado.

A segunda conclusão também apresenta uma estreita relação com a forma, não a forma morfológica, mas a sintática: é a ausência da conjunção *se* na introdução da oração subordinada condicional, que caracteriza o texto 03. Tal ausência é significativa, na medida em que não descaracteriza o sentido de condição do texto, conforme previra a gramática. Para esta, o que define a oração subordinada condicional é a conjunção *se*, o que não é corroborado em nossas análises, pois o sentido de condição é fruto não apenas desse elemento formal, mas da relação constituída pelas palavras que compõem o enunciado, pois nossas análises dizem respeito ao uso da língua, ao discurso.

Faremos, a partir deste momento, uma discussão de cada discurso analisado, apontando as suas peculiaridades de forma mais resumida que nas análises, da seção anterior, para que iniciemos uma sistematização dos resultados.

O texto 01 está composto por apenas dois enunciados: um deles contém a condição, o outro deve ter sua compreensão do sentido feita relacionando o lingüístico à imagem. O enunciado que contém a expressão da condição é **se tivéssemos um quarto de hóspedes, isto não aconteceria sempre que a mamãe nos visita**, do qual elencamos os enunciadores abaixo

E1 ter quarto de hospedes DC neg dormir no chão

E2 neg ter quarto de hóspedes DC dormir no chão

Tais enunciadores, conforme análise realizada, são evocados no enunciado especialmente pela presença do *se* mais a pressuposição, em que o locutor assume o enunciador **E2**, responsável pelo ponto de vista explícito, e concorda com o enunciador **E1**, responsável pelo ponto de vista evocado. O sentido construído pela interdependência semântica entre os dois segmentos do encadeamento resulta no bloco semântico **não é preciso dormir no chão quando se tem quarto de hóspedes**, sendo que a polifonia revelou que a

relação entre os aspectos desse bloco semântico, pelos quais os enunciadores são responsáveis, é de reciprocidade, na qual há a negação dos dois segmentos e a manutenção do conector.

O texto de número 02, também uma tirinha do personagem Hagar, da mesma forma que o texto 01, é composto por apenas dois enunciados, sendo um deles o que contém a forma de suposição que estamos analisando. Nesse caso, o enunciado com sentido condicional foi introduzido por um verbo dicendi, como um discurso citado, e também faz parte de uma pergunta dirigida ao interlocutor. Assim, para a compreensão do sentido fazemos referência ao momento da enunciação anterior em relação à enunciação atual. O enunciado completo é **Se lembra como você prometeu que se eu me casasse com você, teria uma vida de conto de fadas**, do qual destacamos para análise apenas o trecho que se encontra negrito e sublinhado. Dele, são evocados dois enunciadores

E1 casar com você DC ter uma vida de conto de fadas

E2 neg casar com você DC neg viver um conto de fadas

que são responsáveis por aspectos recíprocos do mesmo bloco semântico, cujo sentido é resultante da relação entre os segmentos, **casar com Hagar e viver um conto de fadas**. A relação que o locutor mantém com os enunciadores é concordar com **E2** e assumir **E1**. Entendemos que esses enunciadores, como no caso anterior, são origem do ponto de vista apresentado explicitamente, como é o caso de **E1**, e o ponto de vista evocado, como é o caso de **E2**. Aqui retomamos o que Ducrot (1977) apontou sobre a estrutura **se p, q** no caso do condicional irreal, em que haveria uma pressuposição, negando o dito, e um subentendido que, por não estar marcado linguisticamente, seria atribuído ao interlocutor. No texto 02, ao ponto de vista cujo responsável é **E2** é possível aplicar tal definição, estendendo-a a esse caso, mesmo que ele não constitua um condicional irreal: o locutor assume **E1**, cujo ponto de vista é **casar com Hagar então ter um conto de fadas**, mas não se compromete em dizer que **se não casar com Hagar então não terá um conto de fadas**, ponto de vista ao qual apenas dá sua concordância. Essas conclusões são possíveis a partir da aplicação de conceitos da ANL, como a polifonia, por exemplo.

Já o texto número 03, aquele em que há a ausência da conjunção subordinativa condicional, segundo a definição gramatical, cuja função seria definir a condição, não descaracteriza esse sentido, o que nos permite reafirmar o que já dissemos, que o sentido de

condição advém não apenas de marcas formais, mas também e principalmente da relação entre as palavras que compõem o enunciado, uma vez que a suposição realizada pelo locutor foi expressa através da afirmação **Um asteróide está na rota de colisão da Terra e você tem uma hora de vida**. Tal peculiaridade despertou nosso interesse, pois o foco deste é a descrição e explicação do sentido da condição, mostrando como esse sentido se constrói no uso, independente de marcas ou regras gramaticais pré-estabelecidas.

Nesse discurso, assim como nos dois outros analisados anteriormente, os encadeamentos que constituem a argumentação interna ao enunciado resultaram em aspectos recíprocos, em que o locutor assumiu os enunciadores positivos (aqueles responsáveis pelo dito explicitamente) e concordou com os enunciadores negativos (aqueles que são a origem dos pontos de vista evocados pelo enunciado), atitude condizente com a descrição pressuposicional de Ducrot e Carel (2008), que afirmam que o locutor deve concordar com os enunciadores origens de pontos de vista que são fontes de pressupostos, não podendo opor-se a eles no decorrer do seu discurso.

O quarto discurso analisado apresentou o segundo tipo de forma do enunciado condicional, segundo descrição acima. Tal texto é o menos polifônico, característica que atribuímos ao tipo e à finalidade: por se tratar de um texto jornalístico, cuja intenção é ser imparcial e objetivo. O que encontramos de mais interessante neste discurso foi a forma como o locutor joga com seu interlocutor por meio do uso da suposição: colocando-o supostamente como oposição ao governo, atribui-lhe determinado ponto de vista sobre as obras, colocando-o como favorável ao governo, por meio da suposição, o ponto de vista atribuído sobre as obras é outro. Da mesma forma jogou com as opiniões sobre a imprensa e sobre as pesquisas.

Tal discurso foi ao encontro do pressuposto da ANL de que não são propriamente os fatos que argumentam, mas aquilo que dizemos deles, e o uso da suposição permitiu que o ponto de vista sobre determinado fato variasse de acordo com a posição e o interesse daquele que fala. Assim, o locutor não colocou em cena, de forma indireta, enunciadores, mas em seu discurso usou sempre da suposição para assimilar os pontos de vista que colocava em seu discurso a tal ou tal interlocutor.

Finalmente, o quinto discurso que analisamos cujo sentido construído pelo uso de **se** é o de condição (visto que analisamos outros três textos em que o sentido construído pelo uso de tal conjunção não resulta em condição), revelou-se nitidamente o mais complexo de todos:

extremamente polifônico, o locutor usou dos não-ditos para dizer aquilo que gostaria, pois como vimos, os enunciadores são argumentadores, e também participam da construção do sentido do discurso. A relação entre os enunciados de cada parágrafo mostrou-se indissociável, motivo pelo qual não realizamos a tarefa de definir as fronteiras entre um e outro, pois em cada parágrafo, todos estavam ligados à suposição inicial realizada pelo locutor.

Esse texto também apresentou o terceiro tipo de construção de enunciado condicional, conforme descrição já feita, denominado por Ducrot (1977) de **condicional irreal**, que caracteriza-se pela possibilidade de realizar hipóteses sobre o passado. Os enunciadores evocados são fruto da relação do *se*, que introduz o dado de hipótese, com palavras que são fontes de pressupostos, como as formas verbais que já descrevemos. Nesse texto, também encontramos enunciadores responsáveis por pontos de vista que constituem aspectos recíprocos do mesmo bloco semântico, sendo que no texto, cada parágrafo apresenta um bloco semântico distinto, resultante da relação entre a suposição e as afirmações que a ela estão relacionadas.

Além dessas questões teóricas que levantamos na análise, a fim de explicar o funcionamento do *se* nesse discurso, existem outras que ainda precisam ser pensadas. Vimos que a condição foi usada com o propósito de criar hipóteses sobre uma possível realidade, que nosso conhecimento de mundo permite reconhecer impossíveis de serem realizadas. São questões que encontram-se nas palavras, mas também além delas, como é o caso do sentido desse discurso: com a ANL, nos propomos uma descrição semântica do discurso que se dá apenas no nível lingüístico, ou seja, não fazemos intervir elementos de outra ordem para a descrição do sentido, salvo quando o discurso em análise solicite, como foi o caso do texto 01, em que precisamos recorrer à imagem para compreender o lingüístico. No entanto, percebemos que no texto 05 que analisamos, existe algo mais implícito nas palavras, um sentido implícito, que se buscado apenas nelas, não será encontrado, pois ele parece estar além delas. Ao finalizarmos essa análise, ainda nos perguntamos: o que realmente significa essa série de hipóteses apresentadas pelo locutor?

Para resolvermos esta questão, acreditamos ser necessário recorrer a outros elementos que são resultantes do uso da língua como o humor ou até a ironia, por exemplo. No entanto, não realizaremos essa tarefa neste trabalho por acreditarmos que tais fenômenos como a ironia e o humor sejam muito complexos e exijam estudos mais detalhados para a sua explicação.

Nós apenas levantamos essa questão, de que em muitos textos não devemos apenas nos deter estritamente ao que dizem as palavras, pois podemos estar nos aproximando da descrição feita pela gramática, que isola e descontextualiza a língua. Com a ANL, a intenção é estudar a **língua em uso** por meio dela própria, por isso Ducrot a denomina **Semântica Lingüística**. No entanto, devemos estar atentos não apenas ao que as palavras mostram explicitamente, mas buscar aquilo que elas indicam estar implícito ao que é dito, o sentido que pode ser irônico ou humorístico.

Os outros três textos, nos quais o uso de **se** não resulta em um sentido de condição, foram analisados, no entanto não profundamente. Apenas o fizemos buscando os elementos responsáveis pela diferença de sentido entre os usos de **se**. A principal diferença que encontramos foi em relação à flexão verbal, conforme tabelas abaixo. Tal diferença formal não é por si só o que ocasiona tal ou tal sentido, ela deve ser entendida contextualizada, pois assim como ela influencia no sentido resultante, as demais palavras que a ela se combinam também são responsáveis por produzir esse sentido. Além disso, o verbo carrega esses elementos formais, mas também elementos semânticos, como o aspecto e o sentido do vocábulo.

Vejamos os esquemas que encontramos na constituição dos enunciados não condicionais:

Texto 06

Se	p	q
Se	pretérito perfeito/modo indicativo	Presente/modo subjuntivo
Se	o ouro não veio com o pé	que venha com a mão.

Texto 07

Se	p	q
Se	Presente/modo indicativo	Presente/modo indicativo (verbo ser oculto)
Se	você acha que vai encontrar sofá mais bonito	(é) melhor esperar sentado

Texto 08

Se	p	q
Se	Presente/modo indicativo	Presente/modo indicativo
Se	existe uma coisa que tem que valer cada centavo que você paga	é um banco

Segundo nossos resultados, encontramos para esses discursos, sentidos como o de conclusão, caso do texto 06, em que o **se** possui um sentido similar ao de **já que**; encontramos uma afirmação, em vez de uma condição no texto 07, em que o locutor utiliza o **se** para negar aquilo que está dizendo, evocando um enunciador que defende um ponto de vista contrário (positivo) ao que o locutor traz explicitamente; e, por fim, um sentido restritivo encontrado no texto 08.

A partir dessa síntese sobre os resultados encontrados pela aplicação da ANL a discursos, cabe realizar algumas considerações, além das que já fizemos anteriormente. A terceira conclusão a que chegamos é em relação à comparação entre discursos em que encontramos sentido condicional e aqueles em que, apesar de terem a conjunção **se** introduzindo o enunciado, não apresentam esse sentido. Assim, é possível afirmar que a conjunção subordinativa **se**, que segundo a gramática é a que caracteriza a oração condicional, nos casos 06, 07 e 08 não resultou numa condição, ou seja nem sempre termos relacionados por **se** têm como resultado um sentido condicional. É possível também encontrar casos em que não há a presença de tal conjunção, mas que o sentido é de condição, como é o caso do texto 03.

Consideramos ser fundamental, ainda, na construção do sentido de condição ou de não-condição, o tempo e modo em que se encontram flexionados os verbos que compõem o enunciado. Como vimos nos texto 01, 02 e 03, houve uma simetria em relação a esse aspecto, sendo que os textos 04 e 05 apresentaram outro tipo de construção que caracterizou a condição. Já os outros discursos analisados, aqueles que consideramos como sentido de não-condição, apresentaram outras formas verbais, que não foram encontradas nos demais discursos. É claro que, conforme já afirmamos, não são apenas eles os determinantes do sentido, assim como vimos que o **se** sozinho não é responsável por esse sentido. Mas acreditamos que é um diferencial que deve ser levado em consideração nas análises, como um

fator que pode ser determinante. Para chegar a essa conclusão é necessário investigar inúmeros outros funcionamentos, a fim de verificar em que medida há uma constância na influência exercida por eles.

Não devemos esquecer, ainda, que o discurso é a língua em uso, ou seja, há a presença de um locutor que enunciou-se para um interlocutor, inseridos em determinado espaço e tempo (não necessariamente os mesmos), que expressou um ponto de vista e que se marcou no enunciado, ponto em que a visão da ANL se distancia da gramática, pois esta toma para estudo a língua fora de contexto, utilizando-se de outros métodos. Em realidade, gramática e ANL tem objetos de estudo distintos, o que faz com que seus resultados e visão sobre a língua também sejam diferentes. O que queremos fazer neste trabalho não é julgar qual visão sobre a língua está certa ou errada, mas argumentar sobre a necessidade de voltar nosso olhar para o uso da língua, pois é com ele que nos deparamos no dia a dia, ao lermos uma notícia no jornal, ao conversarmos com nossos amigos. É preciso desenvolver estratégias de compreensão do discurso que vão além da classificação, da nomeação e da definição, estratégias que contemplem o cerne da linguagem, que é a produção de sentido de um indivíduo para outro.

Além das questões formais que diferenciam o estudo da condição pela ANL e pela gramática, existe uma questão semântica, que achamos importante levantar: em nossos encadeamentos, que são a representação formal da argumentação de um enunciado, a oração subordinada deu origem ao suporte, e a oração principal, ao aporte. Embora entendamos que o sentido do enunciado advém da relação entre seus termos, é importante ressaltar o que Ducrot denominou **valor argumentativo**, elemento presente nas palavras e que determina as continuações possíveis para o discurso.

Por meio da análise dos discursos, chegamos à conclusão que, caso desejássemos estabelecer uma hierarquia semântica entre os termos do enunciado, a oração denominada principal pela gramática seria semanticamente dependente daquela dita subordinada. Vejamos alguns casos:

Texto 01:

Se tivéssemos um quarto de hóspedes, isto não aconteceria sempre que a mamãe nos visita

Nesse caso, o primeiro segmento do enunciado determina a continuação que deve ser dada: a não ser que fosse criada uma situação específica, não faria sentido estabelecer relação entre dormir no chão e ter quarto de hóspedes.

Texto 02:

Se eu me casasse com você, teria uma vida de conto de fadas

em que casar ou não com Hagar vai ter como consequência ter ou não uma vida de conto de fadas.

Texto 04

Se você estiver à frente, você dirá que ela capturou bem o que se sente nas ruas: a previsível adesão a sua candidatura. Mas, se a pesquisa o mostrar muito à frente, você alertará para o fato de que a eleição só acaba com o fechamento das urnas – afinal, candidato com larga vantagem acomoda os apoiadores. Se você figurar no pelotão intermediário, evocará números e tabelas que comprovem o crescimento da candidatura. E, se estiver na rabeira ou muito aquém do que esperavam de você, cuidará de detratar a pesquisa e quem a divulga, mesmo acreditando piamente nela.

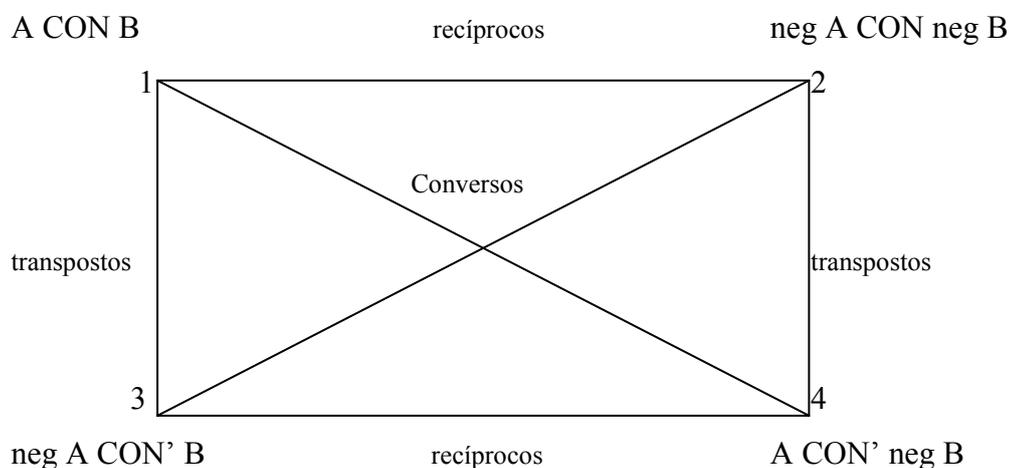
Nesse caso, a posição em que o locutor coloca seu interlocutor determina qual será sua reação, ou seja, a reação está subordinada ao ponto de vista em que o tu do discurso é colocado, o que é possível especialmente pelo uso de *se*, que introduz no discurso a suposição, permitindo falar da realidade hipoteticamente, criando e recriando o mundo que é o tema para o debate entre locutor e interlocutor.

O texto 05 acreditamos ser o que deixa mais nítida essa dependência semântica entre as orações, conforme o trecho abaixo:

Como seria se os holandeses tivessem derrotado os portugueses e colonizado todo o Brasil? Para começar, nossos padrões de beleza seriam completamente outros. Em vez de morenas, nossas mulheres seriam loiras de cabelo escorrido, e a brasileira mais conhecida no mundo seria alguma longilínea do tipo nórdico, chamada Gisele ou coisa parecida. Nem dá para imaginar.

Nesse exemplo, toda a seqüência do discurso criado pelo locutor está ligada à condição inicial, estabelecida pelo uso de **se**. Se modificássemos a suposição contida no início de cada parágrafo, toda a sua continuação também seria alterada.

Esse é um dos fatores que definiu o resultado da nossa descrição polifônica da condição como aspectos recíprocos do mesmo bloco semântico, pois ao negarmos um dos segmentos, somos obrigados a negar o outro também, visto que essa dependência entre os termos deve ser mantida, havendo a concordância do locutor com o enunciador negativo, assumindo o enunciador positivo, conforme quadrado argumentativo abaixo, que ilustra tais resultados:



A relação entre os aspectos encontrados em nossas análises se dá no eixo horizontal do quadrado, entre 1 e 2, e 3 e 4, lembrando que **A** representa o primeiro segmento do encadeamento, **B**, o segundo, e quando **CON** representar **DC**, **CON'** representa **PT**, e vice-versa.

Com isso, acreditamos ter encontrado as duas mais importantes conclusões deste trabalho: a primeira, de que semanticamente a dependência entre as orações que compõem o enunciado é completamente diferente daquela descrita pelos estudos gramaticais. E a outra é que a **suposição** é uma forma de negação, que se inscreve na língua por meio do uso do **se**, da pressuposição, e da posição do locutor diante dos fatos. Se o mundo constitui apenas um tema para debate entre indivíduos (DUCROT 2005), ela o faz segundo a vontade de um locutor, que lança mão da língua e todas as suas ferramentas para se expressar.

Dessa forma, encerramos dizendo que a polifonia, é uma ferramenta fundamental para a descrição e explicação do sentido de condição do discurso, pois os enunciadores e seus pontos de vista constituem um diálogo cristalizado, que postos em cena pelo locutor, também participam de forma importante da construção do sentido.

Neste trabalho estudamos apenas uma das formas de suposição, a expressão da condição. Vimos que existem outras formas de suposição, resultantes do uso de *se*, como é o caso dos textos 06, 07 e 08, que ainda merecem ser explicados, visto que aqui realizamos apenas uma pequena descrição.

Ainda assim, acreditamos não serem definitivas nossas conclusões, elas são resultado de reflexões profundas sobre a língua, sobre o seu uso, e sobre nossa condição de analistas: se não existe forma de nos expressarmos sem que marquemos em nosso discurso a subjetividade, aqui neste trabalho encontram-se apenas pontos de vista sobre uma realidade que tomamos para debate. E como não existe verdade ou falsidade, apenas formas de ver a realidade, este é o nosso posicionamento diante dela.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, estudamos a *expressão da condição* em discursos, com ênfase no sentido, utilizando como referencial teórico a ANL. Nossos objetivos foram explicar e demonstrar como se dá a argumentação na expressão da condição, bem como articular língua e fala na apreensão do sentido da condição.

As gramáticas nos trouxeram uma visão da condição em seu aspecto formal: morfológico, ao tratar da classe das conjunções, com destaque neste trabalho para conjunção condicional *se*, e em seu aspecto sintático, ao tratar da estrutura da oração, em que destaca a oração subordinada condicional, cujas características são o sentido de condição, e a presença da conjunção *se*, que a subordina à oração principal. Muito pouco se falou em sentido nos estudos gramaticais aqui elencados, pois entendemos que as gramáticas realizam uma descrição semântica muito vinculada à forma e pouco vinculada ao uso, pois, assim como afirmaram autores como Lyons, o objetivo da descrição gramatical é uma sistematização das regras presentes na língua, enquanto construto teórico, sem contemplar a outra face, o seu uso.

Para a Teoria da Argumentação na Língua, não existe essa separação entre língua e fala, como presente em Saussure, mas uma articulação entre esses dois elementos que são separados apenas metodologicamente, pois não há possibilidade de fala sem língua, nem de acesso à língua sem a fala. Esse laço que as une semanticamente é a *instrução*, que embora presente na língua, faz claramente uma indicação à fala, solicitando ao interpretante que busque no enunciado, ou seja, no dito, o sentido pretendido pelo locutor. Além disso, a ANL não concentra sua preocupação na forma, mas sim no sentido, por acreditar que é para produzir sentido que um locutor põe em funcionamento o sistema, transformando língua em discurso.

Para a ANL, o sentido é argumentativo, quer dizer, sempre que há discurso, há argumentação, pois a argumentação está inscrita na língua. Mas o que significa exatamente dizer que a argumentação está na língua? Significa afirmar que a língua é o instrumento através do qual o locutor enuncia-se para um interlocutor, imprimindo em seu discurso as marcas da sua subjetividade, ou seja, a língua revela o posicionamento do locutor em relação àquilo que é objeto do seu discurso. Ser argumentativa é contrário a ser objetiva, pois a

objetividade não permite que existam pontos de vista sobre determinado objeto, a objetividade revela aquilo que tal objeto é de fato. Ao contrário, ser argumentativo é deixar marcado em seu discurso determinado posicionamento, que é a própria subjetividade.

É por meio da subjetividade, da apresentação de pontos de vista, que o locutor constrói seu discurso de forma mais ou menos polifônica. Vimos, neste trabalho sobre a expressão da condição, que a polifonia foi uma ferramenta fundamental para que pudéssemos descrever e explicar o funcionamento da condição.

Assim, em nossa tentativa de articular língua e fala no estudo da expressão da condição, não chegamos à regra que fosse representativa de todos os seus usos, visto que para isso é preciso realizar um trabalho exaustivo de análise e busca dos mais diversos funcionamentos. Mas chegamos a uma resposta satisfatória, quanto às formas de argumentar: encontramos formas de argumentar que se tornaram constantes em nosso *corpus*: os aspectos recíprocos de um mesmo bloco semântico, havendo a concordância com o enunciador que introduz o ponto de vista evocado, e o locutor assumindo e se assimilando ao enunciador responsável pelo ponto de vista expresso no enunciado de forma explícita. Tais aspectos recíprocos caracterizam-se por introduzir uma negação em ambos os segmentos que compõem o encadeamento argumentativo, com a manutenção do conector. Para nós, isso representa a negatividade contida nessa forma de suposição, que é a condição.

Em nossos textos, exceto no número 04, o menos polifônico, por razões já explicitadas anteriormente, encontramos sempre um ponto de vista negativo, e outro ponto de vista positivo, o que está no cerne da condição: as possibilidades. Ser condição significa ser uma dúvida, tanto um, quanto outro, tanto um ponto de vista, quanto outro. Por esse motivo, também, não encontramos em nossas análises pontos de vista rejeitados pelo locutor, pois esses não caracterizam a condição, visto que não são possibilidades.

Sempre que nos deparamos com uma condição, estamos diante de dois pontos de vista que se complementam: quando projetamos algo para o futuro, podemos realizar a opção entre duas alternativas; quando projetamos algo para o passado, como um condicional irreal, estamos diante daquilo que poderia ter sido, e daquilo que realmente foi, ou ainda, quando atemporalizamos uma hipótese, estamos criando um universo e apresentando nosso ponto de vista sobre aquilo que presenciamos.

Na relação do trabalho com a semântica argumentativa e a gramática, vimos que os elementos presentes na língua que formalmente constituem condição, no seu uso não apresentaram o sentido condicional, e que o sentido da condição nem sempre precisa estar marcado pelo elemento que o caracterizaria segundo a gramática, o **se**.

Concluimos também que estudos sobre a língua e seu uso se distanciam em muitos pontos: na consideração ou não da ação de um locutor sobre a língua, na observância ou não-observância de apenas aspectos formais que caracterizam o fenômeno em análise, na descrição e explicação do sentido, segundo cada uso que se faz dele, em vez da definição de seu sentido literal. É importante estudarmos os aspectos formais da língua, que também são responsáveis pela construção do sentido, como vimos em nossas análises, em que o tempo e modo da flexão verbal influenciam na definição do que é ou não é uma condição. No entanto, não devemos esquecer que tais elementos participam e colaboram para a construção de algo maior: o discurso.

No discurso, muito mais que formas, temos palavras em relação, frases em relação, enunciados e parágrafos que se relacionam, todos eles fruto da enunciação de um locutor. Ao estudarmos a língua em uso, jamais devemos esquecer que é esse ser de fala que coloca a língua em atividade para expressar seu ponto de vista. É nesse sentido que consideramos que apenas o olhar para elementos puramente formais não nos fornecerão as respostas para as questões semânticas que desejamos elucidar. É preciso considerá-los, e ainda, ir além, pois para Ducrot (2002), o sentido não pré-existe ao uso, somente o discurso é doador de sentido.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que apresentamos aqui um ponto de vista sobre o fenômeno lingüístico condição, que esperamos contribua para o avanço das pesquisas em Língua Portuguesa. Seguindo aquilo que diz Ducrot, que uma lingüística que serve para análise de textos é apenas uma lingüística que se serve deles, estamos firmando nosso propósito de articular teoria e análise, aperfeiçoando formas de ver a linguagem, cujo resultado é a descrição e explicação dos fenômenos analisados.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Argumentatividad y informatividad. In _____ . **La argumentación en la lengua**. Editorial Gredos: Madrid, 1994.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, Celso F.; CINTRA, Luis F. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Lingüística** (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In DUCROT, Oswald *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minit, 1980.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia Y argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Calli: Feriva, 1988.

DUCROT, Oswald. Os internalizadores. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, nº3, p. 7-26, 2002.

DUCROT, Oswald. Sentido y argumentación. In. ARNOUX, Elvira N.; NEGRONI, Maria M. **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

DUCROT, Oswald. A Pragmática e o estudo semântico da língua. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 40, nº 1, p 9-21, 2005.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. **La Semántica Argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 43, n. 1, p. 7-18, 2008.

LUFT, Celso P. **Moderna gramática brasileira**. 2ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Globo, 2002.

MIRA MATEUS, Maria H. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho Editorial, 2003.

MOURA, HERONIDES, Maurílio de M. **Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot**. *DELTA*, Fev 1998, vol.14, no.1, p.169-183..

MOURA NEVES, Maria H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Publicidade do *Jornal Zero Hora*, 23 ago. 2008, p.52

Publicidade da *Revista Veja* 1º ago 2007, p. 58.

Publicidade *Revista Veja* 5 set 2007, p.32.

RECH, Marcelo. **Cartas do Editor**. *Zero Hora*, 06 abr. 2008, p. 03.

ROCHA LIMA, Carlos H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 24ª edição. São Paulo: Cultrix, 2000.

Tira do Hagar. http://tiras-hagar.blogspot.com/2006_04_01_archive.html - 15/04/06, acesso em 01 set. 2008

Tira do Hagar. *Jornal Zero Hora*, 27 nov 2007, p. 09, segundo caderno.

Última hora. *Jornal Zero Hora*, 15 out 2007, p.03.

VERISSIMO, Luis F. **Se.** *Donna ZH*, 27 abr 2008, pg. 02.

ANEXO A – Tira do Hagar 01

LAGAR *Chris Browne*

ANEXO B – Tira do Hagar 02



ANEXO C – Última hora

Última hora

Um asteróide está na rota de colisão da Terra e você tem uma hora de vida.

54% dos britânicos questionados por uma pesquisa disseram que passariam os últimos momentos com seus parentes e amigos queridos pessoalmente ou ao telefone.

Porém 13% dos entrevistados sentariam e esperariam o inevitável com uma taça de champanha.

Sexo seria a opção de apenas 9%.

3% rezariam.

E 2% disseram que comeriam algum alimento rico em gordura.

A pesquisa foi feita pela Ziji Publishing para marcar o lançamento de um livro.

E você, o que faria na sua última hora de vida?

(Jornal Zero Hora, 15 de outubro de 2007, página 03)

ANEXO D – Cartas do editor

Cartas do Editor

Marcelo Rech – Diretor de Redação

Agora que os motores da campanha eleitoral começaram a entrar em ignição, esta coluna pede licença para falar diretamente a milhares de candidatos a prefeito e vereador que vão ganhando forma Rio Grande do Sul e Brasil afora. Não vai aqui nenhuma consultoria, mas é bom que você, prezado futuro candidato, saiba de algumas coisas que ocorrerão nos próximos meses, sobretudo na relação com os meios de comunicação e os eleitores. Como posso saber? Sem nunca ter me engajado em uma campanha, observo-as de lugar privilegiado há três décadas, desde a eleição de 1978, quando pisei em uma redação para trabalhar na Central RBS de Eleições. Neste tempo todo, constatei que certos fenômenos e comportamentos repetem-se com monotonia notável. Vamos a eles:

Pesquisas – se você estiver à frente, você dirá que ela capturou bem o que se sente nas ruas: a previsível adesão a sua candidatura. Mas, se a pesquisa o mostrar muito à frente, você alertará para o fato de que a eleição só acaba com o fechamento das urnas – afinal, candidato com larga vantagem acomoda os apoiadores. Se você figurar no pelotão intermediário, evocará números e tabelas que comprovem o crescimento da candidatura. E, se estiver na rabeira ou muito aquém do que esperavam de você, cuidará de detratar a pesquisa e quem a divulga, mesmo acreditando piamente nela.

Imprensa – Não importa candidato, partido ou cargo em disputa, você sempre achará que a imprensa trata melhor seus adversários, em detrimento obviamente, da sua candidatura. Se um rival aparecer em uma foto sorrindo e você não, a imagem será tomada como prova definitiva da conspiração contra seu nome. Você nunca dirá que o tratamento de um meio de comunicação é justo. Você também nunca dirá que mereceu perder porque não era o melhor candidato. A encenação faz parte do jogo.

Governo x oposição – Se você for governo, dirá que suas obras não estão tendo a visibilidade que merecem. Se você for oposição, dirá que as obras do governo estão tendo muito mais visibilidade do que merecem.

Caixa 2 – Você agora está imaginando que robustecerá seu caixa de campanha ou até já sondando possíveis doadores. Lembre-se, contudo: suas contas reais e paralelas vão aparecer ali adiante, no site do TER, na investigação do Ministério Público, na apuração da Polícia Federal, nas páginas dos jornais ou na CPI. Que CPI? Não sei, mas haverá pelo menos uma a sua volta no caso de ser eleito. Se você enveredar pelo caixa 2 ou por trambiques eleitorais variados, tenha em mente que sua eleição pode tornar sua vida e de toda sua família um inferno. Depois, não culpe a imprensa. Nem seus assessores. Você está sendo avisado: fiscalize agora o que fazem a sua volta.

Nanicos – Se você for candidato por partido nanico, ficará possesso a cada vez que alguém da imprensa se referir a você como nanico. Você fará bastante barulho na campanha, reclamará muito que não lhe dão atenção e será chamado, só por causa da legislação, a participar dos debates, nos quais tentará criar algum tumulto para ser lembrado. Acostume-se com a idéia: depois da eleição, ninguém mais recordará seu nome.

Apoios – Você escarnecerá das alianças estapafúrdias de seus adversários. E dirá que, superados os problemas do passado, há muitos pontos em comum entre os que compõem a sua própria aliança estapafúrdia.

Eleitores – Onde quer que você se apresente como candidato, receberá abraços e promessas de votos. Lamento informar, mas a imensa maioria dos tapinhas nas costas é, digamos, apenas uma cortesia com você. Se você contabilizar suas chances por aqueles que anunciam voto em você, é provável que sofra uma decepção profunda quando as urnas se abrirem. Se isso ocorrer, você se sentirá traído e viverá em rancor e ressentimento. Nenhuma tentativa de eleição vale esse sacrifício. Não se iluda, pois. É trabalho para o bem comum. Não há melhor maneira de passar uma boa noite de sono.

(Zero Hora do dia 06 de abril de 2008, p.03)

ANEXO E – Se

SE

Luis Fernando Verissimo

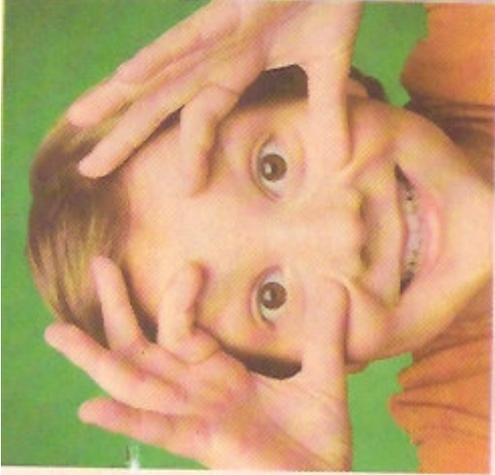
Se os portugueses tivessem sido postos a correr – ou nadar, no caso – naquele 22 de abril, como seria o Brasil hoje? A maioria da população seria de índios e os descendentes dos poucos brancos que se animassem a vir depois do vexame português habitariam em terras demarcadas, em extremos remotos do país. Nas reuniões de presidentes do Mercosul o brasileiro seria o único nu. Haveria vantagens e desvantagens em viver numa eterna Pindorama: para começar pelo mais grave, nem você nem eu existiríamos. Devo ter sangue de índio, se a cara de alguns antepassados não estava mentindo, mas o resto é um coquetel que veio depois: português, negro, alemão, italiano. Se existisse, eu estaria numa reserva.

Como seria se os holandeses tivessem derrotado os portugueses e colonizado todo o Brasil? Para começar, nossos padrões de beleza seriam completamente outros. Em vez de morenas, nossas mulheres seriam loiras de cabelo escorrido, e a brasileira mais conhecida no mundo seria alguma longilínea do tipo nórdico, chamada Gisele ou coisa parecida. Nem dá para imaginar.

Como seria se os franceses tivessem conseguido consolidar a sua civilização subequatorial por aqui? Sei não, talvez a comida não melhorasse tanto assim – também come-se mal na França, e vá encontrar uma boa feijoada com couve e torresmo -, mas quem nos assegura hoje que não teríamos uma Carla Bruni no Alvorada, congressistas que ficassem em seus lugares em vez de se aglomerarem na frente da mesa, na Câmara, um serviço público muito melhor e pelo menos mais quatro feriados nacionais (Dia da Bastilha, Dia do Armistício de 18, Dia do Armistício de 45, Dia do Queijo Fedorento, etc.) por ano? Talvez fôssemos corruptos do mesmo jeito, já que deve ser alguma coisa na água. Mas as conversas grampeadas seriam em francês! Quer dizer, uma coisa de outro nível.

(Donna ZH, 27 de abril de 2008, pg. 02).

ANEXO F – Horário das finais dos jogos de vôlei



**SE O OURO NÃO VEIO COM O PÉ,
QUE VENHA COM A MÃO.**

SONHO OLÍMPICO 2008.
PALMAS SEMPRE ACORDADAS.

Grupo **TVBS**

Final Vôlei Feminino: sábado, às 9h da manhã.
Final Vôlei Masculino: domingo, à 1h da manhã.

MOTIZ

ANEXO G - Publicidade Tok & Stok

www.tokstok.com.br
0800 70 10 161

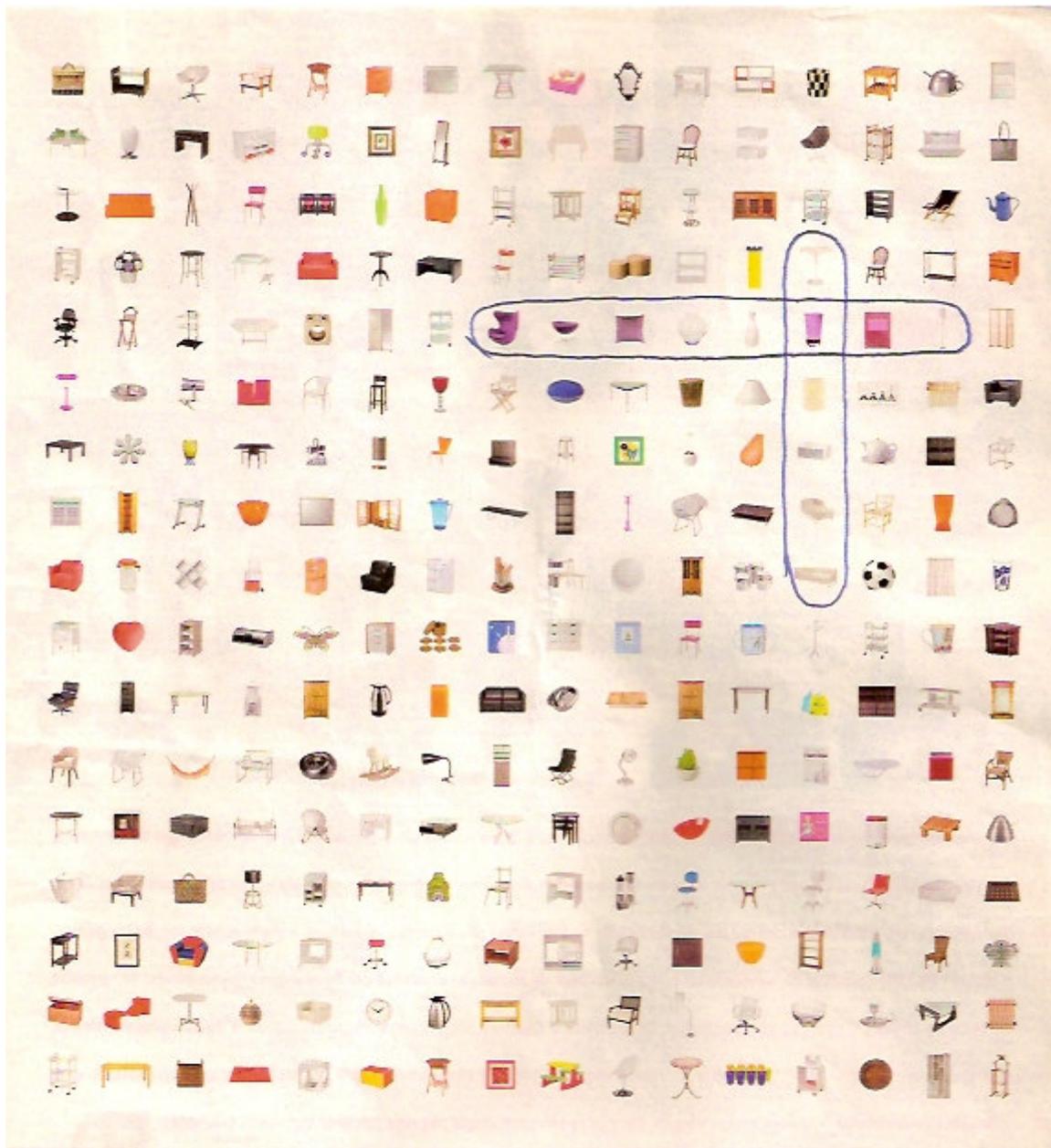
CHAISE LONGUE DUBAI
100% algodão
com: nórdico deserto
R\$ 1.043,00 à vista
ou 1+10 de R\$ 104,30

POLTRONA EGG
design: Arne Jacobsen
poltrona giratória com
estrutura em alumínio polido
com: ametista violáceo
R\$ 1.975,00 à vista
ou 1+10 de R\$ 197,50

SISTEMA MODULAR DUBAI
sota modular 3 lugares
100% algodão
com: nórdico deserto
R\$ 1.345,00 à vista
ou 1+10 de R\$ 134,50

PUFE EGG
design: Arne Jacobsen
com: ametista violáceo
R\$ 755,00 à vista
ou 1+10 de R\$ 75,50

SALAS E SOFÁS
TOK & STOK TEM
Design assinado | Ponto vermelho | Entrega e montagem | Projeto de decoração | Lista de casamento | Garantia de 2 anos | 25 lojas no Brasil



SE VOCÊ ACHA QUE VAI ENCONTRAR
SOFÁ MAIS BONITO, MELHOR ESPERAR SENTADO.

O ambiente que você procura, a Tok&Stok tem.

Conheça a Nova Coleção Salas e Sofás.

ANEXO H – Publicidade Banco Itaú



Nem o mais caro, nem o mais barato, o melhor para você.

Se existe uma coisa que tem que valer cada centavo que você paga é um banco.

Itaú feito para você

www.itaubr.com.br

A partir de 30 de abril entram em vigor as novas regulamentações do Banco Central sobre tarifas bancárias. Vai ficar mais fácil comparar os serviços e valores cobrados pelos bancos brasileiros. É uma boa oportunidade para você comparar custos e colocar na ponta do lápis tudo o que você paga e tudo o que você recebe de volta do seu banco. O Itaú é um banco com tarifas na média do mercado. E entrega a você um banco bem acima da média, eleito, nos últimos dez anos, o melhor banco do país*. **O Itaú foi o primeiro banco do país a reduzir e eliminar**

CURRICULUM LATTES (Plataforma Lattes)

Cristiane Dall' Cortivo

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome	Cristiane Dall' Cortivo
Nome em citações bibliográficas	DALL' CORTIVO, Cristiane
Sexo	feminino
Filiação	Algemiro Bombonato Dall' Cortivo e Nilce Sotille Dall' Cortivo
Nascimento	25/07/1984 - Arvorezinha/RS - Brasil
Endereço residencial	Rua 24 de maio, 189/305 Centro - Porto Alegre 90050180, RS - Brasil
Endereço profissional	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras Mestrado em Lingüística Avenida Ipiranga, 6681 Partenon - Porto Alegre 90619-900, RS - Brasil Telefone: 51 33203500 URL da home page: www.pucrs.br
Endereço eletrônico	e-mail para contato : crisdallcortivo@yahoo.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

2009	Doutorado em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil Título: Os usos argumentativos da Suposição Orientador: Leci Borges Barbisan
2007 - 2009	Mestrado em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil Título: O sentido argumentativo da condição, Ano de obtenção: 2009 Orientador: Dr. Leci Borges Barbisan Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico <i>Palavras-chave: Texto, Discurso, Enunciação</i> <i>Áreas do conhecimento : Lingüística, Letras</i>
2003 - 2006	Graduação em Letras/Português. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil Título: Gênero em Discursos Orientador: Áttila Louzada Junior

Formação complementar

2005 - 2005	Extensão universitária em Gênero e Leitura de Textos Midiáticos. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil
--------------------	--

2005 - 2005	Curso de curta duração em Leitura e produção de textos: Contribuições da lin. Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil
2006 - 2006	Curso de curta duração em Categorias de texto e o ensino de língua materna:. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, Santa Maria, Brasil
2007 - 2007	Curso de curta duração em A ficção brasileira no sec. XXI. Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, Brasil
2007 - 2007	Curso de curta duração em Enunciação, Estrutura e História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
2007 - 2007	Teoria da Argumentação na Língua e ensino. Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, Brasil
2008 - 2008	Curso de curta duração em Entoação: Fonética e Fonologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil
2008 - 2008	Curso de curta duração em Processos constitutivos do texto. Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, ALFAL, Uruguai

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Vínculo institucional

2007 - 2009 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Mestranda , Carga horária: 40, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

03/2007 - Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras - Mestrado em Lingüística
Participação em projetos:
Grupo de Estudos sobre Leitura e Argumentação

03/2007 - Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Letras - Mestrado em Lingüística
Participação em projetos:
Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino

2. Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Vínculo institucional

2008 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: avaliador de redações do vestibular, Regime: Parcial

2005 - 2006 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Bolsista Voluntário , Carga horária: 3, Regime: Parcial

Atividades

03/2005 - 03/2006 Projetos de pesquisa, Departamento de Letras e Artes

Projetos

2007 - Atual Grupo de Estudos sobre Leitura e Argumentação

Descrição: Criado em março de 2006, o grupo estuda o sentido construído no discurso, à luz da Teoria da Argumentação na Língua, criada por Oswald Ducrot e continuada atualmente por Oswald Ducrot e Marion Carel. O grupo é constituído de alunos bolsistas CAPES e CNPQ de Mestrado e Doutorado e uma professora doutora da Faculdade de Letras da PUCRS. Resultados dos trabalhos do Grupo foram apresentados em vários congressos, tanto em Porto Alegre quanto no Estado e fora do país, como na Colômbia (Bogotá), no Chile (Santiago) e em Montevideu (Uruguai). Está sendo ministrado atualmente um curso, oferecido a professores das redes pública e particular, a partir de estudos e análises desenvolvidos pelo grupo. Resultados de discussões têm sido utilizados com proveito em outra pesquisa cujo título é "A construção do sentido no discurso", financiada pelo CNPq com bolsa de Produtividade em Pesquisa

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (3); Doutorado (2);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo, Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Cristina Rorig; Joseline Tatiana Both; Mariana Rypl; Marcela Cristiane Nesello; Noemi Luciane dos Santos; Alessandra da Silveira Bez; Paula Dreuer Ortmann; Vania Terezinha Machado Scalabrin

Financiador(es):

Número de produções C, T & A: 2/

2006 - Atual Subsídios teóricos e práticos sobre texto e ensino

Descrição: Este projeto busca mostrar que, a partir da análise crítica de conceitos de teorias textuais e enunciativas, é possível compreender e ensinar como a linguagem constrói sentido no discurso. Os objetivos são 1) Criar uma metodologia de análise de textos/discursos a partir da discussão de conceitos de teorias textuais e enunciativas. 2) Instrumentalizar teoricamente os professores para uma melhor compreensão do trabalho proposto pelos PCNs em relação a textos escritos. 3) Lançar um olhar crítico sobre o trabalho com textos proposto por livros didáticos. 4) Refletir sobre a transposição didática.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo, Leci Borges Barbisan (Responsável); Claudio Primo Delanoy; Cristina Rorig; Joseline Tatiana Both; Mariana Rypl; Marcela Cristiane Nesello; Noemi Luciane dos Santos; Tais Helena Malmann

Financiador(es):

2005 - 2006 Gênero e Leitura de Textos midiáticos

Descrição: Estudar a Leitura através de textos midiáticos - televisão, revistas, jornais, publicidade - tendo como suporte teórico a Análise Crítica do Discurso

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (4);

Integrantes: Cristiane Dall' Cortivo, Camerina Batista Oliveira; Elaine Nogueira da Silva (Responsável); Silvana da Silveira Leite; Angelita Antunes Mandagará

Financiador(es):

Número de produções C, T & A: 7/

Revisor de periódico

1. Letrônica -

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Membro do corpo editorial
1. Letrônica -

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Revista Eletrônica organizada e gerenciada pelos alunos do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Áreas de atuação

1. Teoria e Análise Lingüística
2. Lingüística Aplicada
3. Língua Portuguesa

Idiomas

Inglês	Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
Espanhol	Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
Francês	Compreende Razoavelmente , Lê Razoavelmente
Português	Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Prêmios e títulos

2009 Aprovação com louvor da dissertação de Mestrado com o título "O sentido argumentativo da Condição"., Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica
Artigos completos publicados em periódicos

1. DALL' CORTIVO, Cristiane
O sentido argumentativo da condição. Letrônica. , v.1, p.67 - 81, 2008.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. DALL' CORTIVO, Cristiane
A argumentação e a expressão da condição In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.
Anais XV Congresso da ALFAL. , 2008.
2. DALL' CORTIVO, Cristiane, NESELLO, M. C.
Como os modificadores modificam o discursos In: VIII CELSUL, 2008, Porto Alegre.
Anais do VIII CELSUL. Pelotas: EDUCAT, 2008.
3. DALL' CORTIVO, Cristiane
O funcionamento do signo no uso da Linguagem In: V SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino, 2007, Pelotas.
Caderno de Resumos. Pelotas: EDUCAT, 2007. v.1. p.96 - 97
4. DALL' CORTIVO, Cristiane
Ensino de Gênero e Leitura em revistas para adolescentes In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis/SC.
Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e Preconceitos. Florianópolis - SC: Editora Mulheres, 2006.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. DALL' CORTIVO, Cristiane
A Argumentação e a expressão da condição In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.
Anais XV Congresso ALFAL. , 2008. p.118 - 118
2. DALL' CORTIVO, Cristiane, NESELLO, M. C.
Como os modificadores modificam o discurso In: VIII CELSUL, 2008, Porto Alegre.
Anais do VIII CELSUL. Pelotas: EDUCAT, 2008. v.1. p.174 - 175
3. DALL' CORTIVO, Cristiane
Sessão coordenada A forma e o sentido no discurso In: XV Congresso da ALFAL, 2008, Montevideo.
Anais XV Congresso da ALFAL. , 2008. p.127 - 127
4. DALL' CORTIVO, Cristiane
O funcionamento do signo no uso da linguagem In: V SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino, 2007, Pelotas.
Caderno de Resumos. , 2007.
5. DALL' CORTIVO, Cristiane
O signo no uso da linguagem In: 6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino, 2007, Porto Alegre.
Anais do 6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino. , 2007.
6. DALL' CORTIVO, Cristiane
Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para adolescentes In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis-SC.
Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e preconceitos. Florianópolis-SC: Editora Mulheres, 2006.
7. DALL' CORTIVO, Cristiane
Gênero em Textos publicitários In: VI Seminário Internacional em Letras, 2006, Santa Maria.

Palavra - Margens e Imagens. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.

8. DALL' CORTIVO, Cristiane

Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para Adolescentes In: IV SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino, 2005, Pelotas - RS.

IV SENALE - Oralidade e ensino: Gênero e perspectivas. , 2005. v.01. p.115 - 115

Apresentação de Trabalho

1. DALL' CORTIVO, Cristiane

A argumentação e a expressão da condição, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Condição, Discurso, Argumentação

Áreas do conhecimento : Teoria e Análise Lingüística,Lingüística

Referências adicionais : Uruguai/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Uruguai; Cidade: Montevideo; Evento: XV Congresso da ALFAL; Inst.promotora/financiadora: Associação de Lingüística e Filologia da América Latina

2. DALL' CORTIVO, Cristiane, NESELLO, M. C.

Como os modificadores modificam o discurso, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Cidade: Porto Alegre; Evento: VIII CELSUL; Inst.promotora/financiadora: Circulo de Estudos Lingüísticos do Sul

3. DALL' CORTIVO, Cristiane

Sessão coordenada A forma e o sentido no discurso, 2008. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Argumentação, Condição

Áreas do conhecimento : Teoria e Análise Lingüística,Lingüística

Referências adicionais : Uruguai/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Uruguai; Cidade: Montevideo; Evento: XV Congresso da ALFAL; Inst.promotora/financiadora: Associação de Linguística e Filologia da América Latina

4. DALL' CORTIVO, Cristiane

O funcionamento do signo no uso da linguagem, 2007. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Argumentação, Enunciação, signo lingüístico

Áreas do conhecimento : Lingüística,Teoria e Análise Lingüística

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Rio Grande do Sul; Cidade: Pelotas; Evento: V SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino; Inst.promotora/financiadora: UCPEL

5. DALL' CORTIVO, Cristiane

O signo no uso da Linguagem, 2007. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: signo lingüístico, Argumentação, Enunciação

Áreas do conhecimento : Lingüística,Teoria e Análise Lingüística

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Porto alegre; Evento: 6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino; Inst.promotora/financiadora: Universidade Ritter dos Reis

6. DALL' CORTIVO, Cristiane

Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para adolescentes, 2006. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Florianópolis- SC; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal de Santa Catarina

7. DALL' CORTIVO, Cristiane

Gênero em textos publicitários, 2006. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Santa Maria; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário Franciscano

8. DALL' CORTIVO, Cristiane

Ensino de Gênero e Leitura em revistas para adolescentes, 2005. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Pelotas - RS; Inst.promotora/financiadora: Universidade Católica de Pelotas

Produção Técnica

Demais produções técnicas

1. DALL' CORTIVO, Cristiane, BOTH, J. T., BARBISAN, L. B., RORIG, C., SANTOS, N. L.

Subsídios teóricos e práticos sobre discurso e ensino, 2008. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Referências adicionais : Brasil/Português. 40 horas. Meio de divulgação: Outro

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **VIII CELSUL**, 2008. (Congresso)
Como os modificadores modificam o discurso.
2. Apresentação Oral no(a) **XV Congresso da ALFAL**, 2008. (Congresso)
Sessão coordenada A forma e o sentido no discurso.
3. **I Colóquio de Lingüística e Literatura**, 2008. (Outra)
.
4. Apresentação Oral no(a) **V SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e ensino**, 2007. (Seminário)
O Funcionamento do Signo no uso da linguagem.
5. Apresentação Oral no(a) **6º Seminário Linguagem, Discurso e Ensino**, 2007. (Seminário)
O signo no uso da linguagem.
6. **A imagem da língua portuguesa no discurso literário**, 2007. (Outra)
.
7. **XXV Seminário Brasileiro de Crítica Literária e XXIV Seminário de Crítica do RS**, 2007. (Seminário)
.
8. **12 Jornada Nacional de Literatura**, 2007. (Outra)
.
9. **8th International Congress of ISAPL**, 2007. (Congresso)
.
10. Apresentação Oral no(a) **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, 2006. (Seminário)
Ensino de Gênero e Leitura em Revistas para Adolescentes.
11. Apresentação Oral no(a) **VI Seminário Internacional em Letras**, 2006. (Seminário)
Gênero em textos publicitários.
12. **Encontro de Poesia Mário Quintana**, 2006. (Encontro)
.
13. **IV Semana Acadêmica de Letras**, 2006. (Outra)
.
14. Apresentação Oral no(a) **IV SENALE - Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino**, 2005. (Seminário)
Ensino de Gênero e Leitura em revistas para adolescentes.
15. **II Seminário Nacional de História da Literatura**, 2005. (Seminário)
.
16. **II Semana de Letras**, 2004. (Outra)
.
17. **1ª Semana Acadêmica de Letras**, 2003. (Outra)

Outras informações relevantes

1 Aprovada em 1º lugar na seleção de Mestrado em Linguística Aplicada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul no ano de 2007. Sócia da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina